

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

PROCESSO Nº: 35/2026
INTERESSADO: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT**, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Presidente do CONDEMAT, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA** DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decreto Federal nº 11.462/2023, LC nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA	20 de maio de 2026 a partir das 10 horas após recebimento e avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).
TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO. VEDAÇÃO EXPRESSA NA FORMA DO ART. 4º, § 1º INCISO “I”, 14.133/2021.
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM	NÃO HÁ.

1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO

1.1. A licitação será dividida em lotes, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciadores(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado de cada lote, objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. CONSÓRCIOS

3.6.1. Conforme art. 15, da Lei nº 14133/2021, pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, respeitado o máximo de 05 (cinco) empresas consorciadas, devendo atender a seguintes normas:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - Impedimento da empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.6.2. O licitante vencedor deverá promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I acima.

3.6.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo CONDEMAT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a Ata de Registro de Preços.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante

de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o **item 3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. No que concerne aos **itens 3.6.2 e 3.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao

3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano- calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no **item 4.4.1** ou no **item 4.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no **item 3.10**).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os **itens 4.3 e 4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do **LOTE**;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO LOTE**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

LOTE	INTERVALO MÍNIMO
01	1%
02	1%
03	1%

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado. (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no **item 3.6** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade –CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput.)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º.)

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º.)

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.5 e 4.4** deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, se for o caso, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o **item 7.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 8**.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados em campo próprio deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão dos lotes, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no **item 8.9.1**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do **item 3.5**.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no **item 14** deste Edital.

8.17. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.17.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.17.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

8.17.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de empresa ou sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

8.17.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e cópia autenticada do Ato de Registro de Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.17.5. Os documentos descritos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.18. PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS FORMADAS EM CONSÓRCIO:

8.18.1. Ato constitutivo de cada pessoa jurídica consorciada;

8.18.2. Compromisso de constituição do Consórcio

8.19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.19.1. Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ**. A descrição da atividade econômica principal ou secundária constante do CNPJ da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

8.19.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou** Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa em nome do interessado.

8.19.4. Prova de Regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**.

8.19.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal e Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)** mediante apresentação de “Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, ou “Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, ambos os documentos dentro do seu prazo de validade e em nome do interessado. (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/14).

8.19.6. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto deste Pregão.

8.19.6.1. Para empresas sediadas no Estado de São Paulo, será aceita Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.19.6.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estaduais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19.7. Sempre que possível serão aceitas Certidões Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN.

8.20. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.20.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data da licitação.

8.20.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.20.3. A demonstração da boa situação financeira será realizada de forma objetiva, conforme a Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente, comprovando que a licitante possui os seguintes Índices Contábeis:

ILG = igual ou superior a 1,00

ILC = igual ou superior a 1,00

IE = igual ou inferior a 0,50

I - Tais índices serão calculados conforme segue:

ILG = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$

ILC = (AC / PC)

IE = $(PC + ELP / AT)$

ONDE:

***ILG** = Índice de Liquidez Geral;
***ILC** = Índice de Liquidez Corrente;
***AC** = Ativo Circulante;
***IE** = Índice de Endividamento;
***PC** = Passivo Circulante;
***RLP** = Realizável a Longo Prazo;
***ELP** = Exigível a Longo Prazo; e
***AT** = Ativo Total.

8.20.4. Para o consórcio, deverá ser exigido acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, para a habilitação econômico-financeira.

8.20.5. O acréscimo de 10% previsto no item anterior não se aplicará aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.20.6. Somente serão habilitadas no presente certame as empresas que apresentarem os Índices Mínimos e Máximos exigidos.

8.21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.21.1. Comprovação de aptidão técnica para o presente fornecimento. A comprovação deverá ser feita por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, devidamente assinada por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e cargo; sendo que os quantitativos mínimos de prova de execução obedecerão ao percentual mínimo de 25% do quantitativo total estimado, sendo admitida a apresentação de vários atestados que serão somados para aferição da aptidão técnica do licitante, de acordo com o quadro de índice de relevância:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	QUANT. EXIGIDA
1				
1.1	2.078.496	Unidade	Camiseta Manga Curta	25%
1.5	1.039.248	Unidade	Calça Helanca PA	25%
1.7	519.624	Unidade	Jaqueta Helanca PA	
1.9	1.039.248	Unidade	Calça Helanca	25%
1.11	519.624	Unidade	Jaqueta Helanca	
1.12	519.624	Unidade	Jaqueta Tactel	25%
1.13	1.039.248	Unidade	Calça Tactel	
1.15	1.039.248	Unidade	Calça unissex Tactel	25%
1.16	519.624	Unidade	Jaqueta unissex Tactel	
1.17	519.624	Unidade	Blusão Moletom	25%
2				
2.1	2.078.496	Par	Meia escolar	25%
3				
3.1	350.826	Par	Tênis escolar com cadarço	25%
3.2	168.798	Par	Tênis escolar com velcro	25%
3.3	350.826	Par	Tênis escolar com velcro tipo running	25%

8.21.2. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente no atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no **PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na

ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitacao@condemat.sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Acarretará à licitante contratada que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir quaisquer dos preceitos legais, descumprir, parcial ou totalmente, o objeto da Ata, bem como quaisquer outras obrigações definidas neste instrumento, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, por meio da qual a licitante contratada será notificada por escrito sobre alguma irregularidade cometida, para que, no prazo estabelecido no termo de notificação, regularize a situação perante o **CONDEMAT e aos municípios participantes**.

12.1.2. Multa, que será aplicada conforme a seguir:

a. Pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar a “Ata” ou em retirar a “Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente”, dentro do prazo estabelecido neste Edital ou o informado pelo Consórcio e/ou município participante, multa de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDEMAT ou municípios participantes;

b. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, seja total ou parcialmente, multa de 10% (dez por cento) do valor da “Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente”, a ser aplicada pro rata die, até o máximo de 30 (trinta) dias. Mantendo-se o descumprimento por prazo superior a 30 (trinta) dias, caberá ao CONDEMAT juntamente com os municípios participantes decidir sobre a manutenção da ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação da multa referida na alínea “e” abaixo – “pela inexecução total da ata de registro de preços”;

c. Pela inexecução parcial da Ata de Registro, considerada como a entrega do produto feita de forma incorreta ou não prevista neste Edital, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela inexecutada;

d. Pela inexecução total da Ata ou da Ordem/Autorização de Fornecimento, aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma;

e. Multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

f. Pela não comprovação dos encargos trabalhistas e previdenciários com relação aos seus funcionários, quando solicitado pelo **CONDEMAT** ou municípios participantes, multa de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

12.1.2.1. As multas serão descontadas, ex-officio, de qualquer crédito da CONTRATADA existente no **Município consorciado**, em favor desta. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação, sob pena de sujeição à cobrança judicial. Não havendo tais possibilidades, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

12.2. Na eventualidade de aplicação das penas capituladas acima e decidindo o **CONDEMAT e os municípios participantes** pela rescisão da Ata de Registro de Preços, poderá aplicar as seguintes penalidades:

12.2.1. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê-CONDEMAT e com os municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso em que restar comprovado que a CONTRATADA apresentou documento falso ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, dentre outros, sem prejuízo da comunicação de tal fato à autoridade competente a fim de ser apurada a responsabilidade criminal pertinente decorrente da falsidade.

12.2.2. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o **CONDEMAT** e com os municípios consorciados participantes, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONDEMAT e com os municípios consorciados participantes** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa.

12.4. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preço, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o **CONDEMAT e com os municípios consorciados participantes**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. O procedimento para aplicação das penalidades poderá ensejar o cancelamento da Ata, nesse caso, o prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa seguirão o disposto neste item.

12.6. O prazo para defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis da notificação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7. O prazo para recurso contra a aplicação de qualquer sanção, exceto a declaração de inidoneidade, é de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, nos termos do art. 166, da Lei Federal nº 14.133/2021, que será enviada via correio ou e-mail, cujo recebimento deverá ser comprovado nos autos ou, na impossibilidade de comprovar o recebimento, a intimação far-se-á via publicação na imprensa oficial.

12.8. No caso da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar do seu recebimento, nos termos do art. 167, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9. O prazo para pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato, que será feita via publicação na imprensa oficial.

12.10. A inexecução total ou parcial da Ata ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em especial as contidas no art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a. Descumprir as condições da Ata;
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo **CONDEMAT** e pelos municípios consorciados participantes, sem justificativa aceitável;
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.12. Além das hipóteses acima previstas, ensejará o cancelamento do registro:

- a. Não ser mantidas, pela CONTRATADA, durante toda a execução da Ata, as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b. A transferência ou cessão, pela CONTRATADA, das obrigações a outrem, sem autorização do **CONDEMAT**.

12.13. A rescisão da Ata poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONDEMAT**, nos casos previstos em lei;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONDEMAT**;
- c. Judicial, nos termos da legislação.

12.14. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a. Por razão de interesse público; ou
- b. A pedido da empresa.

12.15. Excetuada a hipótese do Procedimento Administrativo previsto no item “Das Penalidades” o contraditório e a ampla defesa serão assegurados, para fins de rescisão, ao fornecedor da seguinte forma:

- a. Antes do cancelamento do registro de preços os fornecedores serão notificados para apresentação da defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será enviada via correio ou e-mail, cujo recebimento deverá ser comprovado nos autos ou, na impossibilidade de comprovar o recebimento, a intimação far-se-á via publicação na imprensa oficial;
- b. Após análise da defesa prévia, sendo essa indeferida, será realizado o cancelamento do registro de preços, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação do ato, para o fornecedor apresentar a respectiva Representação.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): licitacao@condemat.sp.gov.br,

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no

sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. O Termo de Referência é parte integrante do Edital, havendo possibilidade de alteração das condições contratadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria, bem como a de revogação da licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada,

registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Mogi das Cruzes no Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.15.1. ANEXO I** - Termo de Referência e adendos/anexos;
- 14.15.2. ANEXO II** – Modelo de Declaração Unificada;
- 14.15.3. ANEXO III** – Modelo de Proposta Comercial;
- 14.15.4. ANEXO IV** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 14.15.5. ANEXO V** – Relação das Unidades Escolares;

Mogi das Cruzes, 05 de maio de 2026.

Luís Antônio de Camargo
Presidente do CONDEMAT

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 35/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO

1. OBJETO

1.1. O presente objeto visa o registro de preços para fornecimentos de uniformes escolares, meias e tênis, com fornecimento parcelado, para atender as demandas dos municípios consorciados – **ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO** de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. **Natureza:** Bens comuns, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.2. **Quantitativos:** Conforme planilha de itens e quantitativos em anexo.

2.3. **Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1. O Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT tem por finalidade representar o conjunto dos municípios que o integram em matéria de interesse comum, promovendo ações de planejamento, execução, coordenação e acompanhamento de medidas para o desenvolvimento da região.

3.2. O CONDEMAT realiza seus trabalhos de representação dos Municípios desde 2010, tendo apoio de suas Câmaras Técnicas compostas por técnicos das Administrações Municipais, das cidades que o integram.

3.3. A aquisição de uniformes escolares em formato centralizado encontra respaldo no **art. 181 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a instituição de centrais de compras pelos entes federativos para a realização de aquisições em grande escala, visando atender diversos órgãos e entidades sob sua competência. Dessa forma, a presente contratação busca garantir a economicidade, a eficiência administrativa e a padronização dos produtos a serem entregues aos alunos da rede pública, em conformidade com as finalidades previstas na legislação.

3.4. JUSTIFICATIVA

3.4.1. O presente termo de referência tem como objetivo a aquisição de uniforme escolar destinado aos alunos da rede pública de ensino dos municípios integrantes do **CONDEMAT** que manifestaram interesse na contratação, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas ao longo do ano letivo.

3.4.2. A Constituição Federal, no art. 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

3.4.3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394/96 reforça a responsabilidade do poder público em assegurar condições adequadas para o acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes.

3.4.4. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu que as contratações devem estar vinculadas ao planejamento e atender ao interesse público, permitir a contratação de bens de consumo padronizados, bem como autoriza os entes federativos a instituírem centrais de compras, para realizar aquisições em grande escala, garantindo economicidade e eficiência.

3.4.5. A disponibilização de UNIFORMES, MEIAS e TÊNIS, para os alunos da rede pública de ensino dos municípios consorciados colabora para a segurança dos mesmos.

3.4.6. Além de ser importante para identificá-los dentro das unidades escolares, possibilita o reconhecimento dos estudantes em possíveis situações de perigo fora delas.

3.4.7. A utilização de UNIFORMES, MEIAS e TÊNIS, além de economizar a utilização de outras vestimentas, evita o consumismo e situações discriminatórias, que levam a prática do bullying.

3.4.8. Uma das principais funções do uniforme escolar como política pública é promover a igualdade entre os estudantes. Ao estabelecer um padrão de vestuário comum, o uniforme elimina as diferenças visíveis entre alunos de diferentes classes sociais. Isso ajuda a reduzir a discriminação baseada em roupas, evitando que estudantes de famílias com menos recursos se sintam excluídos ou vítimas de bullying. A política de uniforme escolar pode, portanto, ser vista como uma medida de inclusão social, contribuindo para um ambiente educacional mais igualitário e menos suscetível a desigualdades.

3.4.9. Alunos “uniformizados” com a mesma “padronagem” pertencem ao mesmo grupo, possuem os mesmos interesses, e focam na aprendizagem.

3.4.10. O uniforme escolar também funciona como uma ferramenta para fortalecer a identidade escolar. Ao adotar um uniforme, os alunos se sentem parte de uma comunidade escolar, o que favorece o desenvolvimento de um senso de pertencimento. Este sentimento é essencial para o engajamento dos estudantes, pois cria uma conexão emocional com a instituição de ensino e seus valores. A política pública de fornecimento de uniformes pode, assim, fomentar a formação de uma cultura escolar positiva, contribuindo para o comprometimento dos alunos com seus estudos e suas atividades.

3.4.11. Com a vestimenta adequada e uniforme igual, cultiva-se o sentimento de cidadania nos alunos, pois beneficia a todos (os alunos) sem distinção.

3.4.12. Além de promover a igualdade, o uniforme escolar também pode ser interpretado como uma forma de valorizar a educação, estimulando os estudantes a adotarem uma postura mais formal e focada. O uso do uniforme pode ajudar a diferenciar o ambiente escolar de outros espaços, promovendo a disciplina e o respeito ao contexto educacional

3.4.13. Portanto, a aquisição de uniforme escolar é medida necessária, legalmente fundamentada e socialmente justa, atendendo ao interesse público, promovendo a eficiência administrativa e assegurando o direito à educação de qualidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, publicado no PNCP e no endereço eletrônico www.condemat.sp.gov.br.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

5.1.1. Na presente contratação NÃO haverá indicação de marca(s), por ausência de histórico anterior relacionado com o processamento de vedação de marca ou de processo de padronização.

5.2. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.2.1. As empresas vencedoras, deverão apresentar no prazo de até 15 dias, 1 (uma) amostra de todos os itens, juntamente com os laudos e documentos indicados no descritivo de cada item, visando a comprovação de atendimento e cumprimento de todas as especificações exigidas. A amostra poderá ser em qualquer tamanho dentre os previstos nos respectivos descritivos. Não é exigido que as amostras sejam personalizadas.

5.2.2. Critérios de Avaliação das Amostras:

5.2.2.1. A análise das amostras apresentadas pelos licitantes observará a sua forma de apresentação, a fim de verificar a qualidade dos produtos. Observará também os seguintes critérios técnicos e objetivos, em conformidade com as especificações:

5.2.2.2. Peça limpa, sem manchas, sem odores estranhos, sem defeitos aparentes;

5.2.2.3. Modelo da peça (gola, manga, comprimento, bolsos, recortes);

5.2.2.4. Tecido e matéria-prima utilizada, composição, gramatura mínima, toque, respirabilidade, resistência, solidez da cor, regularidade do tecido (sem furos, falhas de trama, transparência indevida);

5.2.2.5. Costuras e acabamento, tipo de costura (overloque, galoneira, pesponto etc.), linha resistente, sem pontos falhos, sem fios soltos, barras, golas, punhos e vistas alinhados, bem acabados, sem deformações, conferência da amostra com a tabela de medidas do edital;

5.2.2.6. Etiquetas com informações obrigatórias (indicação de tamanho, composição, CNPJ do fabricante/fornecedor, Instruções de lavagem e conservação, conforme normas têxteis).

5.3. Análise comparativa do laudo:

5.3.1. Será verificada inicialmente a correta identificação do documento e do laboratório responsável, com nome, CNPJ, data, assinatura do responsável técnico e indicação clara da amostra analisada, vinculando peça, lote e fornecedor. Também serão conferidos se os ensaios foram realizados com base em normas técnicas reconhecidas, devidamente mencionadas no laudo, evitando testes genéricos sem referência, bem como se os laudos correspondem exatamente à amostra apresentada e à proposta do licitante, em coerência com especificações do edital. Os laudos devem ser utilizados como prova técnica objetiva para subsidiar o julgamento da comissão, garantindo transparência técnica e fundamentada.

5.3.2. Local de entrega das amostras e demais documentos técnicos: Rua Alfa, 372 – Una – Itaquaquetuba – SP.

5.3.3. As amostras que estiverem em desacordo com qualquer especificação será motivo de desclassificação da licitante.

5.4. SUBCONTRATAÇÃO

5.4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto do preço registrado.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PRAZO DA ENTREGA

6.1. As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades de cada Prefeitura aderente e se fará por meio da emissão de autorização de compra diretamente à empresa detentora da Ata, transmitidos por comunicação via e-mail. A detentora da Ata, através de prévio contato com as Prefeituras, deverá indicar todos os meios que possui visando dar maior rapidez aos atendimentos.

6.2. A entrega não terá um limite mínimo de pedido a ser feito pelo município participante, devendo a detentora da Ata entregar sempre o quantitativo solicitado.

6.3. Todo produto entregue deverá estar devidamente embalado.

6.4. As peças de vestuário deverão ser dobradas e embaladas individualmente em sacos plásticos transparentes, como comumente comercializados e montadas em forma de kit com suas respectivas numerações.

6.5. Após cumpridas as etapas de embalagens descritas nas regras acima, as peças deverão ser acondicionadas em caixa de papelão resistente. As caixas deverão estar devidamente identificadas: nome da unidade escolar, tipo de peça, tamanho e quantidade.

6.6. A contratada deverá embalar os produtos de forma a garantir sua integridade do até seu destino final. Não serão aceitas caixas amassadas, abertas ou sem lacre e identificação de forma clara.

6.7. Os logotipos e artes finais serão fornecidos pelas Prefeituras respectivas, quando dos pedidos.

6.8. A detentora da Ata será responsável pelo frete de entrega dos materiais, bem como, com todas as despesas decorrentes do fornecimento.

6.9. Os materiais ofertados deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

6.10. Os materiais deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, após recebimento da **Ordem/Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente**, enviada pelo município solicitante, nos endereços indicados por cada município, conforme **Anexo II** deste Termo.

6.11. Os materiais serão recebidos provisoriamente, **juntamente com a Nota Fiscal que deverá constar o número de lote, marca e validade**, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência, por servidor designado pela Secretaria competente do Município solicitante.

6.12. O recebimento dos materiais não implica a aceitação dos mesmos.

6.13. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para uso serão recusados e devolvidos parcialmente ou totalmente, conforme o caso, ficando a Contratada obrigada a substituí-los no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

6.14. O município consorciado participante é responsável pelos pedidos e controle de suas cotas dos quantitativos referentes a cada item registrado;

6.15. Os municípios participantes deverão comunicar o CONDEMAT, por meio de ofício, sobre eventuais irregularidades da execução contratual.

6.16. A detentora da Ata não deverá se furtar em entregar ao ente participante alegando impossibilidade de fracionamento do pedido, desde que dentro da embalagem primária, pois ao efetuar sua proposta, tomou conhecimento da separação de volumes de quantitativos para cada município previsto neste Termo de Referência;

6.17. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega deverão ser comunicados e decididos diretamente com o município solicitante.

7. LOCAIS DE ENTREGA.

7.1. As entregas dos uniformes deverão ser feitas nos locais a serem indicados por cada município participante, conforme **Anexo V** deste edital.

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

8.1. Não haverá exigência de garantia.

9. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão das contratações, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre as Secretarias dos Municípios consorciados e a contratada/detentora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a Secretaria do Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5. A minuta da Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência das contratações.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

10.1. Cada órgão contratante indicará um gestor e um fiscal para o seu respectivo contrato.

10.2. O gestor do contrato será o responsável por gerenciar o contrato em nome do órgão ou entidade contratante, buscando garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, analisando e autorizando os pagamentos devidos, entre outras atividades relacionadas à gestão do contrato.

10.3. O fiscal do contrato será o responsável para acompanhar a execução do contrato, assegurando que a detentora/ contratada esteja cumprindo todas as cláusulas e obrigações contratuais.

10.3.1. O fiscal atuará junto a Contratada, nos termos dos artigos 117 e 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhando de perto a execução do contrato, atestando o recebimento provisório e definitivo dos materiais e serviços contratados, solicitando correções ou ajustes quando necessário e emitindo relatórios de acompanhamento para subsidiar o gestor do contrato em suas decisões.

11. DAS OBRIGAÇÕES.

11.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.1.1. O Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT é o órgão gerenciador da ata de registro de preços e deverá:

- a. Assinar a Ata de Registro de Preços;
- b. Providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços;
- c. Autorizar ou não a adesão a Ata de Registro de Preços;
- d. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- e. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços;
- f. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento dos itens da Ata;
- g. Acompanhar a fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- h. Comunicar às Detentoras das Atas de Registro de Preços, as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- i. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

11.2. DO DETENTOR DA ATA:

- a. Executar o objeto registrado, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;
- b. Direcionar todos os recursos necessários, visando à perfeita execução do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante;
- c. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes quanto ao objeto executado em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução do objeto, no prazo assinalado pelos mesmos;
- e. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos objetos bem como tributos, fretes, tarifas e as demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, que deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota

fiscal/fatura, não transferindo ao Órgão Gerenciador ou aos Órgãos Participantes a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar, sob qualquer pretexto o objeto da Ata de Registro de Preços;

f. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais do objeto executado, não transferindo ao Órgão Gerenciador ou aos Órgãos Participantes a responsabilidade por seu pagamento;

g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador ou pelos Órgãos Participantes;

h. Comunicar ao Órgão Gerenciador ou aos Órgãos Participantes qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

i. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante a entrega dos materiais licitados;

j. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem autorização do Órgão Gerenciador por escrito.

11.3. DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES (MUNICÍPIOS):

a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência

b. Comunicar imediatamente à detentora da ata qualquer irregularidade verificada, notificando-a para corrigir essas irregularidades, no prazo a ser fixado;

c. Averiguar se a Nota Fiscal recebida é correspondente ao pedido do município solicitante e se houve o devido cumprimento do prazo, quantidade e especificações descritas no Termo de Referência;

d. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

e. Tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do Edital e da Ata de Registro de Preços.

f. Realizar a gestão da Ata de Registro, não havendo nenhuma interferência do CONDEMAT, exceto no que concerne às sanções em caso de inadimplemento contratual e eventuais pedidos de alteração de preços ou cancelamento de itens, que serão centralizadas no CONDEMAT, após a devida comunicação.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

12.1. Conforme definido na Cláusula “VII” da Minuta da Ata de Registro de Preços.

13. RECEBIMENTO DO OBJETO.

13.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização das contratações, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta.

13.2. O recebimento do objeto ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo Município, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação.

13.3. O prazo para recebimento poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistência na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificados pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

13.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução das contratações.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

14.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Administração atestar a execução do objeto do contrato.

14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

14.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

14.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. As notas fiscais dos materiais deverão ser emitidas em face da prefeitura municipal participante.

14.6. O pagamento será efetuado, com base nas entregas efetivamente realizadas, após aferição pela pessoa designada pelo respectivo município, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após recebimento definitivo dos materiais constantes da Ordem/Autorização de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo município solicitante.

14.6.1. Os pagamentos dos itens adquiridos por meio das Atas oriundas deste pregão são de total responsabilidade das Prefeituras Municipais participantes.

14.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio e para o município.

14.8. O pagamento será feito mediante crédito aberto em nome da licitante contratada, conforme indicado em sua Proposta Comercial.

14.9. As Notas Fiscais deverão **ser eletrônicas** e recebidas **somente** pelo gestor da Ata do município participante ou alguém por ele indicado, **para que sejam devidamente atestadas para o respectivo pagamento**. Não se considerarão recebidas Notas Fiscais que sejam entregues a outro servidor da municipalidade.

14.10. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a licitante contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

14.11. Em nenhuma hipótese serão pagas Notas Fiscais com número de CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços da licitante contratada, ainda que se tratem de empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

14.12. Os pagamentos, eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

14.13. Nenhum pagamento será efetuado à licitante contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.15. A contratada/detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

16. ESTIMATIVAS DA CONTRATAÇÃO.

16.1. O custo total estimado segue relacionado abaixo:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor unitário	Valor total
1	VESTUÁRIO				
1.1	2.078.496	Unidade	Camiseta Manga Curta	R\$ 30,29	R\$ 62.957.643,84
1.2	519.624	Unidade	Camiseta Manga Longa	R\$ 31,15	R\$ 16.186.287,60
1.3	519.624	Unidade	Regata Unissex	R\$ 27,84	R\$ 14.466.332,16
1.4	519.624	Unidade	Bermuda Helanca PA	R\$ 54,63	R\$ 28.387.059,12
1.5	1.039.248	Unidade	Calça Helanca PA	R\$ 68,80	R\$ 71.500.262,40
1.6	262.894	Unidade	Short Saia Helanca PA	R\$ 46,83	R\$ 12.311.326,02
1.7	519.624	Unidade	Jaqueta Helanca PA	R\$ 104,25	R\$ 54.170.802,00
1.8	519.624	Unidade	Bermuda Helanca	R\$ 42,97	R\$ 22.328.243,28
1.9	1.039.248	Unidade	Calça Helanca	R\$ 56,30	R\$ 58.509.662,40
1.10	262.894	Unidade	Short Saia Helanca	R\$ 41,30	R\$ 10.857.522,20
1.11	519.624	Unidade	Jaqueta Helanca	R\$ 88,40	R\$ 45.934.761,60
1.12	519.624	Unidade	Jaqueta Tactel	R\$ 106,48	R\$ 55.329.563,52
1.13	1.039.248	Unidade	Calça Tactel	R\$ 65,18	R\$ 67.738.184,64
1.14	519.624	Unidade	Bermuda unissex Tactel	R\$ 39,13	R\$ 20.332.887,12
1.15	1.039.248	Unidade	Calça unissex Tactel	R\$ 64,66	R\$ 67.197.775,68
1.16	519.624	Unidade	Jaqueta unissex Tactel	R\$ 95,21	R\$ 49.473.401,04
1.17	519.624	Unidade	Blusão Moletom	R\$ 90,26	R\$ 46.901.262,24
1.18	262.894	Unidade	Calça Legging	R\$ 62,47	R\$ 16.422.988,18
1.19	48.268	Unidade	Body - Creche e pré-escola	R\$ 39,63	R\$ 1.912.860,84

1.20	172.624	Unidade	Jaqueta Bebê - Creche e pré-escola	R\$ 85,50	R\$ 14.759.352,00
1.21	172.624	Unidade	Calça Bebê - Creche e pré-escola	R\$ 54,30	R\$ 9.373.483,20
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 747.051.661,08	
2	MEIAS ESCOLARES				
2.1	2.078.496	Par	Meia escolar	R\$ 11,06	R\$ 22.988.165,76
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 22.988.165,76	
3	TÊNIS ESCOLARES				
3.1	350.826	Par	Tênis escolar com cadarço	R\$ 100,64	R\$ 35.307.128,64
3.2	168.798	Par	Tênis escolar com velcro	R\$ 105,26	R\$ 17.767.677,48
3.3	350.826	Par	Tênis escolar com velcro tipo running	R\$ 94,81	R\$ 33.261.813,06
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$ 86.336.619,18	
TOTAL GERAL				R\$ 856.376.446,02	

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

17.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta de recursos consignados nos Orçamentos das Prefeituras participantes da licitação.

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes (em sendo o caso) será indicada após aprovação das Leis orçamentárias respectivas e liberação dos créditos correspondentes.

17.3. Os recursos financeiros para as despesas com a execução das aquisições serão atendidos pela dotação do orçamento vigente dos municípios participantes da licitação (próprios ou oriundos de repasses estadual ou federal, conforme o caso).

17.4. Por se tratar de contratações pelo Sistema de Registro de Preços, a disponibilização dos créditos orçamentários se dará na formalização de cada contratação, posterior à assinatura da Ata de Registro de Preços, representados por nota de empenho ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

18. DESCRITIVO DETALHADO DOS ITENS:

Item 1.1. Camiseta Manga Curta: Confeccionada em meia malha, composição 65% poliéster e 35% viscose, gramatura mínima de 160 g/m². A cor será definida pela Prefeitura futura compradora. Mangas confeccionadas na mesma malha do corpo, com cor igualmente definida pela Prefeitura futura compradora.

- Gola decote redondo medindo 2,0 cm acabada, confeccionado em malha ribana 1x1, composição 64% Poliéster 34% Viscose e 2% Elastano com gramatura 240 g/m² na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.
- Barra mangas e corpo com acabamento em máquina galoneira 2,0 cm 2 agulhas bitola larga.
- A peça deve conter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada de forma permanente e indelével, presa ao centro do decote. Os caracteres devem ser na cor preta, uniformes, contendo razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster nº 120.
- A camiseta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, lado esquerdo do peito terá estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, medida proporcional para cada tamanho de peça.

- Na parte traseira da peça deverá conter os dizeres a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em formato de semicírculo e nome da Prefeitura em linha reta centralizada, na cor a ser definida em processo de silkscreen.

Obs. Camiseta corpo e mangas na cor do Município contratante.

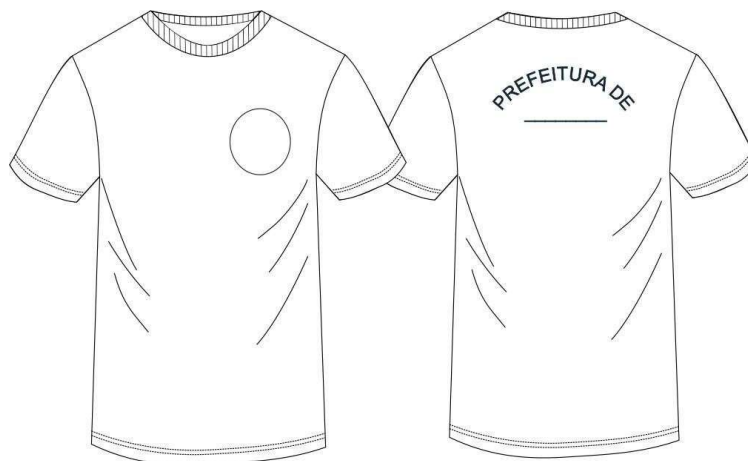


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A COMPRIMENTO	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B TÓRAX	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
C COMPRIMENTO MANGA	12	13	14	15	16	17	18	19	21	22	23	24	25
D ABERTURA MANGA	13	13,5	14	14,5	15	15,5	16	16,5	17	18	19	20	21
E CAVA RETA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27

Item 1.2. Camiseta Manga Longa: Confeccionada em meia malha, composição 65% poliéster e 35% viscose, gramatura mínima de 160 g/m². A cor será definida pela Prefeitura futura compradora. Mangas confeccionadas na mesma malha do corpo, com cor igualmente definida pela Prefeitura futura compradora:

- Gola decote redondo medindo 2,0 cm acabada, confeccionado em malha ribana 1x1, composição 64% Poliéster 34% Viscose e 2% Elastano com gramatura 240 g/m² na cor a ser definida pelo órgão.
- Barra mangas e corpo com acabamento em máquina galoneira 2,0 cm 2agulhas bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do decote, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster n° 120.
- A camiseta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, lado esquerdo do peito terá estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, medida proporcional para cada tamanho de peça.
- Na parte traseira da peça deverá conter os dizeres a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em formato de semicírculo, e nome da Prefeitura em linha reta centralizado, na cor a ser definida em processo de silkscreen.

Obs. Camiseta corpo e mangas na cor do Município contratante.

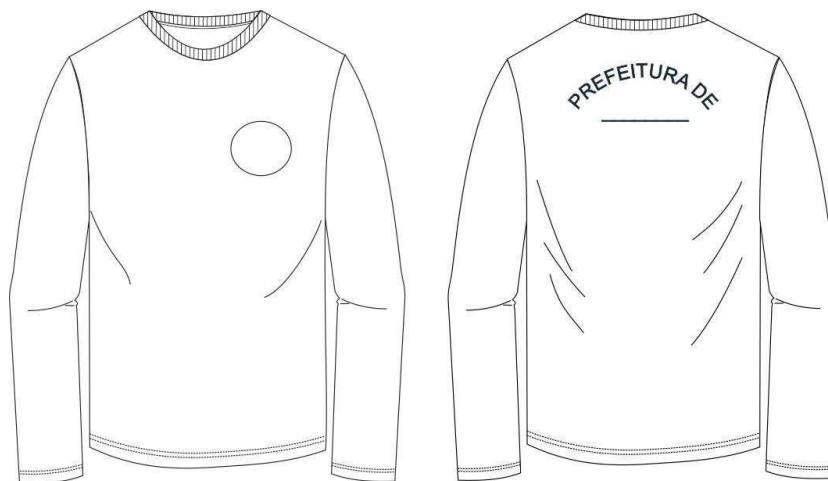


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A COMPRIMENTO	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B TÓRAX	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
C COMPRIMENTO MANGA	33	38	42	45	48	51	54	57	58	60	61	62	63
D ABERTURA MANGA	7	7,5	8	8,5	9	9,5	10	11	12	12,5	13	13,5	14
E CAVA RETA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27

Item 1.3. Camiseta Regata: Confeccionada em meia malha, composição 65% poliéster e 35% viscose, gramatura de 160 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora. Gola decote e cavas redondo medindo 2,0 cm acabada, confeccionado em malha ribana 1x1, composição 64% Poliéster 34% Viscose e 2% Elastano com gramatura 240 g/m² na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Barra corpo com acabamento em máquina galoneira 2,0 cm 2 agulhas bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do decote; os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devem ser uniformes e informar: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster nº 120.
- A camiseta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, lado esquerdo do peito terá estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, medida proporcional para cada tamanho de peça.
- Na parte traseira da peça deverá conter os dizeres a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em formato de semicírculo, e nome da Prefeitura em linha reta centralizado, na cor a ser definida em processo de silkscreen.

Obs. Camiseta corpo e mangas na cor do Município contratante.



Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A COMPRIMENTO	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B TÓRAX	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
C CAVA RETA	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25

Item 1.4. Bermuda Escolar – Malha Helanca PA: Confeccionada em malha helanca 54 % Poliéster e 46% Algodão com gramatura mínima de 260 g/m² na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Bolsos laterais tipo pic, costurados e pregados em máquina reta 1 agulha a 0,5 cm das extremidades.
- Cós com elástico 4,0 cm embutido costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Barra com acabamento em máquina galoneira 2,0 cm 2 agulhas bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- A bermuda deve estar limpa e integra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, perna esquerda de quem veste próxima a barra deverá ter a estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs. Bermuda na cor do Município contratante.



Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	17	18	19	20	21	22	23	25	27	29	31	33	35
B	COXA	24	25	26	27	28	29	30	32	34	35	36	37	38
C	GANCHO FRENTE	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
D	GANCHO COSTAS	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
E	CINTURA	22	23	24	25	26	28	29	30	31	32	34	36	38
F	QUADRIL	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G	ABERTURA PERNA	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31

Item1. 5: Calça Escolar – Malha Helanca PA: Confeccionada em malha helanca 54 %Poliéster e 46% Algodão com gramatura mínima de 260 g/m² na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora:

- Bolsos laterais tipo pic, costurado e pregado em máquina reta 1 agulha a 0,5cm das extremidades.
- Cós com elástico 4,0 cm embutido costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Deverá ser aplicado reforço de joelho, na altura adequada para sua proteção, em malha tipo urdume felpada, 100% poliéster, gramatura de 200 g/m², na cor preta, aplicado internamente na peça.
- Barra com acabamento em máquina galoneira 2,0 cm2 agulhas bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, perna esquerda de quem veste, próximo a coxa, deverá ter a estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs. Calça na cor do Município contratante.



Tabela de medidas:

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	44	47	51	56	62	65	67	70	73	76	79	82	85
B	COXA	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
C	GANCHO FRENTE	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
D	GANCHO COSTAS	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	CINTURA	22	23	25	26	27	28	29	31	32	34	36	38	40
F	QUADRIL	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G	ABERTURA PERNA	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26

Item 1. 6. Short Saia – Malha Helanca PA Short saia escolar confeccionado em malha helanca, composição 54% poliéster e 46% algodão, gramatura mínima de 260 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Cós com elástico de 4,0 cm embutido, costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Saia sobreposta costurada na lateral direita de quem veste e solta na lateral esquerda.
- Acabamento barra e lateral em bainha máquina galoneira 2,0 cm 2agulhas bitola larga.
- Barrado do short com acabamento em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- O short saia deve estar limpo e íntegro, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.
- Na frente, na lateral esquerda da saia, deverá conter estampa em processo de silkscreen do brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs: Short saia na cor do Município contratante.

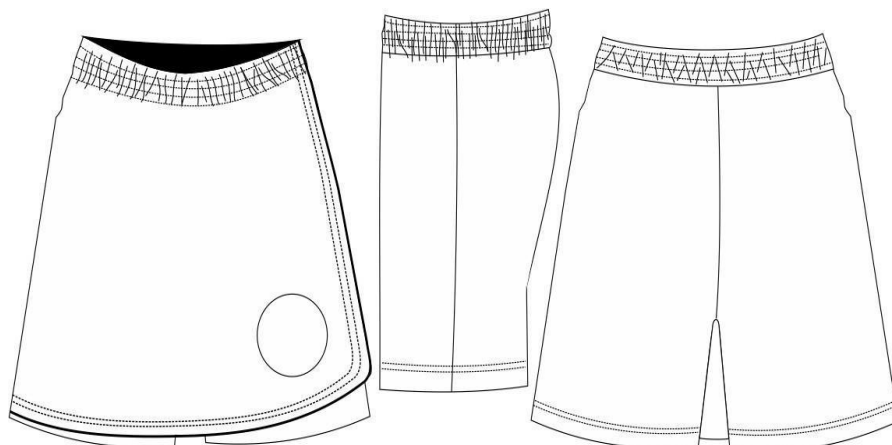


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B	COXA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
C	GANCHO FRENTE C/ CÓS	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	GANCHO COSTAS C/ CÓS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
E	CINTURA	18	19	20	22	24	26	28	30	32	34	36	38	40
F	QUADRIL	24	26	28	30	32	34	36	38	40	42	44	46	48
G	ABERTURA PERNA	11,5	12,5	13,5	14	14,5	15,5	16	16,5	17,5	18	19	20	21

Item 1.7. Jaqueta Escolar – Helanca PA: Jaqueta escolar manga raglã, confeccionada em malha helanca, composição 54% poliéster e 46% algodão, gramatura mínima de 260 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Bolso lateral tipo *pocket*, costurado e pregado em máquina reta, 1 agulha, a 0,5 cm das extremidades, confeccionado na mesma malha do corpo.
- Fechamento frontal em zíper de nylon destacável, em cor semelhante à do corpo, com abertura da barra até o final da gola.
- Barra e punhos confeccionados em malha ribana 1x1, 100% poliéster, gramatura 300 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével no centro do decote traseiro, com caracteres na cor preta, uniformes, contendo: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster n° 120.
- A jaqueta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação. Na frente, no lado esquerdo do peito, deverá conter estampa em processo de silkscreen do brasão a ser definido pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça. Na parte traseira da peça, deverão constar os dizeres "PREFEITURA DE [nome da Prefeitura]", sendo "PREFEITURA DE" em formato de semicírculo e o nome da Prefeitura em linha reta centralizada, em processo de silkscreen, na medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs. Jaqueta na cor do Município contratante.



Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	COMPRIMENTO COM BARRA	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B	TÓRAX	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
C	COMPRIMENTO MANGA COM PUNHO	43	50	53	57	61	65	68	70	72	74	77	80	83
D	ABERTURA PUNHO RIBANA	6	6,5	7	7,5	8	8,5	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12
E	CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
F	ALTURA GOLA	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
G	ABERTURA BOLSO	11	11	12	12	13	13	13	13	14	14	14	14	14

Item 1.8. Bermuda Escolar – Malha Helanca: Bermuda escolar confeccionada em malha helanca 100% poliéster, gramatura mínima de 240 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora:

- Bolsos laterais tipo pic, costurados e pregados em máquina reta, 1 agulha, a 0,5 cm das extremidades.
- Cós com elástico de 4,0 cm embutido, costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Barra com acabamento em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- A bermuda deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, na perna esquerda de quem veste, próxima à barra, deverá conter estampa em processo de silkscreen, a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs.: Bermuda na cor do Município contratante.

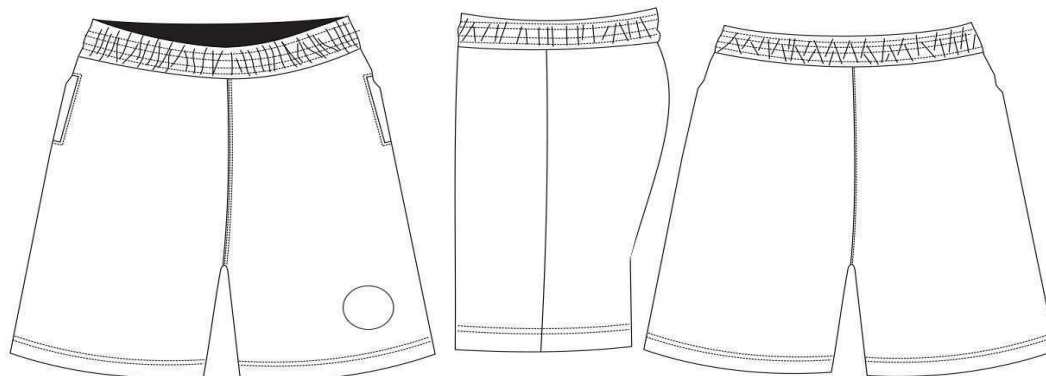


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	17	18	19	20	21	22	23	25	27	29	31	33	35
B	COXA	24	25	26	27	28	29	30	32	34	35	36	37	38
C	GANCHO FRENTE	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
D	GANCHO COSTAS	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
E	CINTURA	22	23	24	25	26	28	29	30	31	32	34	36	38
F	QUADRIL	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G	ABERTURA PERNA	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31

Item 1.9. Calça Escolar – Malha Helanca: Calça escolar confeccionada em malha helanca 100% poliéster, gramatura mínima de 240 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Bolsos laterais tipo pic, costurado e pregado em máquina reta 1 agulha a 0,5cm das extremidades.
- Cós com elástico 4,0 cm embutido costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Deverá ser aplicado reforço de joelho, na altura adequada para sua proteção, em malha tipo urdume felpada, 100% poliéster, gramatura de 200 g/m², na cor preta, aplicado internamente na peça.
- Barra com acabamento em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, na perna esquerda de quem veste, próxima à coxa, deverá conter estampa em processo de silkscreen, a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs.: Calça na cor definida pelo Município contratante.

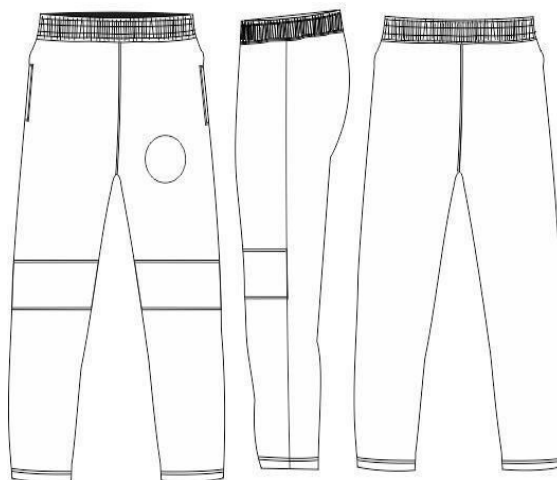


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A ENTRE PERNAS	44	47	51	56	62	65	67	70	73	76	79	82	85
B COXA	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
C GANCHO FRENTE	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
D GANCHO COSTAS	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E CINTURA	22	23	25	26	27	28	29	31	32	34	36	38	40
F QUADRIL	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G ABERTURA PERNA	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26

Item 1.10. Short Saia – Malha Helanca: Confeccionada em malha helanca 100% poliéster, gramatura mínima de 240 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora:

- Cós com elástico de 4,0 cm embutido, costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Saia sobreposta costurada na lateral direita de quem veste e solta na lateral esquerda, com acabamento de barra e lateral em bainha em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- Barrado do short com acabamento em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho traseiro, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster nº 120.
- O short saia deve estar limpo e íntegro, isento de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, na lateral esquerda da saia, deverá conter estampa em processo de silkscreen a ser definida pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs.: Short saia na cor definida pelo Município contratante

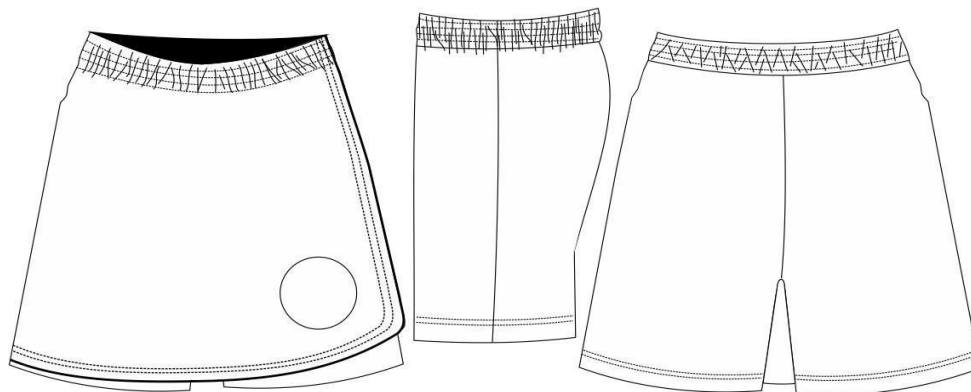


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B	COXA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
C	GANCHO FRENTE C/ CÓS	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	GANCHO COSTAS C/ CÓS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
E	CINTURA	18	19	20	22	24	26	28	30	32	34	36	38	40
F	QUADRIL	24	26	28	30	32	34	36	38	40	42	44	46	48
G	ABERTURA PERNA	11,5	12,5	13,5	14	14,5	15,5	16	16,5	17,5	18	19	20	21

Item 1.11. Jaqueta Escolar – Helanca: Jaqueta escolar manga raglã confeccionada em malha helanca 100% poliéster, gramatura mínima de 240 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Bolso lateral tipo pic, costurado e pregado em máquina reta, 1 agulha, a 0,5 cm das extremidades, confeccionado na mesma malha do corpo.
- Fechamento frontal em zíper de nylon destacável, em cor semelhante à do corpo, com abertura da barra até o final da gola.
- Barra e punhos confeccionados em malha ribana 1x1, 100% poliéster, gramatura 300 g/m², na cor a ser definida pelo órgão.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével no centro do decote traseiro, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, contendo: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster n° 120.
- A jaqueta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, no lado esquerdo do peito, deverá conter estampa em processo de silkscreen do brasão a ser definido pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.
- Na parte traseira da peça, deverão constar os dizeres “PREFEITURA DE” em formato de semicírculo e o nome da Prefeitura em linha reta centralizada, em processo de silkscreen, na medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs: Jaqueta na cor do Município contratante.

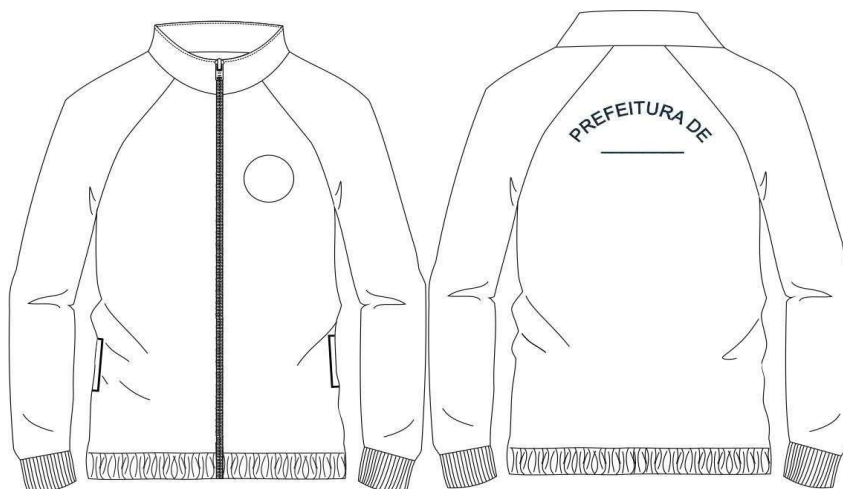


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	COMPRIMENTO COM BARRA	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B	TÓRAX	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
C	COMPRIMENTO MANGA COM PUNHO	43	50	53	57	61	65	68	70	72	74	77	80	83
D	ABERTURA PUNHO RIBANA	6	6,5	7	7,5	8	8,5	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12
E	CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
F	ALTURA GOLA	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
G	ABERTURA BOLSO	11	11	12	12	13	13	13	13	14	14	14	14	14

Item 1.12. Jaqueta Tactel c/ capuz: Jaqueta com capuz, confeccionada em tecido plano maquinado Rip Stop em toda a extensão, com relevos aparentes tanto no urdume quanto na trama, para reforço anti-rasgo, na composição 85% poliéster e 15% viscose, gramatura de 112 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Forro do corpo e do capuz em tecido plano politafta 100% poliéster, gramatura mínima de aproximadamente 55 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora, costurado em máquina interloque, sendo o forro matelado à peça com enchimento de fibra 100% acrílico, gramatura de 60 g/m².
- Bolsos laterais tipo pic, costurados e pregados em máquina reta, 1 agulha, a 0,5 cm das extremidades, confeccionados no mesmo tecido do corpo, com cor a ser definida pelo órgão.
- Fechamento frontal em zíper de nylon destacável, em cor semelhante à do corpo, com abertura da barra até o final do decote.
- Barra e mangas com acabamento em bainha, limpeza em máquina overloque e rebatido formando bainha de 2,0 cm em máquina reta 1 agulha.
- Junto à bainha da barra deverá ser embutido cordão trançado 100% poliéster, espessura de 0,5 cm, na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora, finalizado com nó nas extremidades.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, no centro do decote traseiro, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, contendo: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina interloque, com linha 100% poliéster n° 120.
- A jaqueta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

- Na frente, lado esquerdo do peito terá estampa em processo de silkscreen brasão a ser definida pela Prefeitura futura compradora, na medida proporcional para cada tamanho de peça.

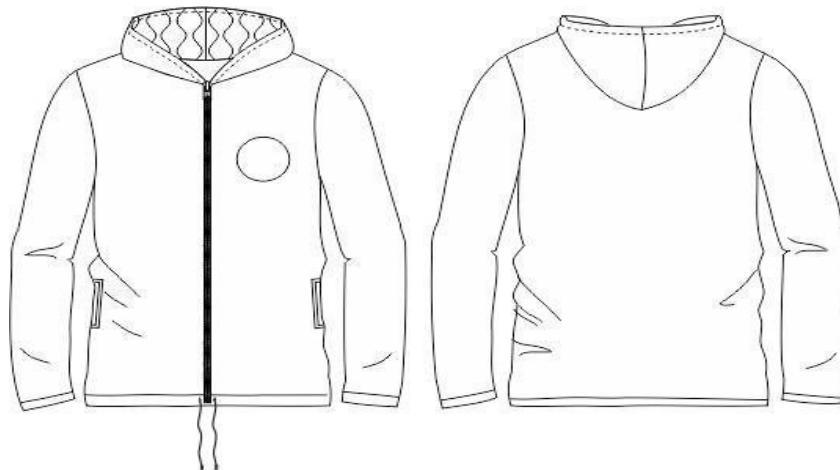


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	COMPRIMENTO	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B	TÓRAX	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	56
C	COMPRIMENTO MANGA	35	40	44	47	50	53	56	59	60	61	62	63	64
D	ABERTURA MANGA	10	10,5	11	11,5	12	12,5	13	13,5	14	14,5	15	15,5	16
E	CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
F	ABERTURA BOLSO	11	11	12	12	13	13	13	13	14	14	14	14	14
G	ALTURA CAPUZ	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
H	LARGURA CAPUZ	20	20,5	21	21,5	22	22,5	23	23,5	24	24,5	25	25,5	26

Item 1.13. Calça Escolar – Tactel: Confeccionada em tecido plano maquinado Rip Stop em toda a extensão, com relevos aparentes no urdume e na trama para reforço anti-rasgo, composição 85% poliéster e 15% viscose, gramatura de 112 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora:

- Forro da calça em tecido plano politafta 100% poliéster, gramatura mínima de aproximadamente 55 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora, costurado em máquina interloque.
- Bolsos laterais tipo pic, costurados e pregados em máquina reta, 1 agulha, a 0,5 cm das extremidades.
- Cós com elástico de 4,0 cm embutido, costurado em máquina overloque e rebatido em máquina catraca 4 agulhas.
- Deverá ser aplicado reforço de joelho, na altura adequada para proteção, no mesmo tecido da calça, aplicado internamente na peça.
- Barra com acabamento em máquina galoneira, 2,0 cm, 2 agulhas, bitola larga.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster nº 120.
- A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, na perna esquerda de quem veste, próxima à coxa, deverá conter estampa em processo de silkscreen do brasão a ser definido pela Prefeitura futura compradora, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs.: Calça na cor definida pelo Município contratante

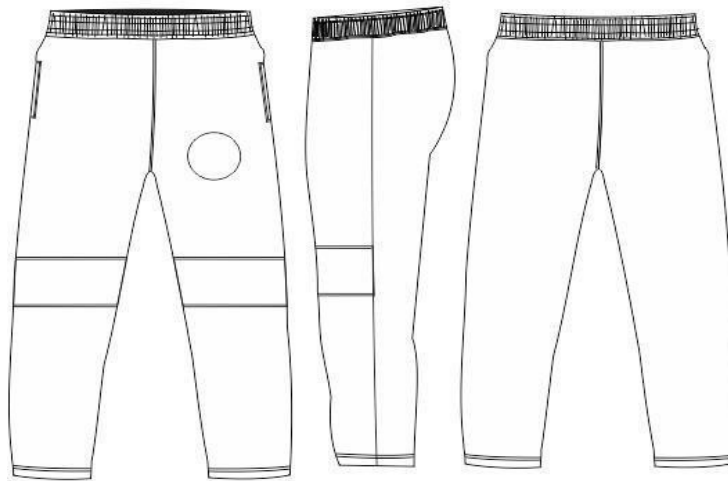


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	ENTRE PERNAS	44	47	51	56	62	65	67	70	73	76	79	82	85
B	COXA	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
C	GANCHO FRENTE	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
D	GANCHO COSTAS	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	CINTURA	22	23	25	26	27	28	29	31	32	34	36	38	40
F	QUADRIL	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G	ABERTURA PERNA	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26

Item 1.14. Bermuda Escolar Unisex em Tactel: Bermuda escolar confeccionada em tecido plano (comercialmente conhecido como tactel), com construção em RIP STOP com quadrados de 5 mm para aumentar a durabilidade, composição 95% Poliamida / 5% Elastano, com gramatura de 155,00 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Bolsos nas laterais frontais, forrados com o mesmo tecido da peça o bolso deverá possuir pesponto na borda 0,5 cm de largura.
- Nas laterais da bermuda, conforme croqui, deverá conter uma fita em cetim, com ourelas, composição 100% poliéster, com 1,3 cm de largura, na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora, aplicada e pespontada a 1 mm das bordas, e sobre ela deve ser aplicado pelo processo de serigrafia, na cor branca, em fonte ARIAL, o texto "NOME DA CIDADE" (0,8 cm de altura e comprimento final de 8,5 cm, separados 1,2 cm a cada repetição).
- Na cintura deverá ter duas faixas tecido plano (comercialmente conhecido como tactel), conforme croqui, composição 100% poliéster, com gramatura aproximada de 85 g/m², em cores (1 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante) com 2,5 cm de largura e outra no mesmo tecido, na cor (2 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante) com 1,5 cm de largura, embutindo um elástico com largura de 4 cm, rebatido em máquina de ponto corrente de quatro agulhas.
- Nas barras das pernas, acabamento rebatido com largura de 2,0 cm em máquina galoneira de duas agulhas.
- Na frente, na perna esquerda de quem veste próxima à coxa, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura, em medida proporcional para cada tamanho de peça.
- **Etiqueta de identificação:** A etiqueta de identificação deve ser de tecido branco, afixada em caráter

permanente e indelével no gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no regulamento técnico Mercosul sobre etiquetagem de produtos têxteis, determinadas pela resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

- As peças devem estar limpas e integras, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação. As costuras não devem apresentar falhar de pontos ou rompimentos, emendas visíveis de costuras, sobras ou pontas de linhas etc.



Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm:

TAMANHOS	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	EG
CINTURA C/ELASTICO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
QUADRIL	42	44	46	48	51	54	57	60	63	66
COMPRIMENTO DA BERMUDA INCLUINDO CINTURA	45	47	49	52	54	56	58	60	63	65
ABERTURA PERNA	21,5	22,5	23,5	24,5	25,5	26,5	27,5	28,5	30	31,5
GANCHO FRENTE	24,5	26	27	28	0,5	31,5	32,5	33,5	34,5	35,5
GANCHO COSTA	30,5	32	33	34	35,5	36,5	38	39,5	41	42,5
ABERTURA BOLSO	13	13	13	13	15	15	15	15	15	15

Item 1.15. Calça Escolar Unisex em Tactel: Calça escolar confeccionada em tecido plano (tactel), com construção em RIP STOP em quadrados de 5 mm para maior durabilidade, composição 95% poliamida e 5% elastano, gramatura de 155 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora:

- Bolsos nas laterais frontais, forrados com o mesmo tecido da peça o bolso deverá possuir pesponto na borda 0,5 cm de largura.
- Nas laterais da calça, conforme croqui, deverá conter uma fita em cetim, com ourelas, composição 100% poliéster, com 1,3 cm de largura, na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora, aplicada e pespontada a 1 mm das bordas, e sobre ela deve ser aplicado pelo processo de serigrafia, na cor branca, em fonte ARIAL, o texto "NOME DA CIDADE" (0,8 cm de altura e comprimento final de 8,5 cm, separados 1,2 cm a cada repetição).
- Na cintura deverá ter duas faixas tecido plano (comercialmente conhecido como tactel), conforme croqui, composição 100% poliéster, com gramatura aproximada de 85 g/m², em cores (1 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante) com 2,5 cm de largura e outra no mesmo tecido, na cor (2 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante) com 1,5 cm de largura, embutindo um elástico com largura de 4 cm, rebatido em máquina de ponto corrente de quatro agulhas.
- Nas barras das pernas, acabamento rebatido com largura de 2,0 cm em máquina galoneira de duas agulhas.

- Na frente, na perna esquerda de quem veste próxima à coxa, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura, em medida proporcional para cada tamanho de peça.
- **Etiqueta de identificação:** A etiqueta de identificação deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével no gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no regulamento técnico Mercosul sobre etiquetagem de produtos têxteis, determinadas pela resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.
- As peças devem estar limpas e integras, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação. As costuras não devem apresentar falhar de pontos ou rompimentos, emendas visíveis de costuras, sobras ou pontas de linhas etc.



Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	8	PP	P	M	G	GG	EXG
GANCHO FRENTE	24	27	30	32	34	36	38
GANCHO COSTA	29	32	36	38	40	42	44
CINTURA C/ELASTICO	28	34	36	38	40	42	44
COXA	27	30	33	34	35	36	37
ENTRE PERNAS	56	68	72	75	78	81	84
QUADRIL	45	51	55	57	59	61	63
BARRA	17	20	22	23	24	25	26
ABERTURA BOLSO	13	13	15	15	15	15	15

Item 1.16 - Jaqueta Unissex em Tactel: Jaqueta Escolar Unissex, confeccionada em tecido plano (comercialmente conhecido como tactel), com construção em RIP STOP com quadrados de 5 mm para aumentar a durabilidade, composição 95% Poliamida / 5% Elastano, com gramatura de 155,00 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura compradora.

- Na frente da jaqueta, deverá apresentar zíper em nylon destacável da barra até o final da gola na mesma cor do corpo, fixado e pespontado em máquina reta. A parte interna da gola, conforme croqui, deverá ser no tecido plano (comercialmente conhecido como tactel), conforme croqui, com composição de 100% poliéster com gramatura aproximada de 85 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante (Mesmo tecido dos detalhes da cintura das bermudas e calças, itens 14 e 15).
- Bolsos nas laterais frontais, forrados com o mesmo tecido da peça o bolso deverá possuir pesponto na borda 0,5 cm de largura.

- A jaqueta deverá ser forrada na parte do corpo e nas mangas, em tecido plano, construção maquetada conforme desenho abaixo, composição 100% poliéster, com gramatura de 90 g/m². Deverá ser aplicado, pelo processo de sublimação, na cor a ser definida pela Prefeitura Futura contratante, de alta qualidade e definição com aspecto leve ao toque, com os dizeres na cor branca, em fonte ARIAL, o texto “**NOME DA PREFEITURA**” (0,8 cm de altura e comprimento final de 7,5 cm, separados 5,0 cm a cada repetição na horizontal e 2,0 cm na vertical).



Desenho Ilustrativo do forro com o texto aplicado
Modelo da arte do forro da Jaqueta

NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE
NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE
NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE
NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE	NOME DA CIDADE

- Nas Mangas, deverá ter duas faixas, conforme croqui, deverá conter duas fitas em cetim, com ourelas (fita acabada), composição 100% poliéster, com 0,9 cm de largura, aplicadas e pespontadas a 1 mm das bordas, nas cores (1 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante) e outra no mesmo tecido, na cor (2 – a ser definida pela Prefeitura futura contratante), uma ao lado da outra sem espaçamento entre elas.
- Os punhos são virados com elásticos internos de 2,5 cm no próprio tecido do corpo. Nas barras (cintura) deverão ser com elásticos de 4,0 cm embutidos no próprio tecido do corpo e aplicados no corpo com o próprio tecido do corpo.
- Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá conter estampa em processo de silkscreen brasão da Prefeitura futura Contratante, na medida proporcional para cada tamanho de peça.

Etiqueta de identificação:

- A etiqueta de identificação deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével no gancho traseiro. Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos / instruções de lavagem, tamanho.
- As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no regulamento técnico Mercosul sobre etiquetagem de produtos têxteis, determinadas pela resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.
- As peças devem estar limpas e integras, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação. As costuras não devem apresentar falhar de pontos ou rompimentos, emendas visíveis de costuras, sobras ou pontas de linhas etc.

Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0 cm

TAMANHOS	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	EG
COMPRIMENTO TOTAL	57	60	63	66	69	72	75	78	81	84
LARGURA DO PEITO	47	49	51	53	55	58	61	64	67	71
COMP. TOTAL MANGA	51	54,5	58,5	62,5	65,5	68,5	71,5	73,5	75,5	77,5
CAVA RETA	21	22	22,5	23,5	24	25	26	27	28	29
ABERTURA PUNHO MANGA	9	9,5	9,5	10	10,5	10,5	11	11	11,5	11,5
ALTURA DO COLARINHO	6,8	6,8	6,8	7,3	7,3	7,3	7,3	7,8	7,8	7,8
ABERT BOLSO LATERAL	12	12	12	14	14	14	14	14	14	14

Item 1.17. Blusão Moletom: Blusão confeccionado em malha moletom flanelado e/ou peluciado na parte interna, composição 50% poliéster e 50% algodão, 3 cabos, gramatura de 350 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante:

- Ombros, laterais e mangas fechados em máquina overloque.
- Barra, punhos e gola confeccionados em malha ribana 2x1, 65% poliéster e 35% viscose, na cor da peça.
- Na parte traseira do decote, friso cobre-gola confeccionado em meia malha 52% poliéster e 48% algodão, na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do decote traseiro, com caracteres na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster nº 120. O blusão deve estar limpo e íntegro, isento de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, no lado esquerdo do peito, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura futura contratante, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

Obs.: Blusão na cor definida pelo Município contratante.

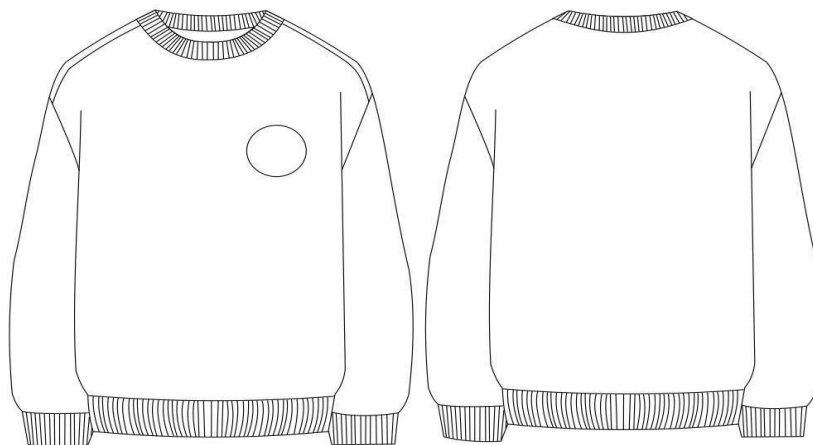


Tabela de medidas: tolerância de $\pm 1,0$ cm

TAMANHOS		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A	COMPRIMENTO COM BARRA	41	44	47	51	55	59	63	66	69	72	75	78	81
B	TÓRAX	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	56
C	COMPRIMENTO MANGA COM BARRA	35	40	44	47	50	53	56	59	60	61	62	63	64
D	ABERTURA MANGA RIBANA	6	6,5	7	7,5	8	8,5	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12
E	CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28

1.18. Calça Legging: Confeccionada em tecido fitness, composição 88% poliéster e 12% elastano, gramatura de 350 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante:

- Cintura com elástico embutido de 2,0 cm, costurado em máquina overlocke ponto conjugado e rebatido em máquina ponto corrente 2 agulhas, para todos os tamanhos.
- A peça deve ser costurada internamente em máquina overlocke ponto conjugado.
- Bainha da calça feita em máquina cobertura 2 agulhas, bitola estreita, com 2,0 cm de largura.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho traseiro, com caracteres tipográficos na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlocke ponto conjugado, com linha 100% poliéster n° 120.
- A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.

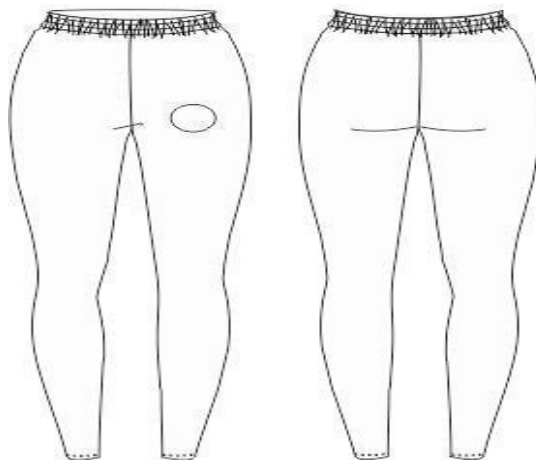


Tabela de medidas: Tolerância de medidas +/- 1,0

TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG
A ENTRE PERNAS	36	42	50	55	62	66	68	69	70	71	72	73	74
B COXA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
C GANCHO FRENTE	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
D GANCHO COSTAS	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
E QUADRIL	28	29	31	32	34	36	37	39	40	42	44	47	49
F CINTURA	20	21	22	23	28	29	30	31	32	33	34	35	36
G ABERTURA PERNA	8,5	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12	12,5	13	13,5	14	14,5

Item 1.19. Body: Body manga curta, confeccionado em meia malha, composição 55% poliéster e 45% algodão, gramatura de 160 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante:

- Mangas confeccionadas na mesma malha do corpo e na cor a ser definida pelo órgão.
- Gola de decote redondo e entrepernas com acabamento de 1,5 cm, confeccionados em malha ribana 1x1, composição 50% poliéster, 48% algodão, 2% elastano, gramatura 250 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante.
- Abertura no ombro esquerdo e entrepernas com fechamento em 3 botões de pressão niquelados.
- Barras das mangas com acabamento de 1,5 cm, em malha ribana 1x1, composição 50% poliéster, 48% algodão, 2% elastano, gramatura 250 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, no centro do decote, com caracteres na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster n° 120. O body deve estar limpo e íntegro, isento de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, centralizado no peito, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura futura contratante, em medida proporcional para cada tamanho de peça.

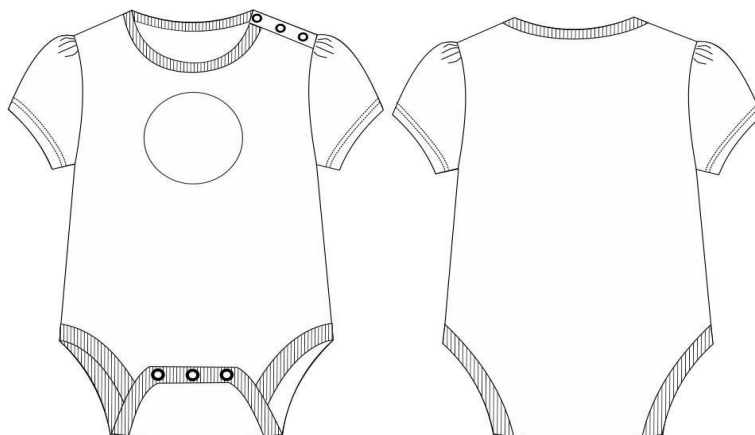
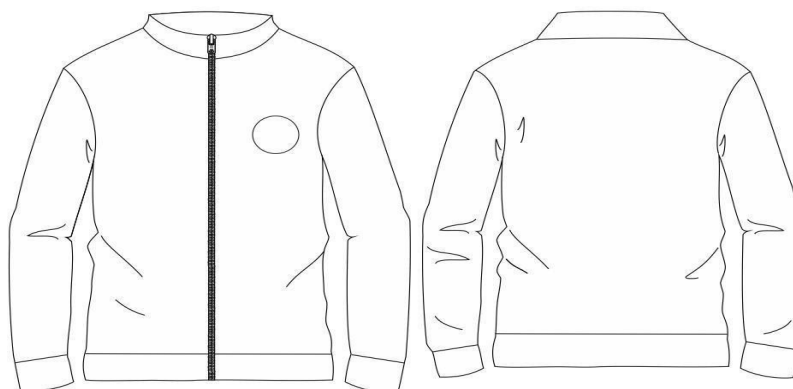


Tabela de medidas: tolerância de $\pm 1,0$ cm

TAMANHOS	P	M	G	GG
COMPRIMENTO	37	39	40	42
TÓRAX	24	25	26	27
COMPRIMENTO MANGA	8,5	9	9,5	10
ABERTURA MANGA	7	8	9	10
CAVA RETA	9	10	11	12

Item 1.20. Jaqueta Escolar Bebê: Jaqueta escolar manga colocada, confeccionada em malha helanca, composição 54% poliéster e 46% algodão, gramatura mínima de 260 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante:

- Fechamento frontal em zíper de nylon destacável, em cor semelhante à do corpo, com abertura da barra até o final da gola.
- Barra e punhos confeccionados na mesma malha e cor do corpo.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do decote traseiro, com caracteres na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overlock, com linha 100% poliéster nº 120. A jaqueta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, no lado esquerdo do peito, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura futura contratante, em medida proporcional para cada tamanho de peça.



Item 1.21. Calça Escolar Bebê: Calça confeccionada em malha helanca, composição 54% poliéster e 46% algodão, gramatura mínima de 260 g/m², na cor a ser definida pela Prefeitura futura contratante:

- Barras das pernas rebatidas com 2,0 cm de largura, em máquina galoneira 2 agulhas.
- Reforço de joelho aplicado na altura adequada para proteção, em malha flanelada tipo urdume 100% poliéster, na cor preta, aplicado internamente.
- A peça deve ter etiqueta de identificação em tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével, presa no centro do gancho traseiro, com caracteres na cor preta, uniformes, informando: razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanho.
- A peça deverá ser costurada internamente em máquina overloque, com linha 100% poliéster nº 120. A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação.
- Na frente, na lateral esquerda, na altura da coxa, deverá conter estampa em processo de silkscreen com o brasão da Prefeitura futura contratante, em medida proporcional para cada tamanho de peça



Tabela de medidas: Tolerância medidas $\pm 1,0$ cm

TAMANHOS		3M	6M	9M	1
A	CINTURA	18	19	20	21
B	QUADRIL	32	33	34	35
C	COXA	18	19	20	21
D	GANCHO FRENTE	18	19	20	21
E	GANCHO COSTAS	22	23	24	25
F	ENTRE PERNAS	26	29	32	39
G	ABERTURA PERNA	10	11	12	13

Item 2.1: Meia Escolar



1.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA MEIA

- Calcanhar verdadeiro;
- Cor do corpo da meia: a ser definida pela Prefeitura futura contratante;
- Cor da biqueira e do calcanhar: a ser definida pelo órgão;
- Desenho em jacquard, composto pelo brasão da Prefeitura futura contratante, conforme imagem de referência;
- Punho em jérsei (meia malha), com disposição de agulhas 1x1, formando canelado (aspecto sanfona 1x1).

1.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Composição: -48%ALGODÃO-38%POLIÉSTER- 7% VISCOSE - 1% ELASTANO.
- Gramatura: MINIMO 180 g/m²;
- Resistência ao Estouro: 15,0 kgf/cm² mínimo;
- Encolhimento/Alongamento Largura: -15% no máximo;
- Encolhimento/Alongamento Comprimento: -15% no máximo.

1.3 FECHAMENTO DA PONTA:

- A meia deve ser costurada em máquina remalhadeira.
- A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não há rugas indesejáveis ou espessuras no tecido causando pressão nos dedos ou no peito do pé

1.4 – DIMENSÕES

a) Conforme tabela abaixo:

DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO									
LEGENDA	DADOS	BB	PP	P	M	G	GG	XGG	Adulto
A	Tamanho do Calçado	14 a 17	18 a 21	22 a 25	26 a 29	30 a 33	34 a 37	38 a 41	42a45
B	Idade	1 e 2	3 e 4	5 e 6	7 e 8	9 e 10	11 e 12	13 e 14	15a18
C	Largura do Punho	6,0 cm	6,0 cm	6,5 cm	6,5 cm	6,5 cm	7,5 cm	7,5 cm	7,5cm
D	Altura do Punho	1,5 cm	1,5 cm	1,5 cm	1,5 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,0cm
E	Comprimento da Perna	4,0 cm	4,5 cm	5,5 cm	6,5 cm	7,5 cm	8,5 cm	9,5 cm	10,5 cm
F	Comprimento do Pé	7,0 cm	9,0 cm	11,0 cm	13,0 cm	16,0cm	20,0cm	22,0 cm	25,0 cm

*As medidas terão tolerância de 5% para mais ou para menos, desde que não altere a qualidade do produto.

1.5 – ACABAMENTO E QUALIDADE

- a) As meias devem ser bem passadas de maneira que evidencie suas partes: biqueira, calcanhar e punho;
- b) A costura da meia deve estar adequada à porção subjacente do corpo, de modo a não gerar rugas indesejáveis ou espessuras excessivas no tecido, evitando pressão sobre os dedos ou o peito do pé.
- c) As meias devem estar isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação e uso;
- d) As meias não devem apresentar torção, costura malfeita, pontas, dobras, franzidos, pontos falhados, rompidos ou soltos.

LAUDOS DE LABORATÓRIOS ACREDITADOS PELO INMETRO EM NOME DA LICITANTE OU FABRICANTE (MARCA DA PROPOSTA):

TABELA - LAUDOS DAS MEIAS			
ENSAIO	NORMA SUGERIDA	ESPECIFICAÇÃO	OBS
Composição	NBR 13538 NBR 11914	48 % algodão – 38 poliésteres – 7% viscose – 6% poliamida e 1% elastano	+/- 5 %
Gramatura	NBR 10591	180 g/m ² mínimo	+/- 5 %
Encolhimento e Alongamento	NBR 10320	15%, no máximo	
Resistencia ao Estouro	NBR 13384	15%, no máximo	

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS MALHAS E TECIDOS:

MEIA MALHA – ITENS CAMISETA MANGA CURTA (1), CAMISETA MANGA LONGA (2) E CAMISETA REGATA (3):

MEIA MALHA			
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR13538 NBR11914	65%poliéster 35%viscose	3pontos%±
Gramatura	NBR10591	160g/m ²	5%±
Título do fio	NBR13216	30/1ne	2±
Estrutura	NBR13462 NBR13460	Meia malha	*
Solidez cor alavagem	NBRISO105c06	Nota minima:4	Minima
Alteração dimensional	NBR10320	+/- 3%	Maximo

MEIA MALHA – ITEM BODY (19):

MEIA MALHA			
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR13538/ NBR11914	55%poliéster 45%algodão	3pontos%±
Gramatura	NBR10591	160gr/m ²	5%±
Estrutura	NBR13462 NBR13460	Meia malha	*
Solidez cor a lavagem	NBRISO105C06	Nota mínima:4	Minima

MALHA HELANCA – ITENS BERMUDA (8); CALÇA (9); SHORT SAIA (10) E JAQUETA (11):

MALHAHELANCA			
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	Nbr13538/ Nbr11914	100%poliéster	*
Gramatura	Nbr10591	250gr/m ²	5%±
Estrutura	Nbr13462 Nbr13460	Malha helanca	*
Solidez cor a lavagem	Nbriso105c06	Nota mínima:4	Minima

MALHA HELANCA – ITENS BERMUDA (4); CALÇA (5); SHORT SAIA (6); JAQUETA (7); JAQUETA BEBE (20) E CALÇA BEBE (21):

MALHAHELANCA			
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR13538 NBR11914	54%poliéster 46%algodão	*
Gramatura	NBR10591	280 gr/m ²	5%±
Estrutura	NBR13462 NBR13460	Malha helanca	*
Solidez cor a lavagem	NBRISO105C06	Nota mínima:4	Minima

TECIDO TACTEL – ITEM JAQUETA (12) E CALÇA (13):

TACTEL 1			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR11914 NBR13538	85%poliéster 15% viscose	3PONTOS%
Gramatura	NBR10591	110g/m ²	+/- 5%
Estrutura	ABNTNBR12546	Tecidotactel Ripstop	-
Solidezcoraosuor (ácidoalcalino)	NBRISO105E04	Migração=4 Alteração=4	Mínimo
Solidez cor à lavagem Dom.	NBRISO105C06	Migração=4 Alteração=4	Mínimo

MALHA MOLETOM – ITEM BLUSÃO (17):

MOLETOM FELPADO			
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR 13538 NBR11914	50%poliéster 50%algodão	3pontos%±
Gramatura	NBR10591	350 gr/m ²	5%±
Estrutura	NBR 13462 NBR13460	Moletom 3 cabos felpado	*
Solidez cor a lavagem	NBRISO 105 C06	Nota mínima:4	Minimo

MALHA FITNESS – ITEM CALÇA LEGGING (18):

MALHA SUPLEX			
ENSAIOS	NORMA	RESULTADO	TOLERÂNCIA
Composição	NBR13538 / NBR11914	88%poliéster / 12%elastano	3pontos%
Gramatura	NBR10591	350gr/m ²	+/- 5%
Solidez da cor à lavagem doméstica	NBRISO 105 C06	Alteração: nota4	Mínimo
Solidez da cor a fricção	ABNTNBRISO105X	Alteração: nota4 (seco e úmido)	Mínimo
Solidez da cor ao suor	ABNTNBRISO105 E04	Alteração: nota4 (seco e úmido)	Mínimo

TECIDOS PLANOS PARA OS ITENS: BERMUDA UNISEX TACTEL (14); CALÇA UNISEX TACTEL (15) E JAQUETA UNISEX TACTEL (16):

TACTEL 2				
ENSAIO		NORMA SUGERIDA	ESPECIFICAÇÃO	OBS
Gramatura de tecidos		ABNT NBR 10591	155 g/m ²	+/- 5 %
Ligamento em tecidos planos		ABNT NBR 12996 NBR 12546	Tela com efeito rip stop	
Solidez da cor a fricção		NBR ISO 105-X	4/5	
Solidez da cor ao suor ácido		NBR ISO 105-E04	4/5	
Solidez da cor ao suor alcalino		NBR ISO 105-E04	3 a 5	
Solidez da cor à lavagem		NBR ISO 105-C06	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar seco		NBR ISO105X11	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar úmido		NBR ISO105X11	4/5	
Resistência à tração e alongamento (Grab)	Tração Urdume	NBR ISO 13934-2	900,00	+/- 5 %
	Tração Trama	NBR ISO 13934-2	320,00	+/- 5 %
	Alongamento Urdume	NBR ISO 13934-2	40,00	+/- 5 %
	Alongamento Trama	NBR ISO 13934-2	45,00	+/- 5 %

TECIDOS PLANOS PARA OS ITENS: JAQUETA UNISEX TACTEL (16):

TECIDO DO FORRO DAS JAQUETAS				
ENSAIO		NORMA SUGERIDA	ESPECIFICAÇÃO	OBS
Gramatura de tecidos		ABNT NBR 10591	90 g/m ²	+/- 5 %
Ligamento em tecidos planos		ABNT NBR 12996 NBR 12546	Tela Plana Maquinetada	
Solidez da cor a fricção		NBR ISO 105-X-12	4/5	
Solidez da cor ao suor ácido		NBR ISO 105-E04	4/5	
Solidez da cor ao suor alcalino		NBR ISO 105-E04	4/5	
Solidez da cor à lavagem		NBR ISO 105-C06	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar seco		NBR ISO105X11	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar úmido		NBR ISO105X11	4/5	
Resistência à tração e alongamento (Grab)	Tração Urdume	NBR ISO 13934-2	520,00	+/- 5 %
	Tração Trama	NBR ISO 13934-2	715,00	+/- 5 %
	Alongamento Urdume	NBR ISO 13934-2	20,00	+/- 5 %
	Alongamento Trama	NBR ISO 13934	24,00	+/- 5 %
TECIDO DOS DETALHES DAS JAQUETAS				
ENSAIO		NORMA SUGERIDA	ESPECIFICAÇÃO	OBS
Gramatura de tecidos		ABNT NBR 10591	85 g/m ²	+/- 5 %

Ligamento em tecidos planos		ABNT NBR 12996 NBR 12546	Tela Plana	
Solidez da cor a fricção		NBR ISO 105-X-12	4/5	
Solidez da cor ao suor ácido		NBR ISO 105-E04	3 a 5	
Solidez da cor ao suor alcalino		NBR ISO 105-E04	4/5	
Solidez da cor à lavagem		NBR ISO 105-C06	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar seco		NBR ISO105X11	4/5	
Solidez da cor ao ferro de passar úmido		NBR ISO105X11	4/5	
Resistência à tração e alongamento (Grab)	Tração Urdume	NBR ISO 13934-2	590,00	+/- 5 %
	Tração Trama	NBR ISO 13934-2	420,00	+/- 5 %
	Alongamento Urdume	NBR ISO 13934-2	32,00	+/- 5 %
	Alongamento Trama	NBR ISO 13934-2	25,00	+/- 5 %

Item 3.1 - TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM CADARÇO NUMERAÇÃO - 29 ao 46:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:

- Design Unissex e Moderno: modelo versátil, ideal para meninos e meninas, com estilo discreto que combina com o uniforme escolar.
- Material Resistente: confeccionado com materiais de alta qualidade que garantem maior durabilidade, mesmo com o uso intenso.
- Conforto para o Dia Todo: palmilha removível e solado em borracha termoplástica que oferecem conforto e absorção de impacto, ideal para atividades dentro e fora da sala de aula.
- Fácil de Calçar: fechamento cadarço, com tamanhos pertinentes à numeração, e puxador traseiro facilitando a autonomia dos alunos.
- Segurança no Caminhar: solado antiderrapante que proporciona mais segurança durante brincadeiras e deslocamentos.
- Disponível em Diversos Tamanhos: atendendo desde o ensino infantil até o ensino médio.
- Embalagem Individual: cada par deve ser entregue embalado individualmente em Filme Poliolefínico, com indicação da numeração no solado.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

- O calçado deverá estar em conformidade com o descrito neste termo de referência.
- Amostras poderão ser solicitadas para verificação de conformidade com as especificações técnicas antes da contratação definitiva.
- Laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO poderão ser solicitados para verificação de conformidade com as especificações técnicas, e garantir a qualidade das matérias primas utilizadas para a confecção do calçado antes da contratação definitiva.

LAYOUT: TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM CADARÇO



- **TECIDO MULTIFILAMENTOS:** Gáspea, frente/lateral e lingueta, confeccionado em tecido multifilamentos com sublimação 3D em relevo na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição 100% poliéster, dublado em tecido não tecido poliéster. Com aplicação personalizada do contratante, aplicada pelo processo de frequência e solda eletrônica em alta definição.
- **TECIDO NÃO TECIDO EM POLIÉSTER:** Reforço da gáspea, constituído em material (tecido não tecido) na cor preto 100% poliéster, unido a gáspea pelo processo de colagem e costura.
- **FORRO INTERNO:** Forro do traseiro e da lingueta, confeccionado em tecido tipo colmeia na cor preto composição 100% poliéster, dublado em espuma de PU, unido a gáspea e lingueta por costura.
- **ESPUMA:** Espuma do colarinho e lingueta, constituído em PU.
- **CONTRAFORTE:** Confeccionado em lona 100% algodão na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, unido a gáspea por costura.
- **APLIQUE EM LAMINADO DE POLICLORETO DE VINILA:** Confeccionado em laminado Policloreto de Vinila transparente e posteriormente com serigrafia nas cores: azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, na cor azul royal semelhante ao Pantone 19-4150 TPX, na cor azul celeste semelhante ao Pantone 16-4530 TPX e na cor branco. Localizados de acordo com a ilustração, unido a gáspea pelo processo denominado solda eletrônica.
- **ILHOSES:** No caso do tênis com atacador, os furos para passagem do mesmo deverão ter ilhoses de alumínio com acabamento em pintura na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composto por duas peças (ilhós e arruela), indicando-se diâmetro interno de 5 a 6 mm e diâmetro externo de 12 a 13 mm.
- **ATACADOR:** Confeccionado em fios trançados, 100% poliéster, com formato achatado e em tamanhos pertinentes à numeração, na cor branca.
- **PUXADOR TRASEIRO:** Confeccionado em fios tramados de poliéster (gorgurão), costurada de forma permanente na parte traseira do tênis (conforme figura acima) no comprimento adequado para cada número na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, proporcionando extrema segurança aos usuários no uso diário, fundamental para ajudar no calce do tênis.
- **REFORÇO DO TRASEIRO:** Confeccionado em resina termoplástica de cor neutra, aplicado pelo processo termo transferível conformada.

- **PALMILHA DE ACABAMENTO:** Confeccionada em sua superfície em tecido poliéster na cor branco, unida a base pelo processo filme adesivo, sua base em EVA na cor branco. Com etiqueta pictograma, em serigrafia na cor preto.
- **ENTRESSOLA/SOLADO:** Confeccionada em Thermoplastic Rubber na cor branco, unido ao cabedal sem o uso de agentes químicos pelo processo denominado INSERTO.
- **INSERTO LATERAL:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto.
- **SOLETA 01:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência. Deverá conter de forma fixa, permanente e visível o número referente ao tamanho do calçado, e também deve conter a descrição VENDA PROIBIDA inibindo a comercialização alheia do calçado.
- **SOLETA 02:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência.
- **PERSONALIZAÇÃO:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máximo 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor transparente e posteriormente receber tratamento serigráfico ou impresso de dentro para fora, onde deverá conter de forma fixa a aplicação personalizada do contratante, unida pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, constituído em Thermoplastic Rubber.

LAUDOS EXIGIDOS TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM CADARÇO:

RELAÇÃO DE ENSAIOS QUE ATSTEM A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA.

DESCRIÇÃO	NORMA	ORIENTAÇÃO
Tecido Multifilamentos 3D	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 400 g/m ²
Tecido Multifilamentos 3D	ABNT NBR ISO 4674-1	Continuação do rasgo mínimo 60 N
Forro Interno	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 120 g/m ²
Forro Interno	ABNT NBR 13371	Espessura mínimo 3 mm
Espuma do colarinho	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 4.5 mm
Espuma da lingueta	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 2.0 mm
Lona de Algodão	ABNT NBR ISO 4674-1	Rasgamento mínimo 40 N
Lona de Algodão	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 400 g/m ²
Atacador	ABNT NBR 16233	15.000 ciclos (leves danos)
Reforço Traseiro	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 0.5 mm
Entressola*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Entressola*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 2781	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Personalização*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Personalização*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³

RELAÇÃO DE ENSAIOS QUE GARANTEM O CONFORTO DO CALÇADO.

DESCRIÇÃO	NORMA
Massa do Calçado*	ABNT NBR 14835
Distribuição de Pressão Plantar*	ABNT NBR 14836
Temperatura Interna do Calçado*	ABNT NBR 14837
Índice de Amortecimento do Calçado*	ABNT NBR 14838
Índice de Pronação do Calçado*	ABNT NBR 14839
Percepção de Calce: Marcas e Lesões*	ABNT NBR 14840
Conforto do Calçado*	ABNT NBR 14834
Resultado Final Aceito	Mínimo Confortável

OBS.: *Os laudos deverão atender o quesito modelagem, desconsiderando a matiz, croma e a luminosidade.

Item 3.2. - TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM VELCRO NUMERAÇÃO: 21 AO 28:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:

- Design Unissex e Moderno: modelo versátil, ideal para meninos e meninas, com estilo discreto que combina com o uniforme escolar.
- Material Resistente: confeccionado com materiais de alta qualidade que garantem maior durabilidade, mesmo com o uso intenso.
- Conforto para o Dia Todo: palmilha removível e solado em borracha termoplástica que oferecem conforto e absorção de impacto, ideal para atividades dentro e fora da sala de aula.
- Fácil de Calçar: fechamento em velcro, com puxador traseiro facilitando a autonomia dos alunos.
- Segurança no Caminhar: solado antiderrapante que proporciona mais segurança durante brincadeiras e deslocamentos.
- Disponível em Diversos Tamanhos: atendendo desde o ensino infantil até o ensino médio.
- Embalagem Individual: cada par deve ser entregue embalado individualmente em Filme Poliolefinico, com indicação da numeração no solado.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

- O calçado deverá estar em conformidade com o descrito neste termo de referência.
- Amostras poderão ser solicitadas para verificação de conformidade com as especificações técnicas antes da contratação definitiva.
- Laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO poderão ser solicitados para verificação de conformidade com as especificações técnicas, e garantir a qualidade das matérias primas utilizadas para a confecção do calçado antes da contratação definitiva.

LAYOUT: TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM VELCRO



- **TECIDO MULTIFILAMENTOS:** Gáspea, frente/lateral e lingueta, confeccionado em tecido multifilamentos com sublimação 3D em relevo na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição 100% poliéster, doublado em tecido não tecido poliéster.
- **TECIDO NÃO TECIDO EM POLIÉSTER:** Reforço da gáspea, constituído em material (tecido não tecido) na cor preto 100% poliéster, unido a gáspea pelo processo de colagem e costura.
- **FORRO INTERNO:** Forro do traseiro e da lingueta, confeccionado em tecido tipo colmeia na cor preto composição 100% poliéster, doublado em espuma de PU, unido a gáspea e lingueta por costura.
- **ESPUMA:** Espuma do colarinho e lingueta, constituído em PU.
- **CONTRAFORTE:** Confeccionado em lona 100% algodão na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, unido a gáspea por costura.
- **APLIQUE EM LAMINADO DE POLICLORETO DE VINILA:** Confeccionado em laminado Policloreto de Vinila transparente e posteriormente com serigrafia nas cores: azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, na cor azul royal semelhante ao Pantone 19-4150 TPX, na cor azul celeste semelhante ao Pantone 16-4530 TPX e na cor branco. Localizados de acordo com a ilustração, unido a gáspea pelo processo denominado solda eletrônica.
- **VELCRO:** Tira do velcro, consiste na peça superior externa constituída de laminado sintético PVC na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX unida ao velcro macho e fêmea por meio de costuras, com aplicação personalizada do contratante, aplicada pelo processo de frequência e solda eletrônica em alta definição.
- **PUXADOR TRASEIRO:** Confeccionado em fios tramados de poliéster (gorgurão), costurada de forma permanente na parte traseira do tênis (conforme figura acima) no comprimento adequado para cada número na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, proporcionando extrema segurança aos usuários no uso diário, fundamental para ajudar no calce do tênis.
- **REFORÇO DO TRASEIRO:** Confeccionado em resina termoplástica de cor neutra, aplicado pelo processo termo transferível conformada.
- **PALMILHA DE ACABAMENTO:** Confeccionada em sua superfície em tecido poliéster na cor branco, unida a base pelo processo filme adesivo, sua base em EVA na cor branco. Com etiqueta pictograma, em serigrafia na cor preto.

- **ENTRESSOLA/SOLADO:** Confeccionada em Thermoplastic Rubber na cor branco, unido ao cabedal sem o uso de agentes químicos pelo processo denominado INSERTO.
- **INSERTO LATERAL:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto.
- **SOLETA 01:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência. Deverá conter de forma fixa, permanente e visível o número referente ao tamanho do calçado, e também deve conter a descrição VENDA PROIBIDA inibindo a comercialização alheia do calçado.
- **SOLETA 02:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência.
- **PERSONALIZAÇÃO:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máximo 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor transparente e posteriormente receber tratamento serigráfico ou impresso de dentro para fora, onde deverá conter de forma fixa a aplicação personalizada do contratante, unida pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, constituído em Thermoplastic Rubber.

LAUDOS EXIGIDOS TÊNIS UNISSEX COM FECHAMENTO EM VELCRO:

RELAÇÃO DE ENSAIOS QUE ATESTEM A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA.

DESCRIÇÃO	NORMA	ORIENTAÇÃO
Tecido Multifilamentos 3D	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 400 g/m ²
Tecido Multifilamentos 3D	ABNT NBR ISO 4674-1	Continuação do rasgo mínimo 60 N
Forro Interno	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 120 g/m ²
Forro Interno	ABNT NBR 13371	Espessura mínimo 3 mm
Espuma do colarinho	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 4.5 mm
Espuma da lingueta	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 2.0 mm
Lona de Algodão	ABNT NBR ISO 4674-1	Rasgamento mínimo 40 N
Lona de Algodão	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 400 g/m ²
Laminado Sintético	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 1.2 mm
Laminado Sintético	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 300 g/m ²
Reforço Traseiro	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 0.5 mm
Entressola*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Entressola*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 2781	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Personalização*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Personalização*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³

OBS.: *Os laudos deverão atender o quesito modelagem, desconsiderando a matiz, croma e a luminosidade.

Item 3.3.: TÊNIS UNISSEX CALCE FÁCIL NUMERAÇÃO: 21 AO 46

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:

- Design Unissex e Moderno: modelo versátil, ideal para meninos e meninas, com estilo discreto que combina com o uniforme escolar.
- Material Resistente: confeccionado com materiais de alta qualidade que garantem maior durabilidade, mesmo com o uso intenso.
- Conforto para o Dia Todo: palmilha removível e solado em borracha termoplástica que oferecem conforto e absorção de impacto, ideal para atividades dentro e fora da sala de aula.
- Fácil de Calçar: fechamento calce fácil, com puxadores na lingueta e na traseira facilitando a autonomia dos alunos.
- Segurança no Caminhar: solado antiderrapante que proporciona mais segurança durante brincadeiras e deslocamentos.
- Disponível em Diversos Tamanhos: atendendo desde o ensino infantil até o ensino médio.
- Embalagem Individual: cada par deve ser entregue embalado individualmente em Filme Poliolefínico, com indicação da numeração no solado.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

- O calçado deverá estar em conformidade com o descrito neste termo de referência.
- Amostras poderão ser solicitadas para verificação de conformidade com as especificações técnicas antes da contratação definitiva.
- Laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO poderão ser solicitados para verificação de conformidade com as especificações técnicas, e garantir a qualidade das matérias primas utilizadas para a confecção do calçado antes da contratação definitiva.

LAYOUT: TÊNIS UNISSEX CALCE FÁCIL



- **TECIDO MULTIFILAMENTOS:** Gáspea (peça única sem emendas por costuras ou colagem), confeccionado em tecido multifilamentos 2D na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição 100% poliéster, dublado em tecido não tecido poliéster, proporcionando alta

permeabilidade ao vapor do suor e conforto ao usuário, sua parte externa deverá conter sublimação nas cores: azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX e na cor branco direto ao tecido para transferência e formação da estampa.

- **TECIDO NÃO TECIDO:** Reforço da gáspea constituído em material (tecido não tecido) na cor preta 100% poliéster, unido a gáspea por dublagem em filme termo colante.
- **CONTRAFORTE:** Confeccionado em tecido multifilamentos 2D na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição 100% poliéster, devendo ser fixada a gáspea com costura dupla (tipo luva), composição poliéster e/ou poliamida, proporcionando alta permeabilidade ao vapor do suor e conforto ao usuário, sua parte externa deverá conter sublimação nas cores: azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, na cor azul royal semelhante ao Pantone 19-4150 TPX e na cor azul celeste semelhante ao Pantone 16-4530 TPX, direta ao tecido para transferência e formação da estampa.
- **VIÉS:** A base de elastano, composto por fibras sintéticas com toque macio e de elevada elasticidade na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição poliéster e/ou poliamida, destinado a dar um acabamento moderno e de alta qualidade a parte superior do produto.
- **PUXADOR FRENTE:** Peça complementar exigida tem a função de auxiliar o calce do produto, além de contribuir esteticamente para um visual harmônico. Constituído de fita de gorgorão poliéster na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX de no mínimo 15mm de largura. Fixado ao cabedal por costura.
- **PUXADOR TRASEIRO:** Peça complementar exigida tem a função de auxiliar o calce do produto, além de contribuir esteticamente para um visual harmônico. Constituído de fita de gorgorão poliéster na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX de no mínimo 15mm de largura. Fixado ao cabedal por costura.
- **FORRO INTERNO:** Forro, confeccionado em tecido tipo colmeia na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, composição 100% poliéster, dublado em espuma de PU, unido ao cabedal por costura.
- **ESPUMA DO COLARINHO:** Na região superior da parte traseira do cabedal deverá ser utilizada uma espuma de PU no colarinho para promover o acolchoamento, conforto e estabilidade.
- **PALMILHA DE ACABAMENTO:** Confeccionada em sua superfície em tecido poliéster na cor branco, unida a base pelo processo filme adesivo, sua base em EVA na cor branca. Com etiqueta pictograma, em serigrafia na cor preto.
- **ENTRESSOLA:** Confeccionada em Thermoplastic Rubber na cor branco, unido ao cabedal sem o uso de agentes químicos pelo processo denominado INSERTO.
- **INSERTO LATERAL:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto.
- **SOLETA 01:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor preto constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência. Deverá conter de forma fixa, permanente e visível o número referente ao tamanho do calçado, e também deve conter a descrição VENDA PROIBIDA inibindo a comercialização alheia do calçado.
- **SOLETA 02:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máxima 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX constituído em Thermoplastic Rubber. Unida a entressola pelo processo denominado inserto, onde a mesma deverá conter sulcos para escoação de água e sujeiras, e assim melhor aderência.
- **PERSONALIZAÇÃO:** Confeccionada em borracha termoplástica dureza máximo 65, resistência ao desgaste máximo de 250 mm³ na cor transparente e posteriormente receber tratamento serigráfico ou impresso de dentro para fora, onde deverá conter de forma fixa a aplicação personalizada do contratante, unida pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, constituído em Thermoplastic Rubber.

LAUDOS EXIGIDOS TÊNIS UNISSEX CALCE FÁCIL:

RELAÇÃO DE ENSAIOS QUE ATESTEM A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA.

DESCRIÇÃO	NORMA	ORIENTAÇÃO
Tecido Multifilamentos 2D	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 200 g/m ²
Forro Interno	ABNT NBR 10591	Gramatura mínimo 120 g/m ²
Forro Interno	ABNT NBR 13371	Espessura mínimo 3 mm
Espuma do colarinho	ABNT NBR 14184	Espessura mínimo 4.5 mm
Entressola*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Entressola*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Inserto Lateral*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 01*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A
Soleta 02*	ABNT NBR ISO 4649	Abrasão máxima 250 mm ³
Personalização*	ABNT NBR ISO 868	Dureza máxima 65 Shore A

RELAÇÃO DE ENSAIOS QUE GARANTEM O CONFORTO DO CALÇADO.

DESCRIÇÃO	NORMA
Massa do Calçado*	ABNT NBR 14835
Distribuição de Pressão Plantar*	ABNT NBR 14836
Temperatura Interna do Calçado*	ABNT NBR 14837
Índice de Amortecimento do Calçado*	ABNT NBR 14838
Índice de Pronação do Calçado*	ABNT NBR 14839
Percepção de Calce: Marcas e Lesões*	ABNT NBR 14840
Conforto do Calçado*	ABNT NBR 14834
Resultado Final Aceito	Mínimo Confortável

OBS.: *Os laudos deverão atender o quesito modelagem, desconsiderando a matiz, croma e a luminosidade.

Apresentar junto com as amostras laudos emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO que comprovem:

TECIDO PRINCIPAL:

- Composição: 92 % poliéster e 8% poliamida
- Estrutura em triângulo equilátero com lados medindo 4x4x4 mm.
- Gramatura: 325,00 g/m² (abnt nbr 10591).

TECIDO PARA DUBLAGEM PARTE EXTERNA:

- Composição de 100% poliéster

TECIDO PARA DUBLAGEM INTERNO

(comercialmente conhecido como HELANCA LIGHT):

- Composição de 100% poliéster
- Gramatura de 110 g/m² (NORMA ABNT NBR 10591).

[IMPRIMIR EM FOLHA TIMBRADA DA EMPRESA]

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Local e Data

Ao Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê–CONDEMAT

**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 35/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2026**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO

Nome da Licitante:

Número do CNPJ:

Número da Inscrição Estadual:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

DECLARAÇÃO

Pela presente, a empresa acima descrita, por meio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) (******) portador(a) do R.G. nº (*****) em atendimento a determinação do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis:

1. Declaramos, sob as penas da lei, que a nossa empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
3. Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos nele constantes e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação;
4. Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Consórcio e os municípios participantes, para a execução do objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.
5. Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário

CONDEMAT

Avenida Vereador Narciso Yague Guimaraes nº 1.145,
Edifício Helbor Corporate 9º andar – sala 901
Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP – CEP: 08780-000
Tel.: (11) 4652-3413 e-mail: condemat@condemat.sp.gov.br

Edital Pregão Eletrônico nº 03/2026

Página nº 68

Total de páginas 103

[IMPRIMIR EM FOLHA TIMBRADA DA EMPRESA]

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Local e Data

Ao Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê-CONDEMAT

**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 35/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2025**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO

**Nome da Licitante:
Número do CNPJ:
Número da Inscrição Estadual:
Endereço Completo:
Telefone:
E-mail:**

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa Proposta de Preços da licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor total de nossa proposta é (...).

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----	------	-----------	-------	-------------	-------------

INSERIR PLANILHA

Prazo de validade da proposta: (...)
Prazo de entrega dos produtos: (...)
Condições de pagamento: (...)

Declaramos que:

- nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória entrega dos itens objetivados neste Pregão, inclusive as despesas com materiais e equipamentos, carga e descarga, seguros em geral, bem como seus lucros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao consórcio e municípios participantes;
- que a proposta foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- que nos sujeitamos plenamente às condições do presente Edital e seus Anexos na execução do objeto, comprometendo-nos a substituir ou a aumentar as quantidades do objeto licitado, desde que assim

o exija a fiscalização, dentro dos limites estabelecidos por lei;

d) que atendemos a toda legislação e demais normas regulamentares - inclusive as expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – de qualquer esfera de governo, pertinentes ao nosso ramo de atuação, independentemente de expressa previsão editalícia.

Informamos os dados para assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome completo
RG
CPF
Nacionalidade
Estado Civil
Profissão/Cargo
Endereço residencial

Informamos os dados do responsável pela gestão da entrega do objeto, o qual estará à disposição do Consórcio e municípios consorciados para quaisquer esclarecimentos necessários:

Nome
E-mail e Telefone
Profissão/Cargo

Informamos os dados da conta bancária da empresa para futuros pagamentos, no caso de contratação:

Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT, associação pública de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.569.532/0001-96, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9º Andar, Sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP, 08780-000, neste ato representado pelo Sr. _____, Presidente, brasileiro, portador RG nº * SSP/SP e do CPF/MF nº *, domiciliado em _____.

CONTRATADA: RAZÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº *, com sede na Rua *, Cidade *, Estado *, CEP *, Telefone *, e-mail *, doravante denominada CONTRATADA, e neste ato representada pelo(a) Sr(a). **NOME EM MAIÚSCULO E NEGRITO, [nacionalidade, estado civil]**, domiciliado(a) na **[endereço residencial]**, que exerce a função de FUNÇÃO EM MAIÚSCULO, portador(a) do RG nº *, SSP/SP e do CPF/MF nº *.

As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratado o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO**, em face do resultado obtido no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**, oriundo do **PROCESSO Nº 35/2026**, regularmente homologado pela autoridade competente, observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. DO FUNDAMENTO

1.1. Fundamenta-se a presente Ata de Registro de Preços nas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, em especial, nas normas e condições estabelecidas no certame licitatório que lhe deu origem, com base na proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA II. DO OBJETO

2.1. Objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO**.

2.2. O objeto deverá atender a toda legislação e demais normas regulamentares de qualquer esfera de Governo, pertinentes ao ramo de atuação da CONTRATADA, independentemente de expressa previsão editalícia.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA III. DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Para a Ata dá-se o valor total de **R\$.... (.....)**, conforme proposta final, já inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto da Ata, conforme a seguir:

(INSERIR PLANILHA DA EMPRESA)

CLÁUSULA IV. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta do orçamento dos municípios que aderirem a Ata de Registro de Preços, sendo que por ocasião da expedição da competente nota de empenho ou instrumento equivalente, serão informadas as fichas correspondentes e respectivos vínculos.

CLÁUSULA V. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A Ata terá vigência de **1 (um) ano**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O término do prazo de vigência da Ata **não implica** rescisão das Ordens/Autorizações de Fornecimento já emitidas, devendo as mesmas, serem atendidas pela detentora da Ata dentro do prazo estipulado na cláusula supra.

CLÁUSULA VI. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. A execução do objeto deverá ocorrer nos locais indicados pelos órgãos contratantes conforme Anexo V do edital, contados do recebimento da ordem/autorização de fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Os bens deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, ponto a ponto, após recebimento da **Ordem/Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente**, enviada pelo município solicitante, nos endereços indicados por cada município.

6.3. As CONTRATADAS estarão obrigadas a atender os Contratos/Ordens/Autorizações de Fornecimento que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

6.4. A entrega não terá um limite mínimo de pedido a ser feito pelo município participante, devendo a detentora da Ata entregar sempre o quantitativo solicitado.

6.5. As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades de cada Prefeitura aderente e se fará por meio da emissão de autorização de compra diretamente à CONTRATADA.

6.6. Os bens serão fornecidos parceladamente, até que seja atingida a quantidade total solicitada, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pela prefeitura consorciada.

6.7. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente **no ato da entrega** no local e respectivos endereços para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta.

6.8. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

6.9. A CONTRATADA não deverá se furtar em entregar ao ente participante alegando impossibilidade de fracionamento do pedido, pois ao efetuar sua proposta, tomou conhecimento da separação de volumes de quantitativos para cada município previsto no Termo de Referência deste edital, sob pena da ocorrência de inexecução contratual.

6.10. As prefeituras participantes deverão comunicar o CONDEMAT, por meio de ofício, sobre eventuais irregularidades da execução contratual.

6.11. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **Consórcio, juntamente com o município consorciado**, poderá:

a. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1. na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do município participante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mantido o preço inicialmente contratado;

b. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1. na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **Município Consorciado Participante**, no prazo máximo de 02 (dois) dias, **contados da notificação por escrito**, mantido o preço inicialmente contratado.

6.12. O recebimento definitivo do objeto dar-se-á **em até 10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável do município consorciado.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços.

6.14. O término do prazo de vigência da Ata **não implica** rescisão das Ordens/Autorizações de fornecimento já emitidas, devendo as mesmas ser atendidas pela detentora da Ata.

CLÁUSULA VII. DO PAGAMENTO

7.1. As notas fiscais dos produtos deverão ser emitidas em face da prefeitura municipal participante.

7.2. O pagamento será efetuado, com base nas entregas efetivamente realizadas, após aferição pela pessoa designada pelo respectivo município, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após recebimento dos produtos constantes da Ordem/Autorização de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo município solicitante.

7.2.1. O pagamento dos produtos adquiridos por meio das Atas oriundas deste pregão é de total responsabilidade das Prefeituras Municipais participantes.

7.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio e para o município.

7.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA, no **Banco: [...], Agência [...], Conta corrente [...]**, conforme indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

7.5. As Notas Fiscais deverão **ser eletrônicas** e recebidas **somente** pelo gestor da Ata do município participante ou alguém por ele indicado, **para que sejam devidamente atestadas para o respectivo pagamento**. Não se considerarão recebidas Notas Fiscais que sejam entregues a outro servidor da municipalidade.

7.6. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a CONTRATADA deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

7.7. Em nenhuma hipótese serão pagas Notas Fiscais com número de CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços da CONTRATADA, ainda que se trate de empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

7.8. Os fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas nas Instruções Normativas RFB nº 1234/2012 e nº 2145/2023.

7.9. Os pagamentos, eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA VIII. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Não haverá reajuste de preços, em razão do limite de 01 (um) ano de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme §§ 7º e 8º, do art. 25, da Lei 14.133/2021, exceto no caso de prorrogação e desde que obedecida a perspectiva da anualidade, nos termos do §1º do art. 2º da Lei nº 10.192/2001.

8.1.1. Caso haja prorrogação, após o interregno de um ano e mediante expressa solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do menor percentual apurado entre um dos seguintes índices inflacionários:

- a. Índice de Preços ao Consumidor - IPC, fornecido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE;
- b. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou,
- c. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE,

8.1.2. No caso de extinção de algum índice definido no subitem anterior, adotar-se-á o índice que vier a substituí-lo.

8.1.3. Considera-se como data-base para fins do reajustamento de preços, a data-base vinculada à data do orçamento estimado.

8.2. Os valores contratados poderão ser revisados, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante solicitação expressa da adjudicatária, cujo pedido será analisado e deferido apenas quando comprovado que a relação entre encargos da adjudicatária e a retribuição paga pelos Municípios tornar-se impeditiva a entrega dos produtos objetivados.

8.3. A CONTRATADA deverá solicitar ao Condemat a revisão de preços, em pedido devidamente fundamentado, juntando ainda:

- a. Cópia autenticada da Nota Fiscal com **data do mês da apresentação da proposta em Pregão**;
- b. Cópia autenticada da Nota Fiscal com **data do mês do pedido de revisão de preços**.

8.4. O pedido de revisão deverá ser protocolado no **CONDEMAT**. Em hipótese alguma será aceito documento protocolado em outro lugar que não o referido neste subitem.

8.5. O CONDEMAT, em posse do pedido de revisão, irá encaminhá-lo ao Jurídico para análise e parecer a respeito.

8.6. Se o Jurídico prolatar parecer favorável ao pedido de revisão de preços, o mesmo será encaminhado à Diretoria Administrativa e Financeira para formalização.

8.7. Os valores revisados começarão a vigor a partir do deferimento do protocolo do pedido.

8.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.9. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram, inicialmente, entre os encargos da adjudicatária e a retribuição dos municípios consorciados para a justa remuneração do objeto poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA IX. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Os bens deverão estar com as especificações técnicas em conformidade com o que foi solicitado.

9.2. A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pela perfeita entrega dos itens contratados de acordo com as normas do Edital e do Termo de Referência, utilizando seus próprios recursos humanos e materiais, bem como:

- a. Responder por todas as obrigações previdenciárias, seguro, acidente de trabalho e outras impostas pela legislação trabalhista, cível e outras, resultante da execução do objeto contratado;
- b. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, bem como pela indenização a terceiros que porventura sofram prejuízos decorrentes de atos da própria CONTRATADA, de empregados ou prepostos seus, praticados durante a execução da Ata de Registro de Preços, não transferindo ao Órgão Gerenciador ou aos Órgãos Participantes a responsabilidade por seu pagamento.
- c. Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d. Permitir à CONTRATANTE amplo acesso a documentos referentes ao cumprimento da Ata para auditoria e verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas devidas pela CONTRATADA.
- e. Responsabilizar-se pelo frete de entrega dos produtos;
- f. A CONTRATADA deverá atender às legislações ambientais vigentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, incluindo o fornecimento de documentos comprobatórios quando fornecer produtos e/ou serviços que envolvam impactos ambientais.
- g. Respeitar as obrigações e condições do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e do seu respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA X. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE (**CONDEMAT**) deve obedecer às seguintes normas contratuais:

- a. Autorizar ou não a adesão a Ata de Registro de Preços;
- b. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- c. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços;
- d. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento dos itens da Ata;
- e. Acompanhar a fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- f. Comunicar às Detentoras das Atas de Registro de Preços, as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

- g. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.
- h. Fiscalizar a entrega do objeto desta Ata podendo, em decorrência de irregularidades, solicitar fundamentadamente à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário;
- i. Respeitar as obrigações e condições do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e do seu respectivo Termo de Referência.

10.2. MUNICÍPIOS CONTRATANTES:

- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas ao Termo de Referência;
- b. Comunicar imediatamente à detentora da ata qualquer irregularidade verificada, notificando-a para corrigir essas irregularidades, no prazo a ser fixado;
- c. Averiguar se a Nota Fiscal recebida é correspondente ao pedido do município solicitante e se houve o devido cumprimento do prazo, quantidade e especificações descritas no Termo de Referência;
- d. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- e. Tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.
- f. Realizar a gestão da Ata de Registro, não havendo nenhuma interferência do CONDEMAT, exceto no que concerne às sanções em caso de inadimplemento contratual e eventuais pedidos de alteração de preços ou cancelamento de itens, que serão centralizadas no CONDEMAT, após a devida comunicação.

CLÁUSULA XI. DAS PENALIDADES

14.16. Acarretará à licitante contratada que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir quaisquer dos preceitos legais, descumprir, parcial ou totalmente, o objeto da Ata, bem como quaisquer outras obrigações definidas neste instrumento, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

14.16.1. Advertência, por meio da qual a licitante contratada será notificada por escrito sobre alguma irregularidade cometida, para que, no prazo estabelecido no termo de notificação, regularize a situação perante o **CONDEMAT e aos municípios participantes**.

14.16.2. Multa, que será aplicada conforme a seguir:

- b. Pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar a “Ata” ou em retirar a “Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente”, dentro do prazo estabelecido neste Edital ou o informado pelo Consórcio e/ou município participante, multa de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONDEMAT ou municípios participantes;**
- b. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, seja total ou parcialmente**, multa de 10% (dez por cento) do valor da “Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente”, a ser aplicada *pro rata die*, até o máximo de 30 (trinta) dias. Mantendo-se o descumprimento por prazo superior a 30 (trinta) dias, caberá ao **CONDEMAT juntamente com os municípios participantes** decidir sobre a manutenção da ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação da multa referida na alínea “e” abaixo – **“pela inexecução total da ata de registro de preços”;**
- c. Pela inexecução parcial da Ata de Registro**, considerada como a entrega do produto feita de forma incorreta ou não prevista neste Edital, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela inexecutada;

d. Pela inexecução total da Ata ou da Ordem/Autorização de Fornecimento, aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma;

e. Multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

f. Pela não comprovação dos encargos trabalhistas e previdenciários com relação aos seus funcionários, quando solicitado pelo **CONDEMAT** ou municípios participantes, multa de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

14.16.2.1. As multas serão descontadas, ex-offício, de qualquer crédito da CONTRATADA existente no **Município consorciado**, em favor desta. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação, sob pena de sujeição à cobrança judicial. Não havendo tais possibilidades, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

14.17. Na eventualidade de aplicação das penas capituladas acima e decidindo o **CONDEMAT e os municípios participantes** pela rescisão da Ata de Registro de Preços, poderá aplicar as seguintes penalidades:

14.17.1. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê-CONDEMAT e com os municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso em que restar comprovado que a CONTRATADA apresentou documento falso ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, dentre outros, sem prejuízo da comunicação de tal fato à autoridade competente a fim de ser apurada a responsabilidade criminal pertinente decorrente da falsidade.

14.17.2. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o **CONDEMAT** e com os municípios consorciados participantes, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.18. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONDEMAT e com os municípios consorciados participantes** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa.

14.19. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preço, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o **CONDEMAT e com os municípios consorciados participantes**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.20. O procedimento para aplicação das penalidades poderá ensejar o cancelamento da Ata, nesse caso, o prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa seguirão o disposto neste item.

14.21. O prazo para defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis da notificação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.22. O prazo para recurso contra a aplicação de qualquer sanção, exceto a declaração de inidoneidade, é de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, nos termos do art. 166, da Lei Federal nº 14.133/2021, que será enviada via correio ou e-mail, cujo recebimento deverá ser comprovado nos autos ou, na impossibilidade de comprovar o recebimento, a intimação far-se-á via publicação na imprensa oficial.

14.23. No caso da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar do seu recebimento, nos termos do art. 167, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.24. O prazo para pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato, que será feita via publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA XII. DA RESCISÃO

14.25. A inexecução total ou parcial da Ata ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em especial as contidas no art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.26. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- e. Descumprir as condições da Ata;
- f. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo **CONDEMAT** e pelos municípios consorciados participantes, sem justificativa aceitável;
- g. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- h. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.27. Além das hipóteses acima previstas, ensejará o cancelamento do registro:

- a. Não ser mantidas, pela CONTRATADA, durante toda a execução da Ata, as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b. A transferência ou cessão, pela CONTRATADA, das obrigações a outrem, sem autorização do **CONDEMAT**.

14.28. A rescisão da Ata poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONDEMAT**, nos casos previstos em lei;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONDEMAT**;
- c. Judicial, nos termos da legislação.

14.29. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- c. Por razão de interesse público; ou
- d. A pedido da empresa.

14.30. Excetuada a hipótese do Procedimento Administrativo previsto no item “Das Penalidades” o contraditório e a ampla defesa serão assegurados, para fins de rescisão, ao fornecedor da seguinte forma:

- c. Antes do cancelamento do registro de preços os fornecedores serão notificados para apresentação da defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será enviada via correio ou *e-mail*, cujo recebimento deverá ser comprovado nos autos ou, na impossibilidade de comprovar o recebimento, a intimação far-se-á via publicação na imprensa oficial;
- d. Após análise da defesa prévia, sendo essa indeferida, será realizado o cancelamento do registro de preços, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação do ato, para o fornecedor apresentar a respectiva Representação.

CLÁUSULA XIII. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

13.1. Para fins deste instrumento, sem prejuízo das demais definições inseridas nesta Ata de Registro de Preços, cabe às Partes zelar pelo cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

CLÁUSULA XIV. DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Na execução da presente Ata de Registro de Preços é vedado ao **CONDEMAT** e Municípios consorciados e à Detentora e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

- a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar a presente Ata de Registro de Preços;
- c. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações da presente Ata de Registro de Preços, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata de Registro de Preços; ou
- e. De qualquer maneira fraudar a presente Ata de Registro de Preços, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022, bem como quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ainda que não citadas expressamente no presente edital e futura Ata de Registro de preços.

CLÁUSULA XV. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência do objeto desta Ata de Registro de Preços.

15.2. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alterações das condições contratadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

15.3. O **CONDEMAT** poderá, a qualquer tempo, cancelar o Registro de Preços, no interesse público, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie, em especial quando os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, ou pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do presente instrumento, observadas as disposições legais pertinentes.

15.4. O **CONDEMAT** será o responsável pelos atos, controle e administração da Ata decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro, os quantitativos a serem contratados e o fornecedor para o qual será emitida a Autorização de Fornecimento.

15.5. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada através de Termo de Adesão, por órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante autorização do **CONDEMAT**, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6. Autorizada a adesão, o órgão deverá formalizar a contratação solicitada no prazo de até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

15.7. Integra esta Ata, em Anexo Único, Termo de Ciência e Notificação relativo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

15.8. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA XVI. DO FORO

16.1. Fica eleito o Fórum da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa.

E, por terem as partes lido e concordado com as cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, em 02 (duas) vias iguais, ficando 01 (uma) cópia em posse da CONTRATADA e outra da CONTRATANTE.

Mogi das Cruzes, em _____ de _____ de 2026

DR. LUÍS ANTONIO DE CAMARGO
PRESIDENTE DO CONDEMAT

NOME
RAZÃO SOCIAL

TESTEMUNHAS

NOME:
RG:

NOME:
RG:

ANEXO ÚNICO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT

CONTRATADA: *****

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): *****

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE UNIFORMES ESCOLARES, MEIAS E TÊNIS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, GUARULHOS, IGARATÁ, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA BRANCA, SANTA ISABEL E SUZANO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi das Cruzes, XX de XXX de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: **PRESIDENTE DO CONDEMAT**

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo: **PRESIDENTE DO CONDEMAT**

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: **PRESIDENTE DO CONDEMAT**

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: **PRESIDENTE DO CONDEMAT**

CPF:

Assinatura:

GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CONDEMAT):

Nome:

Cargo: **SECRETÁRIO EXECUTIVO**

CPF:

Assinatura:

ANEXO V – ENDEREÇOS DAS ESCOLAS

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARUJÁ-SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
MARISA APARECIDA PENDEZA EM	Fenacita, 460, Jardim Fazenda Rincão. Arujá, SP.
MILTON BARBOSA EM	Núcleo Vicente Matheus, 1150, Pedreira. Arujá, SP.
NOELI SIMONE DA SILVA PROFA CMEI	Jorge Cruz, 140, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.
PAULO FREIRE EM	Tailor do Nascimento, 210, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.
RECANTO PRIMAVERA EM	Das Carambolas, 25, Recanto Primavera. Arujá, SP.
ROSALINA DE ALMEIDA MENDES DONA EM	Adília Barbosa Neves, 3759, Portão. Arujá, SP.
SEIJI SHIGUEMATSU CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Hirayoshi Amano, 456, Sítio dos Fernandes. Arujá, SP.
SIDONIA NASSER DO PRADO EM	Marina Lourenco, 55, Jardim Ângelo. Arujá, SP.
ABILIO PINHEIRO ANDRE EM	Dos Jacarandás, 940, Parque dos Jacarandás. Arujá, SP.
AMADEU DE ANGELIS PROFESSOR ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	Inocência Jose Rodrigues, 95, Arujamerica. Arujá, SP.
ARUJA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIDADE XV	Dutra, 360, Jardim Emília. Arujá, SP.
AVELINA DALILA LEOPOLDINA ALMEIDA DONA CRECHE MUNICIPAL	São Paulo, 615, Jardim Real. Arujá, SP.
BAIRRO DA PENHINHA EM	Da Peinha, 2261, Chácara Bananal. Arujá, SP.
BAIRRO DO SÃO BENTO CMEI	Três Fronteiras, 241, Jardim Josely. Arujá, SP.
CECILIA CARACA MINEIRO COUTINHO PROFA EM	Gabriel Paschoal, 120, Jardim Leika. Arujá, SP.
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CECI DINIZ NASSER	Havana, 188, Jardim Rincão. Arujá, SP.
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FATEC	Dos Fontes, 1435, Fontes. Arujá, SP.
CMEI DONA IZAURA VITAL DOS SANTOS	Santo Antônio, 877, Cidade Nova Arujá. Arujá, SP.
CMEI MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS	Estrada dos Índios, 2333, Arujazinho I, II e III. Arujá, SP.
DALILA FRANCO GARCIA PROFA EM	João da Silva Ferraz, 50, Barbosas. Arujá, SP.
DRA ZILDA ARNS NEUMANN EM	Serra da Jureia, SN, Mirante do Arujá. Arujá, SP.
EMEIA PROFESSOR CELSO BARROSO	Serra do Pacatuba, 80, Mirante do Arujá. Arujá, SP.
EMEIA PROFESSORA CIBELE M.DE ARAUJO SILVA	Nossa Senhora Aparecida, 255, Jordanópolis. Arujá, SP.
EMEIA PROFESSORA ROSANA SANCHES DE GODOI	Deolinda Rosa dos Santos, 115, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.
EMEIA VEREADORA JUPIRA MARIA DO CARMO FIGUEIREDO	Amazonas, 290, Barbosas. Arujá, SP.
EUFLY GOMES PROFESSOR EM	Mamede Barbosa, 133, Arujá Centro Residencial. Arujá, SP.
EUNICE DE MORAES CAJUEIRO CENTRO MUNICIPAL EDUC INFANTIL	João Godoy, 220, Arujá Centro Residencial. Arujá, SP.
GERALDO MONTIBELLER PADRE EM	Tuim, 330, Jardim Pinheiro. Arujá, SP.
HERMINIA ARAKI PROFESSORA EM	Luiz Gonzaga Colangelo Nobrega, 151, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.
ISABELA PAVANI CASTILHO CRUZ EM	Antimonio, 5, Chácaras Copaco. Arujá, SP.
JOEL DA COSTA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Licínio Rodrigues Paiva, 14, Arujamerica. Arujá, SP.
JULIA MITIE MINE PROFESSORA EM	Santa Cecília, 255, Cidade Nova Arujá. Arujá, SP.
MARCIA POLI CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Serra do Baturite, 100, Mirante do Arujá. Arujá, SP.
MARIA APARECIDA RESTIVO PEREZ DONA EM	Ribeirão dos Índios, 295, Jardim Via Dutra. Arujá, SP.
MARIA BENEDITA GARCIA DONA CRECHE MUNICIPAL	Luiz Gonzaga Colangelo Nobrega, 10, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.
MARIA DE LOURDES FERREIRA DONA EM	Aga, 25, Vila Arujá. Arujá, SP.

MARIA HERBENE PATRICIO DAMASCENO CMEI	Rio de Janeiro, 199, Chácara São Jose. Arujá, SP.
MARIA JOSÉ LOPES ESMERALDO CMEI	Tailor do Nascimento, 220, Parque Rodrigo Barreto. Arujá, SP.

ESCOLAS MUNICIPAIS - BIRITIBA MIRIM	
ESCOLA	ENDEREÇO
EMEF NELSON DE OLIVEIRA CAMARGO	Rua Maria Gema de Melo Oliveira, 250 – Jardim Yoneda – Biritiba Mirim/SP
EMEI PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES MELO RODRIGUES	Rua Castro Alves, S/N – Cruz das Almas – JD. JUNGERS – Biritiba Mirim/SP
EMEF JOAO CARDOSO	Rua José Antenor Araújo, 35 – Centro – Biritiba Mirim/SP
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Rua José Antenor Araújo, 35 – Centro – Biritiba Mirim/SP
EMEI MARIA JOSÉ	Rua Vinte e Um de Abril, 12 – Jardim Yoneda – Biritiba Mirim/SP
EMEF HELENA RICCI	Rodovia Alfredo Rolim de Moura SP 88, KM18 – HIROY – Biritiba Mirim/SP
CRECHE OTÁVIO	Avenida Maria José de Siqueira Melo, 1045 – Jardim Takebe – Biritiba Mirim/SP
EMEF REGINA CÉLIA FREIRE	Rua Onze de Agosto, 360 – Jardim Yoneda – Biritiba Mirim/SP
CRECHE LUCÍDIO LEME DA CUNHA	Rua Ayrton Senna da Silva, 100 – Jardim Alvorada A – Biritiba Mirim/SP
EMEI FERDINANDO JUNGERS	Rua Duque de Caxias, Nº 100 – Vila Operária – Biritiba Mirim/SP
EMEF MARIA TEREZA DE MELO	Rua Laurentino Soares, 86 – Nova Biritiba – Biritiba Mirim/SP
EMEF SANDRA REGINA DE FREITAS CARDOSO	Rua Euclides Da Cunha, S/ Nº Cruz das Almas – Biritiba Mirim/SP
EMEF WALDEMAR COSTA FILHO	Rua Abinésio Avelino Marques, S/Nº – Biritiba Mirim/SP
CRECHE MUNICIPAL IRIO TAINO	Rua Ivan Garcia, Nº 98, Hiroy – Biritiba Mirim/SP

ESCOLAS MUNICIPAIS EM FERRAZ DE VASCONCELOS, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ABILIO SECUNDINO LEITE EMEB	Vereador, 99 Rua, Jardim Tv. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ADELINO GOMES MARQUES EMEB	Pedro li Dom, 277 Avenida, Jardim Rodrigues Alves. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ALCIDES CARDOSO EMEB	Avenida Xv de novembro, 2401 Avenida, Jardim Yone. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ALFREDO FROES NETO DR EMEB	Guarani, 359 Rua, Vila Santo Antônio. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ANALIVIA PEDRO PROFESSORA EMEB	Estrada do Paiol, 2221 Ramal, Chácara Descansolandia. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ANGELO CASTELLO PREFEITO EMEB	Miguel Dib Jorge, 579 Estrada, Jardim do Castelo. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ANTONIO BERNARDINO CORREA EMEB	Jorge Tibirica, 440 Rua, Vila Correa. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ANTONIO SCHIAVINATI EMEB	Luiz Ramalho, 530 Rua, Vila Cristina. Ferraz de Vasconcelos, SP.
BRUNA ARINA BELLONI EMEB	Tito Temporim, SN Rua, Jardim São Joao. Ferraz de Vasconcelos, SP.
DAVID FERREIRA LOUREIRO EMEB	Rua Tapiras, 50, Vila do Americano. Ferraz de Vasconcelos, SP.

EDUARDO SANTIAGO SOUZA EMEB	Ayame Yoshikawa, 146, Vila Sao Paulo. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ELIAS ANDERE VEREADOR EMEB	Jacira Teixeira de Camargo, SN Avenida, Vila Arbame. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ELIAS SLEIMAN EL KHOURI MIKHAEL EMEB	Pedro Fornasaro, SN Rua, Vila Santa Margarida. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ELVINO TEIXEIRA DA SILVA EMEB	Miguel Dib Jorge, 508 Estrada, Jardim do Castelo. Ferraz de Vasconcelos, SP.
EMEB MARIO COSIELLO	Rua Raymundo Magrini, 240, Jardim Helena. Ferraz de Vasconcelos, SP.
EMEB PEDRO PAULO PAULINO PREFEITO	Rua David de Rogatis, SN, Parque Dourado. Ferraz de Vasconcelos, SP.
EMEB PROFESSOR DIOCESIO DE MENEZES	Joao Canzi, 311, Vila Pereira. Ferraz de Vasconcelos, SP.
EMEB RAIMUNDO FRANCISCO DOS SANTOS	Rua Dom Joao Vi, 450, Vila Correa. Ferraz de Vasconcelos, SP.
FRANCISCO FARIA DE SOUZA PASTOR FARIA EMEB	Borba Gato, 8 Rua, Jardim Rosana. Ferraz de Vasconcelos, SP.
GABRIEL VINICIUS COELHO EMEB	Autonomistas, 1516 Avenida, Vila Cristina. Ferraz de Vasconcelos, SP.
GERALDO DA SILVA VEREADOR EMEB	Benedito Pereira de Camargo, 11 Rua, Jardim Temporim. Ferraz de Vasconcelos, SP.
GUSTAVO ZANCHETTA GONCALVES SANTANA EMEB	Roberto Cavazana, 14 Rua, Parque Dourado. Ferraz de Vasconcelos, SP.
HALIM ABISSAMRA EMEB	Jacira Teixeira de Camargo, SN Avenida, Vila Arbame. Ferraz de Vasconcelos, SP.
HELMUTH HANS HERMANN LOUIS BAXMANN PREFEITO EMEB	Imperial, 65 Avenida, Jardim Ipanema. Ferraz de Vasconcelos, SP.
HUGO MAZZUCCA PREFEITO EMEB	Expedito Francisco da Silva, SN Rua, Conjunto Residencial Presidente Castello Branco. Ferraz de Vasconcelos, SP.
JORACY CRUZ DOUTOR EMEB	Rua Jose Pereira, 60 Rua, Jardim Freire. Ferraz de Vasconcelos, SP.
JOSÉ SEBASTIAO EMEB	Rua Manuel Sebastiao, 10, Jardim Cambiri. Ferraz de Vasconcelos, SP.
LUCIANO POLETTI EMEB	Florian Peixoto, 1276 Rua, Jardim São Luiz. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA ANDENA COSTA EMEB	Pedro Leite, 284 Rua, Vila Panucce. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA DA GLORIA DIAS HORVATH EMEB	Rua Carlos de Carvalho, 150 Rua, Jardim São Joao. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA DA GLORIA FERNANDES LEITE EMEB	Santos Dumont, 1623 Avenida, Jardim Vista Alegre. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA INES BATISTA CAMILO GURGEL PROFESSORA EMEB	Rua Prefeito Takume Koike, 77 Avenida, Núcleo Itaim. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA MADALENA CORREIA EMEB	Maria Isabel de Souza Temporim, SN, Jardim Luiz Mauro. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIA MARGARIDA ABREU FIGUEIREDO PROFESSORA EMEB	Nicola Cagliotti, 580 Rua, Vila Santa Margarida. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MARIO MARTINELLI VEREADOR EMEB	Miguel Dib Jorge, 147 Estrada, Jardim do Castelo. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MAURICE BOU ASSI EMEB UNIDADE I	Bandeirante, 746 Estrada, Vila Andrea. Ferraz de Vasconcelos, SP.
MYRIAM PENTEADO RODRIGUES ALCKMIN EMEB	Rafael Anunciato, 255 Rua, Conjunto Residencial Presidente Castello Branco. Ferraz de Vasconcelos, SP.

NEUSA DA SILVA ALMEIDA EMEB	Estrada Ibrahim Tanios Abi Chedid, 2231, Jardim das Flores. Ferraz de Vasconcelos, SP.
NURIMAR MARTINS HIAR PROFESSORA EMEB	Mutirantes, SN Avenida, Cdh. Ferraz de Vasconcelos, SP.
OLIVEIRA LAET DOUTOR EMEB	Rua Treze de maio, 120 Rua, Vila Andeyara. Ferraz de Vasconcelos, SP.
PRIMOROSA JORGE DO NASCIMENTO PROFESSORA EMEB	Tapiras, 100 Rua, Vila do Americano. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ROBERTO ANDERE CORREA EMEB	Benedito Leite, 381 Rua, Vila Correa. Ferraz de Vasconcelos, SP.
ROSA FERRARI BASILE EMEB	Rua Suzana Arlow, 150 Avenida, Vila Santo Antônio. Ferraz de Vasconcelos, SP.
RUY COELHO PROFESSOR EMEB	Julio Mesquita Filho, SN Rua, Jardim San Giovanni. Ferraz de Vasconcelos, SP.
SARA TINEUE EMEB	Rua David Rogatis, 310 Rua, Parque Dourado. Ferraz de Vasconcelos, SP.
SILVINO ANTUNES DE SOUZA EMEB	Aimores, 301 Rua, Vila Santo Antônio. Ferraz de Vasconcelos, SP.
SYLVIA DA SILVEIRA DE MARTINI EMEB	Stella Mazzuca, 415 Estrada, Jardim Barão. Ferraz de Vasconcelos, SP.
THOMAZ RODRIGUES ALCKMIN EMEB	Rua Prefeito Takume Koike, 87 Rua, Núcleo Itaim. Ferraz de Vasconcelos, SP.
TOM JOBIM EMEB	Roberto Cavazana, 14 Rua, Parque Dourado. Ferraz de Vasconcelos, SP.

ESCOLAS MUNICIPAIS EM GUARAREMA, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ADIBE SAYAR DAHER ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR	Lazaro Germano, 26 Avenida, Itapema. Guararema, SP.
ALBERTO JOHNNES STEEGER DOM ESCOLA MUNICIPAL	Rua Jose Anchieta, 27 Loteamento Jardim Du, Jardim Dulce. Guararema, SP.
ANDRE ANTONIO MARIANO ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Shigueshi Takahashi, 51 Avenida, Maracatu. Guararema, SP.
CELIA LEONOR LOPES LUNARDINI PROFA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	Rua Machado de Assis, 158 Avenida, Itapema. Guararema, SP.
CORNÉLIO VAN AMERONGEN PADRE ESCOLA MUNICIPAL	Rua Peixoto, 54 Avenida, Centro. Guararema, SP.
ESCOLA MUNICIPAL CLAUDIA MARINA NOGUEIRA	Rua Pedro Alvino de Souza, 111 Avenida, Nogueira. Guararema, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR DOMINGOS LERARIO	Rua Shigueshi Takahashi, 51 Avenida, Lambari. Guararema, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL REGINA CELI RUDGE PEROTTI MUNI	Adhemar de Barros, SN, Itapema. Guararema, SP.
ESCOLA MUNICIPAL PAULO ISMAEL DOS SANTOS SOBRINHO	Rua Maranhao, 112 Avenida, Paratei. Guararema, SP.
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AQUIE ERRUZO DE LARA	Vereador Jair de Souza, 30, Nogueira. Guararema, SP.
EUNICE LEONOR LOPES PRADO PROFESSORA EM	Rua Joao Ambrósio Pereira, 42 Avenida, D Ajuda. Guararema, SP.
GETULIO VARGAS PRESIDENTE EM	Rua Doutor Silva Pinto, 176 Avenida, Centro. Guararema, SP.
JOÃO BAPTISTA JUNGERS EM	Estrada Municipal Argemiro de Souza Melo, 240, Luis Carlos. Guararema, SP.
JOÃO FREIRE MARTINS CEPEM	Rua Oswaldo Freire Martins, 181 Avenida, Centro. Guararema, SP.

JOAQUIM E JOSÉ DA COSTA EM	Rua Raul de Castro, 19, Freguesia da Escada. Guararema, SP.
JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS EM	Rua Capitão Alberto Weisssohn, 324 Avenida, Centro. Guararema, SP.
JOSÉ DONIZETE DE PAIVA EM	Rua China, 742 Loteamento Chácaras, Nova Guanabara. Guararema, SP.
KEISABURO HONDA EM	Estrada Jose Ribeiro Guimaraes, SN Km 82, Goiabal. Guararema, SP.
MARIA DA CONCEICAO MAGALHAES SOUZA EM	Rua Ferraz de Vasconcelos, 95 Avenida, Jardim Luiza. Guararema, SP.
NOSSA SENHORA APARECIDA ESCOLA MUNICIPAL	Rua Sergipe, 50 Avenida, Paratei. Guararema, SP.
NOSSA SENHORA DA ESCADA CRECHE E PRE ESCOLA MUNICIPAL	Estrada Velha São Paulo Rio, KM 82 Avenida, Cerejeira. Guararema, SP.
NOSSA SENHORA DE FATIMA CRECHE	Estrada Municipal Benjamin Antônio Fernandes, 1585 Avenida, Jardim Dulce. Guararema, SP.
RENATA CAMPAGNOLI DE OLIVEIRA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Avenida Amazonas, 389 Avenida, Itapema. Guararema, SP.
SYLVIO LUCIANO DE CAMPOS ESCOLA MUNICIPAL	Rua Pedro Mauro, 27, Freguesia da Escada. Guararema, SP.
WALDOMIRO MARCONDES ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Bela Vista, 1180 Avenida, Ipiranga. Guararema, SP.

ESCOLAS MUNICIPAIS EM GUARULHOS – SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
EPG ALVARO MESQUITA	R. Guimaraes rosa, 124 - jd. Munira
EPG AMADEU PEREIRA LIMA	R. Reriutaba, 51- Uirapuru
EPG AMADOR BUENO	R. Maria Elisa, 110 - Jd tamassia
EPG AMELIA DUARTE DA SILVA	R. Maria Quitéria de Jesus Medeiros, 584 - Jd ponte alta
EPG ANISIO TEIXEIRA	R. Dom silverio, 22 - Vl. Paraíso
EPG ANITA Malfatti	R. Jose sargentini, 35 - Vl. Melliani
EPG ANSELMO DUARTE	R. Centenario, 17 - Jd centenario
EPG ANTONIO APARECIDO MAGALHAES, VEREADOR	R. Vitor costa, s/n - Jd. Paraventi
EPG ANTONIO GONCALVES DIAS	R. Augusta dos santos agosto, 160 - Jd. Palmira
EPG ANTONIO HOUAISS	R. Diva, s/n - Pq. Santo Antônio
EPG ARISTIDES CASTELO HANSEN	R. Particular, 156- Cidade serodio
EPG ASSIS FERREIRA	R. Jose Manoel Martins da cunha, 109 - Jd. Santa barbara
EPG BARBARA ANDRADE TENORIO DE LIMA	R. O quatro, 67 - Res. Pq. Cumbica
EPG BARBARA CRISTINA	R. Treze, s/n - Sítio São Francisco
EPG BENEDITO VICENTE DE OLIVEIRA	R. Joaquina de Jesus, s/n - Pq. Santo agostinho
EPG BRAGUINHA	Av. Maues, s/n - Jd. Bom clima
EPG CANDIDO PORTINARI	R. Bayeux, 66 - Cidade serodio
EPG CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	Av. Marcial Lourenço seródio, 469 - Cidade serodio
EPG CARLOS FRANCHIN, VEREADOR	Av. Atalaia do norte, 544 - Jd. Cumbica
EPG CARMEN MIRANDA	R. Da Creche, 63 - Jd. Guaracy
EPG CAROLINA MARIA DE JESUS	R. Caudilho, 78 - Cidade tupinamba
EPG CASIMIRO DE ABREU	R. Itaguai, 85 - Jd. Moreira
EPG CASSIANO RICARDO	R. Reriutaba, 95 - Pq. Uirapuru
EPG CASTRO ALVES	R. Izabel camarero losano, 141 Jd. Ponte alta ii
EPG CELSO FURTADO	R. Manoel reis da silva, 87 Vl. Carmela i
EPG CERQUEIRA CESAR	Av. Domingos fanganiello, 171 Vila melliani
EPG CESAR LATTES	Av. Maria gebin de Moraes, 867 Pq. Continental ii
EPG CHICO MENDES	R. Iati, 55 Jd. Oliveira

EPG CHIQUINHA GONZAGA	R. Hideo sinzato, s/n Pq mikail
EPG CLEMENTINA DE JESUS	R. Santa Cruz do descavado, 346 Jd triunfo
EPG CORA CORALINA	R. Dez, 296 Jd. Dos cardoso
EPG CRISPINIANO SOARES	R. Prof vasco de queiroz guimaraes, 289 - Jd. Bom clima
EPG DA EMILIA	R. Joao loprete, 234 Vl. Sao joao
EPG D'ALMEIDA BARBOSA	R. Ananias jose de vasconcelos, 162 Gopouva
EPG DALVA MARINA RONCHI MINGOSSO, PROFESSORA	R. Apore, 354 Vl. Barros
EPG DARCY RIBEIRO	R. Serido junior, 34 Pq. Santos dumont
EPG DEUCELIA ADEGAS PERA, PROFESSORA	Av. Palmira rossi, s/n Recreio sao jorge
EPG DJANIRA DA MOTA E SILVA	R. Mediterraneo, 324 Jd. Almeida prado
EPG DOLORES GILABEL HERNANDES POMPEO	Av. Alexandre grandisoli, 254 Pq. Continental ii
EPG DONA BENTA	R. Taipu, 176 Jd. São João
EPG DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR	R. Umuarama, 290 Pq. Jurema
EPG DORIVAL CAYMMI	Av. Da Granja, s/n Jd. Guaracy
EPG EDSON ALVES DA COSTA, DOUTOR	R. Maria Luiza perico, 137Jd. Acácio
EPG EDSON ANTONIO ALBERTON - PROFESSOR ALBERTAO	Estr. Do Caminho velho, 351 Jd. Nova cidade
EPG EDSON NUNES MALECKA, PROFESSOR	Av. Luiz Gonzaga do nascimento, 49 Jd. Ponte alta ii
EPG ELIS REGINA	R. Jose Freitas, 173 Água chata
EPG ERICO VERISSIMO	R. Hélio de Souza, 1500 Jd. Fortaleza
EPG EUCLIDES DA CUNHA	R. Luiz caputo, 1215 Jd. Fortaleza
EPG EUGENIO CELESTE FILHO	R. Prof José Munhoz, 15 Jd. Munhoz
EPG EVANIRA VIEIRA ROMAO	R santa Filomena, 130 Vl. Augusta
EPG FAUSTINO RAMALHO, VEREADOR	Av. Palmira Rossi, s/n Recreio são Jorge
EPG FELICIO MARCONDES	R. Soldado Joao Alberto Alves, 216 Jd. São Ricardo
EPG FRANCISCO ANTUNES FILHO	R. São João, 25 Vila sorocabana
EPG GABRIEL JOSE ANTONIO, CAPITAO	R. Edson de Souza, 724 Jd. Flor da montanha
EPG GABRIELA MISTRAL	R. Itororo, 56 Recreio são Jorge
EPG GIANFRANCESCO GUARNIERI	R. Marcondes munhoz, s/n Pq. São Miguel
EPG GILMAR LOPES, VEREADOR	R. Dias gomes, 268 Jd. Munira
EPG GIOVANI ANGELINI	R. Ivan edmundo scarameli, 301 Jd. Bondanca
EPG GISELI LAZARINI DA SILVA PORTELA	R. Treze, 13 Pimentas
EPG GLORINHA PIMENTEL	R. Pedra lavada, 829 Jd. Castanha
EPG GONZAGUINHA	R. São Geraldo da piedade, s/n Jd. Jacy
EPG GRACILIANO RAMOS	R. Juramento, 582 Cidade pq. Brasília
EPG GRACIRA MARCHESI TRAMA, PROFESSORA	R. Ivinhema, 170 Jd. Santo Afonso
EPG HAMILTON FELIX DE SOUZA	Av. Atalaia do norte, 544 Jd. Cumbica
EPG HEITOR MAURICIO DE OLIVEIRA, DOUTOR	R. Guaratuba, 500 Vl. Florida
EPG HELENA ANTIPOFF	R. Telha, 45 Jd. Monte alegre
EPG HERALDO EVANS	R. Francisco foot, 9 Jd. Tranquilidade
EPG HERBERT DE SOUZA - BETINHO	R. Da Creche, 97 Jd. Guaracy
EPG INEZ RIZZATTO RODRIGUES	R. Padre marcos, 437 Cidade aracilia
EPG IONE GONÇALVES DE OLIVEIRA DE CONTI, PROFESSORA	Estr. Do Sacramento, 751 Cidade tupinamba
EPG IZOLINA ALVES DAVID	R. Diva, 245 Pq. São Antônio
EPG JEAN PIAGET	R. Maria luisa perico, 137 Jd. Acacio
EPG JEANETE BEAUCHAMP, PROFESSORA	Estr. Do Caminho velho, 351 Jd. Nova cidade
EPG JOAO ALVARES, PADRE	Av. Estilac leal, 325 Vl. Das palmeiras
EPG JOAO BALBINO FILHO	R. Barão de cotegipe, s/n Jd. Munhoz
EPG JOAO GUIMARAES ROSA	R. Joao roberto Miranda, 299 Pq. Continental i
EPG JOCYMARA DE FALCHI JORGE	R. Flor da serra, 314 Vl. Carmela i
EPG JORGE AMADO	Av. Joao Bassi, s/n Jd. Presidente Dutra

EPG JORGE MOTA DE OLIVEIRA	Rua indiapora, 149 Cumbica
EPG JOSAFÁ TITO FIGUEIREDO	R. João Simão, s/n Jd. Belvedere
EPG JOSÉ CARLOS DA SILVA, PROFESSOR	R. João Gomes, 367 Jd. Adriana
EPG JOSÉ JORGE PEREIRA	R. Deus do sol, s/n - Cidade Brasil
EPG JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA, DOUTOR	R. Orixá, 111 Jd. Dos Afonsos
EPG LINO FERREIRA DE OLIVEIRA	R. Maria Luiza Perico, 263 Jd. Acácio
EPG LUIZA DO NASCIMENTO OTERO	Av. Santa Bárbara, 352 Jd. Santa Bárbara
EPG MACHADO DE ASSIS	Av. Das Margaridas, 900 Cidade Soberana
EPG MANOEL BOMFIM	Av. José Brumatti, 3160 Jd. Santo Expedito
EPG MANOEL DE PAIVA, PADRE	Av. Francisco Conde, 600 Vl. Rosália
EPG MANOEL REZENDE DA SILVA	R. Benedito Thieso, 213 Pq. Residencial Bambi
EPG MANUEL BANDEIRA	R. Jutai, 459 Cidade Pq. Alvorada
EPG MARFILHA BELLOTI GONÇALVES	Av. Estados Unidos, 97 Jd. Das Nações
EPG MARGARIDA MARIA DA CONCEIÇÃO	R. José Roberto Liotta, s/n Jd. Rosa de França
EPG MARIA FIRMINA DOS REIS	Av. Florestan Fernandes, 115 Bonsucesso
EPG MARIA ISABEL DE ASSIS	R. Andromeda, 420 Pq. Primavera
EPG MARIAZINHA REZENDE FUSARI	R. Itaparantim, 1321 Jd. Presidente Dutra
EPG MARIO LAGO	Estr. Do Zirconio, 580 Pq. Primavera
EPG MARIO QUINTANA	R. Ismael Manoel da Silva, s/n Jd. Las Vegas
EPG MARLENE APARECIDA DE CARVALHO MARTINS, PROFESSORA	Av. José Brumatti, 3620 Bonsucesso
EPG MARTINS PENA	R. Santa Maria do Salto, 70 Pq. Das Nações
EPG MAURO ROLDAO NETO	R. Jacutinga, 536 Pq. Jurema
EPG MILTON ALMEIDA DOS SANTOS	R. Caminho Quatro, s/n Jd. Maria de Lourdes
EPG MILTON LUIZ ZILLER, PROFESSOR	R. Pitanga, s/n Jd. Santa Mena
EPG MONICA APARECIDA MOREDO	R. Monica Aparecida Moredo, 173 Jd. Fatima
EPG MONTEIRO LOBATO	R. João de Souza, 435 Jd. Alvorada
EPG MOREIRA MATOS	R. Vitorino Freire, 179 Vila Galvão
EPG NADJA MARIA SEABRA SANTOS, PROFESSORA	R. Crissiumal, 61 Jd. Vila Galvão
EPG NAZIRA ABBUD ZANARDI	R. Santana, 214 Recreio São Jorge
EPG NELSON DE ANDRADE	R. Berilo, 190 Cidade Pq. Brasília
EPG NICOLINA BISPO	R. Nelson Magalhães de Souza, 100 Vila Carmela
EPG NISE DA SILVEIRA	R. Mucambo, s/n Jd. Santa Helena
EPG NOEL ROSA	R. Garça, 169 Jd. Bela Vista
EPG OFELIA ECHEVERRI LOPES, IRMÃ	R. Adolfo Noronha, s/n Jd. Santa Inês
EPG OLAVO BILAC	R. Jacob, 479 Jd. Tranquilidade
EPG OTOYA SATO	R. General Silva, 346 Jd. Presidente Dutra
EPG PATRICIA GALVAO	R. Natalina de Melo Gouveia Norkvicius, s/n Cabuçu
EPG PAULO AUTRAN	Av. Sítio Novo, 55 Jd. Lenize
EPG PAULO FREIRE	R. Taubaté, 374 Cidade Soberana
EPG PEDRINHO E NARIZINHO	R. Águas Vermelhas, 3 Jd. Santa Emília
EPG PEDRO GERALDO BARBOSA, PROFESSOR	R. Carnaubais, 451 Vl. Nova Bonsucesso
EPG PERACIO GRILLI, PASTOR	Av. Das Margaridas, 894 - cidade soberana
EPG PERSEU ABRAMO	R. Bela Vista do Paraíso, 55 Jd. Presidente Dutra
EPG PIXINGUINHA	R. Três, 140 - Jd. Dos Olivas
EPG PROCOPIO FERREIRA	R. Porto Alegre, 378 Pq. Jandaia
EPG RACHEL DE QUEIROZ	R. Lídia Galloni Mercurio, 221 Jd. Santa Lídia
EPG RAUL CORTEZ	R. Asteroide, 27 Pq. Primavera
EPG ROGERIO DAMIAO DE FREITAS	R. Pedra Lavada, 829 Jd. Castanha
EPG RUBEM ALVES	R. Belmonte, 88 Jd. Maria Dirce
EPG SÃO DOMINGOS	Estr. Do Elenco, 848 Jd. São Domingos

EPG SEBASTIAO LUIZ DA FONSECA, PASTOR	Av. Monte alegre, s/n Cidade soberana
EPG SELMA COLALILLO MARQUES	Av. Salgado filho, 3437 Centro
EPG SILVIA DE CASSIA MATIAS, PROFESSORA	R. Conceição da barra, s/n Jd. Santa Inês
EPG SIQUEIRA BUENO	Prç. Nossa senhora aparecida, 324 Jd. Vila Galvão
EPG SITIO DO PICA-PAU AMARELO	Av. Brigadeiro faria lima, 1846 Cocaia
EPG SOPHIA FANTAZZINI CECCHINATO	R. Antônio elias rodrigues, 323 Jd. Angelica
EPG SVAA EVANS, VEREADOR	Av. Benjamim harris hunnicutt, 1854 Portal dos gramados
EPG TARSILA DO AMARAL	R. Santa cecilia, 160 Vila paraíso
EPG TERESINHA MIAN ALVES, PROFESSORA	R. Jose de souza abrantres, s/n Jd. Alamo
EPG TIA CARMELA	R. Cordeiros, 79 Vl. Nova bonsucesso
EPG TIA NASTACIA	R. Vila lobos, 62 Jd. Pinhal
EPG TIZUKO SAKAMOTO	R. Seis, 82 Conjunto marcos freire
EPG TOM JOBIM	Av. Coqueiral, 90 Cidade serodio
EPG UNDINA CAPELLARI NUNES, MISSIONARIA	Av. Morada nova, 208 Jd. Ottawa
EPG VICENTE FERREIRA SILVEIRA, DOUTOR	R. Cinco b, s/n Jd. Nova cidade
EPG VINICIUS DE MORAIS	R. Edmar bressan, 149 Jd. Ponte alta
EPG VIRGILINA SERRA DE ZOPPI	R. Galaxia, 49 Pq. Primavera
EPG VISCONDE DE SABUGOSA	R. Ponte branca, 131 Conjunto residencial paes de barros
EPG WALTER EFIGENIO	R. Joaquim moreira, s/n Pq. Sao miguel
EPG WILSON PEREIRA DA SILVA, PROFESSOR	R. Itajuibe, 531 Jd. Maria dirce
EPG YUIE HIRATA	Al. Das Magnólias s/n Pq. Cecap
EPG ZELIA GATTAI	Av. Joao bassi, s/n Jd. Presidente dutra
EPG ZILDA FURINI FANGANIELLO	R. Aracaju, 458 Jd. Leblon
EPG ZULMA CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, PROFESSORA	Av. Odair santanelli, 1000 Pq cecap
EPG ZUMBI DOS PALMARES	Av. Bom Jesus da lapa, 610 V. Nova bonsucesso
EPG ZUZU ANGEL	Estr. Pimentas são miguel, s/n Vl. Alzira

ESCOLAS MUNICIPAIS EM IGARATÁ, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ÁGUAS DE IGARATA EMEIF MUNICIPAL	Bairro Canto das Águas, SN Avenida, Canto das Águas. Igaratá, SP.
BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA EMEIF	Estrada Municipal Francisco Rodrigues de Oliveira, 140 Avenida, Boa Vista. Igaratá, SP.
CARLOS GOMES ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Jose de Souza Palau, 19, Jardim Rosa Helena. Igaratá, SP.
EUNICE BUSTAMANTE JUNQUEIRA FORTES EMEI	Rua Maria de Lurdes F. Barbosa s/n Iguarata - SP
ANTONIO SILVA RIBEIRO EMEIF	Av Porto. s/n - Rio do Peixe - Igarata - SP
IRMA PAULA GUIMARAES NUNES EMEIF	Rua Jose de Souza Palau, sn - Jd Rosa Helena - Iguarata - SP
PROF LEONINA VIEIRA DE BARROS EMEIF	Irineu Prianti Chaves, 285 Iguarata - SP
PETRONILHA DE SOUSA EMEIF	Av Joao Lucas da Silva, 140 Jd Rosa Helena - Iguarata - SP

ESCOLAS MUNICIPAIS EM ITAQUAQUECETUBA, SP	
ENDEREÇO	ESCOLA
ADENOR BONIFACIO DA SILVA EM	Walter da Silva Costa, 100 Estrada, Vila Sonia. Itaquaquecetuba, SP.
AGOSTINHO PEREIRA BAHIA CRECHE MUNICIPAL	Joao Fernandes da Silva Vereador, 932 Avenida, Vila Virginia. Itaquaquecetuba, SP.
ALCEU MAGALHAES COUTINHO PROFESSOR ESCOLA MUNICIPAL	Goncalves Dias, 350 Avenida, Parque Residencial Marengo. Itaquaquecetuba, SP.
ALFREDO GONCALVES FERREIRA DA SILVA VICEPREFEITO EM	Diogo Antônio Feijó, 71 Rua, Jardim Itapua. Itaquaquecetuba, SP.

ALI ALI HAMMOUD EM	Vespasiano, 100 Rua, Estancia Fraternidade. Itaquaquecetuba, SP.
ANTONIA CICONE DONA EM	Rio Abaixo, 3840 Estrada, Jardim Karine. Itaquaquecetuba, SP.
ANTONIO RODRIGUES GALLEGOS VER EM	Porto Alegre, 145 Rua, Jardim Anita. Itaquaquecetuba, SP.
ARISTIDES JACOB ALVARES DR ESCOLA MUNICIPAL	Boa Ventura, 100 Rua, Residencial Rancho Grande. Itaquaquecetuba, SP.
AUGUSTO DOS SANTOS VEREADOR EM	Cabralia Paulista, 217 Rua, Estação. Itaquaquecetuba, SP.
AURELINO LEAL PROFESSOR EM	Distrito Federal, 232 Rua, Vila São Judas Tadeu. Itaquaquecetuba, SP.
BENEDITO BARBOSA DE MORAES PREF ESCOLA MUNICIPAL	Tocantins, 313 Rua, Vila São Carlos. Itaquaquecetuba, SP.
BENEDITO BARBOSA DOS SANTOS EM	Horizontina, 41 Rua, Jardim Campo Limpo. Itaquaquecetuba, SP.
BENEDITO VIEIRA DA MOTA EMEB	Rua Mmdc, 92 Rua, Centro. Itaquaquecetuba, SP.
CHARLES HENRY TYLER TOWNSEND DR EM	Central, 100 Rua, Parque Novo Horizonte. Itaquaquecetuba, SP.
CHIOZO KITAKAWA ENGENHEIRO EM	Pedro de Toledo, 115 Avenida, Jardim Caiubi. Itaquaquecetuba, SP.
CICERO ANTONIO DE SA RAMALHO EM	Ubatuba, 814 Rua, Jardim do Carmo. Itaquaquecetuba, SP.
CLARINDA DA CONCEICAO EM	Ferreira de Menezes, 280 Avenida, Parque Residencial Marengo. Itaquaquecetuba, SP.
CLELIA MONEA CHAPINA CRECHE EM	Rua Geremoabo, 30 Avenida, Jardim Caiubi. Itaquaquecetuba, SP.
DURVALINA TEIXEIRA ROSA CRECHE EM	Creche, 55 Rua, Estação. Itaquaquecetuba, SP.
EMEB VEREADOR BENEDITO ROCHA DINIZ	Rio Tiete, 299, Jardim Nova Itaquá. Itaquaquecetuba, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS CHARLES MICHEL DE L EPEE	Travessa Pedro Americo, 80, Centro. Itaquaquecetuba, SP.
EMILIO ROBERTO RADIANTE ONOFRIO CRECHE	Jau, 28 Rua, Vila Monte Belo. Itaquaquecetuba, SP.
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSELI APARECIDA MENDES II	Sete, 138 Rua, Jardim Horto do Ipe. Itaquaquecetuba, SP.
FLORO DA SILVA ESCOLA MUNICIPAL	Fernão de Magalhães, 95 Rua, O Pequeno Coração. Itaquaquecetuba, SP.
FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA EMEB	Rua Mairinque, 245, Vila Monte Belo. Itaquaquecetuba, SP.
GENTIL DE MORAES PASSOS PREF EM	Brasil, 1008 Avenida, Jardim Europa. Itaquaquecetuba, SP.
GUILHERME DONIZETE DA SILVA DOS SANTOS EMEB	Pedro da Cunha Albuquerque Lopes, 2250 Estrada, Perobal. Itaquaquecetuba, SP.
HELENA SGARBI MARKS PROFA ESCOLA MUNICIPAL	Francisco Abilio da Costa, 50 Rua, Cidade Nova Louzada. Itaquaquecetuba, SP.
ISABEL ALVES DO PRADO ESCOLA MUNICIPAL	Pedro da Cunha Albuquerque Lopes, 1010 Estrada, Perobal. Itaquaquecetuba, SP.
ITALO ADAMI EM MUNICIPAL	Rua Santa Catarina, 300 Rua, Morro Branco. Itaquaquecetuba, SP.
JOÃO GERALDO DOS SANTOS EM	Roque São, 431 Rua, Vila Japão. Itaquaquecetuba, SP.
JOÃO MARQUES VEREADOR EM	Olavo Bilac, 121 Rua, Jardim Altos de Itaquá. Itaquaquecetuba, SP.
JOAQUIM PERPETUO EM MUNICIPAL	Rua dos Motoristas, 196 Rua, Jardim Itaquá. Itaquaquecetuba, SP.
JORGE CAMILO DIAS CRECHE MUNICIPAL	Cinco, 50 Rua, Jardim Horto do Ipe. Itaquaquecetuba, SP.
JOSÉ DE FREITAS MENDONÇA DR EM MUNICIPAL	Rua Henrique Giovanni Xavier, 300 Rua, Parque Residencial Scaffid. Itaquaquecetuba, SP.
JOSÉ MARINHO FERREIRA ESCOLA MUNICIPAL	Vital Brasil, 130 Rua, Vila Maria Augusta. Itaquaquecetuba, SP.
JOSÉ PIACENTINI ESCOLA MUNICIPAL	Arapiraca, 406 Rua, Jardim Napoli li. Itaquaquecetuba, SP.

JOSEFA COSTA DE SOUZA MOURA EM	Rua Evaristo da Veiga, 170, Parq Piratininga. Itaquaquecetuba, SP.
JURACI MARCHIONI VICE PREFEITO EM	Amazonas, 610 Rua, Jardim Amazonas. Itaquaquecetuba, SP.
LEOLINO DOS SANTOS VEREADOR EM	Garibaldi, 50 Rua, Quinta da Boa Vista Residencial. Itaquaquecetuba, SP.
MAMA DORA CRECHE EM	Rua Itapevi, 19 Rua, Manoel Feio. Itaquaquecetuba, SP.
MARIA CRISTINA DINIZ DE ALMEIDA PROFESSORA EM	Arujá, 75 Rua, Vila Monte Belo. Itaquaquecetuba, SP.
MARIA EMILIA MORAES DO NASCIMENTO PROFESSORA EM	Jose Martinez, 1 Rua, Jardim Odete li. Itaquaquecetuba, SP.
MARIA EULALIA NOBRE BORGES PROFA EM	Taubaté, 39 Rua, Jardim Valparaíso. Itaquaquecetuba, SP.
MARIA PIRES PARRA CRECHE EM	Grao Para, 100 Rua, Quinta da Boa Vista Residencial. Itaquaquecetuba, SP.
MICHEL ALVES DE SOUZA PROFESSOR EMEB MUNICIPAL	Rua Nova Veneza, 442 Rua, Jardim Maragogipe. Itaquaquecetuba, SP.
MONTEIRO LOBATO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Augusto Jose de Oliveira, 90 Rua, Tipoia. Itaquaquecetuba, SP.
NATALIO ROBERTO ANDREOTTI CRECHE MUNICIPAL	Rua Pedro de Toledo, 115 Avenida, Jardim Caiubi. Itaquaquecetuba, SP.
NELSON BARRETO DA SILVA ESCOLA MUNICIPAL AMBIENTAL	Cabralia Paulista, 271, Estação. Itaquaquecetuba, SP.
NOSSA SENHORA D AJUDA CRECHE EM	Acácia, 106 Rua, Jardim dos Pies. Itaquaquecetuba, SP.
OLIVIA APARECIDA S C GUGLIELMO PROFA EM MUNICIPAL	Est Água Chata, 665 Estrada, Parque Piratininga. Itaquaquecetuba, SP.
ORLANDO BENTO DA SILVA EM MUNICIPAL	Tília, 105 Rua, Jardim Adriana. Itaquaquecetuba, SP.
PARQUE NOSSA SENHORA DAS GRACAS EM MUNICIPAL	São Bento, 8529 Estrada, Pinheirinho. Itaquaquecetuba, SP.
PAULO ALEXANDRE MOSCA CINTRA CRECHE MUNICIPAL	Rua Santa Catarina, 382 Rua, Morro Branco. Itaquaquecetuba, SP.
PAULO NUNES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Catarina Santa, 382 Rua, Morro Branco. Itaquaquecetuba, SP.
ROBERTO MARINHO JORNALISTA EMEB MUNICIPAL	Azevedo Padre, 51 Rua, Jardim Carolina. Itaquaquecetuba, SP.
ROSALIA NEIRA BARREIRO CRECHE MUNICIPAL	Maringá, 613 Rua, Vila Ursulina. Itaquaquecetuba, SP.
ROSALINA FLORA DE CAMARGO CRECHE EM MUNICIPAL	Mairinque, 245 Rua, Jardim Nossa Senhora D Ajuda. Itaquaquecetuba, SP.
ROSELI APARECIDA MENDES PROFA EM MUNICIPAL	Platina, 155 Rua, Parque Recanto Monica. Itaquaquecetuba, SP.
RUI ALBERTO PESTANA HENRIQUES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rua Carlos Marighela, 217 Rua, Jardim Odete li. Itaquaquecetuba, SP.
SANDRO EVANGELISTA PEREIRA ESCOLA PADRE MUNICIPAL	Joaquim Goncalves Ferreira da Silva, 146 Rua, Jardim Goncalves. Itaquaquecetuba, SP.
SANTA CATARINA CRECHE EM MUNICIPAL	Catarina Santa, 181 Rua, Morro Branco. Itaquaquecetuba, SP.
SANTINO HAYASHI AMANO ESCOLA MUNICIPAL MUNICIPAL	Rua da Granja, 420 Rua, Jardim Santa Rita. Itaquaquecetuba, SP.
SEBASTIAO GREGORIO DOS SANTOS EMEB MUNICIPAL	Serra do Espinhaço, 132 Rua, Jardim Paineira. Itaquaquecetuba, SP.
SHOZAYEMON SETOKUCHI EM	Nice, 66 Rua, Estancia Guatambu. Itaquaquecetuba, SP.
TELMA ARRIVETTI DO PRADO PROFA EM MUNICIPAL	Alfredo Marcondes, 93 Rua, Jardim Caiubi. Itaquaquecetuba, SP.
UNIDADE DE EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL MARCOS DA SILVA MUNICIPAL	Estrada do Campo Limpo, SN, Jardim do Vale. Itaquaquecetuba, SP.
UNIDADE DE EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL OLIVIO CESAR DE PAULO SILVA MUNICIPAL	Jardim Maria Rosa, Itaquaquecetuba-SP
UNIDADE DE EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL PROFESSOR COSTABILE PASCALLE	Ferreira de Menezes, 1245 Avenida, Parque Residencial Marengo. Itaquaquecetuba, SP.

UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL VEREADOR JOAQUIM HONERIO BERING	Rua Mato Grosso, 745, Chácara dos Italianos. Itaquaquecetuba, SP.
VILA ZEFERINA II EM	Lafaiete, 210 Rua, Vila Zeferina. Itaquaquecetuba, SP.
VILLAGE EM MUNICIPAL	Índios, 2300 Estrada, Jardim Amanda Caiubi. Itaquaquecetuba, SP.
VIRGILIO MARINHO EM MUNICIPAL	Paulistânia, 105 Rua, Jardim Maragojipe. Itaquaquecetuba, SP

ESCOLAS MUNICIPAIS EM MAIRIPORÃ, SP	
ANADIR VICENTINA SILVÉRIO PUGA, CEM	Rua Anjo Gabriel, 57 Canjica
ARMANDO PAVANELLI, PROFº EM	Rua – Laudomiro Ramos, 858 Jd. Fernão Dias
BENEDICTO MARCIANO BUENO, EM	Estr. Municipal do Mato Dentro Mato Dentro
CRISTIANE SILVA COSTA, EM	Rua Livia Val S. André, 478 Jd. Pinheral
DIOMAR MIRANDA BONI I, EM	Estrada Velha de Bragança Terra Preta
DIOMAR MIRANDA BONI II, EM	Rua Antônio de Abreu, 294 Gibeon
DIVINA ANASTÁCIO DO NASCIMENTO, EM	Estrada da Lagoa s/nº Jundiaizinho
EDMÉA IGNEZ CHAMMA, PROFª EM	R. Primavera, s/nº Pq. Náutico
ELIZA NEGRI DA SILVA, EM	Rua Ascano, s/nº Hortolândia
ERMELEIDA RAMPINI DA SILVA, CEM	Rua São Jorge, 15 Colinas I - Terra Preta
GUIDO PISANESCHI, EM	Al dos Sibipirunas, nº 02 Jd. Suisso
HIPÓLITO FERRARI, EM	Estr. do Cinco Lagos, s/nº Pirucaia
IDALINA DA S. CARDOSO, EM	Al. Canuto do Pito Pq. Petrópolis
INÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO, EM	Estr. do Rio Acima/Nazaré, km 14 Ponte Alta
JOÃO PUGA DIAS, EM	Rua Existente, s/nº Terra Preta
JOÃO VICENTE DE ARAUJO FILHO, EM	Estr. Municipal do Saboo s/nº Saboo
JOSÉ ARNONI, EM	Estrada do Rio Acima, s/nº Vila Armoni
JOSÉ DA SILVEIRA PINHEIRO, EM	Rua Fernão Lopes, 30 Jd. Esther
KATSUKO SHIMURA, PROFª EM	R Dom José Mauricio da Rocha, 211 Centro
LUIZ ANTONIO PEREIRA, CEM	Rua Francisco Miranda de Melo, 130 Jd Pereira - Terra Preta
LUIZ TELES BATAGINI, EM	Rua Ipiranga, 62-A Centro
MAGALI GUARISO DE CAMPOS, PROF.ª EM	Estrada Da Santa Inês, s/nº Santa Inês
MÁRCIA MONTEIRO PEREIRA, PROFª, EM	Rua 06, nº 245 Sabesp
MARIA DA GLÓRIA GALRÃO PETRANSAN - "TIA GLÓRINHA", CEM	Rua Felipe Salomão Chama, 165 Chácara Arantes
MARIA TEREZINHA ROCHA CHAMMA, CEM	Rua Laudemiro Ramos, 120 Jd. Fernão Dias
MARILHA OLIVEIRA PINTO, EM	Estr. Municipal do Mato Dentro Mato Dentro
MOACYR ARCHANJO DOS SANTOS, EM	Estrada Da Santa Inês Stª Inês
MUFARREGE SALOMÃO CHAMMA, EM	Rua Celso Epaminondas Lavapés
NAIR MONTEIRO ARNONI, CEM	Rua Canuto de Pito, s/nº Pq. Petrópolis
NAKAMURE KIKUE AIACYDA, EM	Rua Dos Trabalhadores s/nº Terra Preta
NANCY DE FREITAS ROLIM, EM	Rua Diamante, nº 283 Estância Stº Antonio
NICOLAU PINTO DA SILVA - I, EM	Estr. Armando Barbosa de Almeida, 30 Núcleo Residencial
PASCHOAL LUCIANI JUNIOR, EM	Rua Satre, s/nº Souza
RAMIRA FELIX DA SILVA, EM	Estr. da Concremix, s/nº - São São Vicente
SARKIS TELLIAN PREFEITO, EM	Rua Charlotte Izirmai, 1.601 Capoavinha
SEBASTIÃO FRANCISCO DA COSTA, "TIO BASTECO" CEM	Rua Primavera, s/nº Pq. Náutico
SHIGERU SASAKI, EM	Rua Fussaki Sasaki, 23 Jd. S. Francisco
SILVIA MARIA PIUNTI GARCIA, PROFª CEM	R. Olvavo Bilac, Centro
SUMICO MAEDA YANASE, CEM	Rua Fernanda Spada, 123 Jd. Spada
TAKAMICHI UENOJO, EM	Rua Anjo Gabriel, 541 Canjica
TIA LAURA, CEM	R. Benedito Galrao, 38 Jd. Galrao
TIRSI ANNA CASTELANI GAMBERINI, EM	R. Bom Jesus da Terra Preta Tera Preta

VEREADOR RENATO PINHO, EM	Alameda Dos Pinheiros, s/nº Jd. Cinco Lagos
VOVÓ DANILA, EM	Rua Primavera nº 95 Pq. Náutico

ESCOLAS MUNICIPAIS EM MOGI DAS CRUZES, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ADAHYLA MARQUES CAMPOS CARNEIRO PROFA CEIM MUNICIPAL	Jorge São, 20 Rua, Conjunto Residencial Santo Ângelo. Mogi das Cruzes, SP.
ADOLFO CARDOSO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Antônio Rosendo de Lima, 363 Rua, Quatinga. Mogi das Cruzes, SP.
ADOLFO MARTINI PROFESSOR EM MUNICIPAL	Romulo de Brito, 281 Rua, Jardim Santa Carolina. Mogi das Cruzes, SP.
AFONSO CAPORALI FILHO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Sebastiao Michel Miguel, 42 Rua , Conjunto Residencial Cocuera. Mogi das Cruzes, SP.
ALMEIDA CORONEL EM	Paulo Frontin Doutor, 240 Rua , Centro. Mogi das Cruzes, SP.
ALVARO DE CAMPOS CARNEIRO DR EM MUNICIPAL	Rua Pedro Paulo dos Santos, 855 Rua , Nova Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
ANA LUCIA FERREIRA DE SOUZA PROFA EM MUNICIPAL	Elias Pinheiro Nobre, 81 Rua , Jardim das Acacias. Mogi das Cruzes, SP.
ANA MARIA BARBOSA GARCIA PROFA EM MUNICIPAL	Felipe Sawaya, 1030 Avenida , Vila Sao Paulo. Mogi das Cruzes, SP.
ANTONIO NACIF SALEMI EM MUNICIPAL	Maria Osorio Valle, 271 Avenida , Alto Ipiranga. Mogi das Cruzes, SP.
ANTONIO PASCHOAL GOMES DE OLIVEIRA PROFESSOR EM MUNICIPAL	Avenida Manoel Lino da Silva, 164 , Jardim Aeroporto li. Mogi das Cruzes, SP.
ANTONIO PEDRO RIBEIRO EM MUNICIPAL	Municipal Itapeti Lambari, 9099 Km 09 , Moralogia. Mogi das Cruzes, SP.
APPARECIDA FERREIRA CURSINO PROFA EM MUNICIPAL	Ulisses Borges de Siqueira, 1722 Avenida , Jardim Universo. Mogi das Cruzes, SP.
ARGEU BATALHA DR CEIM MUNICIPAL	Helena Santa, 381 Rua , Vila Sao Paulo. Mogi das Cruzes, SP.
ARMINDO FREIRE MARMORA DESEMBARGADOR EM MUNICIPAL	Aloisio de Azevedo, 109 Rua , Jardim das Bandeiras. Mogi das Cruzes, SP.
ASTREA BARRAL NEBIAS VEREADORA EM MUNICIPAL	Lucinda Bastos Professora, 1051 Rua , Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
AUTA CARDOSO DE MELLO PROFA EM MUNICIPAL	Icaro, 325 Rua , Jardim Aeroporto lii. Mogi das Cruzes, SP.
BAIRRO SÃO JOÃO EMR MUNICIPAL	Mogi Salesopolis Km 10, SN , Sao Joao. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO ESTELITA DE MELLO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rogério Tacola, 300 Rua , Jardim Armenia. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO FERREIRA LOPES CEIM MUNICIPAL	Rua Professora Alice Thereza Cotrin Guerreiro da Silva, 12 Rua , Vila Lavinia. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO FERREIRA LOPES CEMPRE MUNICIPAL	Alice Thereza Cotrin Guerreiro da Silva Professora, 22 Rua , Vila Lavinia. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO FERREIRA LOPES EM MUNICIPAL	Alice Thereza Cotrin Guerreiro da Silva Professora, 22 Rua , Vila Lavinia. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO LAPORTE VIEIRA DA MOTTA DR EM MUNICIPAL	Alfredo Crestana, 431 Avenida , Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
BENEDITO PEREIRA DE PAULA EMR MUNICIPAL	Serra do Itapeti, SN , Beija Flor. Mogi das Cruzes, SP.
CARLOS ALBERTO LOPES EM MUNICIPAL	Correa Neto Doutor, 366 Rua , Vila Mogilar. Mogi das Cruzes, SP.
CECILIA DE SOUZA LIMA VIANNA PROFA EM MUNICIPAL	Rua Avelino Nunes de Souza, 235 Rua , Taiacupeba. Mogi das Cruzes, SP.
CELIA PINHEIRO FRANCO PROFA EM MUNICIPAL	Presidente Getulio Vargas, 328 Rua , Mogi Moderno. Mogi das Cruzes, SP.

CENIRA ARAUJO PEREIRA PROFA EM MUNICIPAL	Rua Sao Paulo, 250 , Chacara Guanabara. Mogi das Cruzes, SP.
CID TORQUATO PROFESSOR EMR MUNICIPAL	Estrada das Varinhas, KM 3 5 Avenida , Barragem. Mogi das Cruzes, SP.
CLAUDIO ABRAHAO ENG EM MUNICIPAL	Benedito de Carvalho Filho, 12 Rua , Jardim Santa Tereza. Mogi das Cruzes, SP.
CLEONICE FELICIANO PROFA EM MUNICIPAL	Rua Guaratinga, 400 Rua , Jardim Piata A. Mogi das Cruzes, SP.
CYNIRA OLIVEIRA DE CASTRO PROFA EM MUNICIPAL	Rua Antonio Maximo, 301 Rua , Vila Suissa. Mogi das Cruzes, SP.
DERMEVAL AROUCA PROFESSOR EM MUNICIPAL	Jaime Angelo Nogueira, 30 Rua , Parque Santana. Mogi das Cruzes, SP.
DIONE ROCHA ROMANOS PROFA CEIM MUNICIPAL	Unicor, 817 Rua , Vila Brasileira. Mogi das Cruzes, SP.
DORACY BAPTISTA DE CAMPOS PEREIRA PROFA EM MUNICIPAL	Jose Benedito dos Santos, SN Rua , Vila Brasileira. Mogi das Cruzes, SP.
EMILIE NEHME AFFONSO PROFA EM MUNICIPAL	Joao Mariano de Paula, 385 Rua , Vila Horizonte. Mogi das Cruzes, SP.
ETELVINA CAFARO SALUSTIANO PROFA EM MUNICIPAL	Quatro, 71 Rua , Cezar de Souza. Mogi das Cruzes, SP.
EULALIO GRUPPI PROFESSOR EM MUNICIPAL	Ismael da Silva Mello, 559 Rua , Mogi Moderno. Mogi das Cruzes, SP.
EUNICE DE ALMEIDA PROFA EMR MUNICIPAL	Estrada Municipal Bairro Sao Sebastiao, 11 , Taiacupeba. Mogi das Cruzes, SP.
FLORISA FAUSTINO PINTO PROFA EM MUNICIPAL	Europa, 20 Rua , Jardim Santos Dumont li. Mogi das Cruzes, SP.
FUJITARO NAGAO EM MUNICIPAL	Fujitaro Nagao, 2020 Estrada , Cocuera. Mogi das Cruzes, SP.
GERALDA FERRAZ DE CAMPOS EMR MUNICIPAL	Estrada da Volta Fria, SN Avenida , Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
GUIOMAR PINHEIRO FRANCO PROFA EM MUNICIPAL	Maria Giacco Ramos, 199 Rua , Loteamento Rio Acima. Mogi das Cruzes, SP.
HAYDEE BRASIL DE CARVALHO PROFA CEIM MUNICIPAL	Antenor de Souza Melo, 146 Rua , Jardim Marica. Mogi das Cruzes, SP.
HELIANA MAFRA MACHADO DE CASTRO PROFA EM MUNICIPAL	Thomas Dominguez, 210 Rua , Alto Ipiranga. Mogi das Cruzes, SP.
HELIO DOS SANTOS NEVES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Mauricio Jose Oliveira, 365 Rua , Residencial Novo Horizonte. Mogi das Cruzes, SP.
HENRIQUE PERES EM MUNICIPAL	Ana Maria Bernardes, 280 Rua , Vila Industrial. Mogi das Cruzes, SP.
HORACIA DE LIMA BARBOSA CEIM MUNICIPAL	Hipolito da Costa, 33 Rua , Jardim Cintia. Mogi das Cruzes, SP.
HORACIO DA SILVEIRA PROFESSOR EMR MUNICIPAL	Estrada Mogi Salesopolis, 1451 Km 14 , Capixinga. Mogi das Cruzes, SP.
IGNEZ MARIA DE MORAES PETTENA PROFA CEIM MUNICIPAL	Claudio Salles Vicentini, 93 Rua , Jardim Doutora Liliana. Mogi das Cruzes, SP.
ILDA PEREIRA PENA ALVAREZ PROFA EM MUNICIPAL	Ubirajara de Barros Gomes Martins, 170 Rua , Vila Caputera. Mogi das Cruzes, SP.
INEZELIA DA MOTTA RONDON PROFA CEIM MUNICIPAL	Joao Vassoler, 400 Rua , Parque Residencial Itapeti. Mogi das Cruzes, SP.
IRACEMA BRASIL DE SIQUEIRA PROFA EM MUNICIPAL	Ricieri Jose Marcatto, 686 Avenida, Vila Suissa. Mogi das Cruzes, SP.
ISIDORO BOUCAULT DR EM MUNICIPAL	Jose Aires Gama, 25 Rua, Conjunto Habitacional Bras Cubas. Mogi das Cruzes, SP.

IVAN NUNES SIQUEIRA VEREADOR CEMPRES MUNICIPAL	Kaoru Hiramatsu, 2025, Braz Cubas. Mogi das Cruzes, SP.
IVETE CHUERY VIEIRA TORQUATO VICCO PROFA EM MUNICIPAL	Kikutaro Suzuki, SN Rua, Conjunto Residencial Álvaro Bovolenta. Mogi das Cruzes, SP.
JACKS GRINBERG PROFESSOR EM MUNICIPAL	Avenida Amazonas, 499 Avenida, Vila Nova Cintra. Mogi das Cruzes, SP.
JAIR ROCHA BATALHA PROFESSOR DR EM MUNICIPAL	Ulysses Borges de Siqueira, 611, Braz Cubas. Mogi das Cruzes, SP.
JOÃO ANTONIO BATALHA EM MUNICIPAL	Estrada Municipal Santo Ângelo, 118, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
JOÃO CARDOSO PEREIRA PROFESSOR EM MUNICIPAL	Adolpho Lugoboni, 77, Vila Andrade. Mogi das Cruzes, SP.
JOSÉ ALVES DOS SANTOS EM MUNICIPAL	Manoel Alves dos Anjos Tenente, 2485 Rua, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
JOSÉ CURY ANDERE EM MUNICIPAL	Lucia Santa, 264 Rua, Jardim Cecília. Mogi das Cruzes, SP.
JOSÉ LIMONGI SOBRINHO PROFESSOR CEMPRES MUNICIPAL	Felipe Sawaya, 500 Avenida, Vila São Paulo. Mogi das Cruzes, SP.
JOVITA FRANCO AROUCHE PROFA EMESP MUNICIPAL	Jose D Carlo, 85 Rua, Vila Lavinia. Mogi das Cruzes, SP.
KAORU HIRAMATSU EM MUNICIPAL	Rua Nosso Senhor do Bonfim, 88 Rua, Vila Oroxo. Mogi das Cruzes, SP.
KAORU HIRAMATSU EMR MUNICIPAL	Estrada Velha Mogi Santa Isabel, 11600, Taboão. Mogi das Cruzes, SP.
LAZARO GONCALVES TEIXEIRA PROFESSOR EM MUNICIPAL	Jose Veiga Professor, 190 Rua, Conjunto Habitacional São Sebastião. Mogi das Cruzes, SP.
LEOPOLDINO CARDOSO DE MORAES EM MUNICIPAL	Thiago Silvestre Furtado, 151 Rua, Biritiba Ussu. Mogi das Cruzes, SP.
LOURDES GUERRA DE CAMPOS PROFA CEIM MUNICIPAL	Cardoso de Siqueira Coronel, 1070 Rua, Vila Oliveira. Mogi das Cruzes, SP.
LOURDES LOPES ROMEIRO IANUZZI PROFA CEMPRES MUNICIPAL	Benedito dos Santos, 930 Avenida, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
LOURDES MARIA PRADO AGUIAR PROFA EM MUNICIPAL	Rua Matathias Nogueira Novaes, 10 Rua, Jardim Esperança. Mogi das Cruzes, SP.
LOURENCO DELLA NINA EM MUNICIPAL	Manoel Fernandes, 1151 Rua, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
LUIZ BERALDO DE MIRANDA DR EM MUNICIPAL	Avenida Prefeito Maurilio Souza Leite Filho, 1851, Parque Olímpico. Mogi das Cruzes, SP.
LUIZ DE OLIVEIRA MACHADO EM MUNICIPAL	Estrada Mogi Quatinga, KM 24, Barroso. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA APARECIDA DE FARIA PROFA EM MUNICIPAL	João Antônio Rodrigues de Moraes Doutor, 85 Rua, Vila Jundiá. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA APARECIDA PINHEIRO VOLPE PROFA EM MUNICIPAL	Eulina Rosa dos Santos, 217 Rua, Vila Municipal. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA COELI BEZERRA DE MELO PROFA EM MUNICIPAL	Rua Benedito de Oliveira, 100, Jardim Bela Vista. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA COLOMBA COLELLA RODRIGUES PROFA EM MUNICIPAL	Rua Laurentino Alves Santos, 188 Rua, Vila Natal. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA EUGENIA FOCHI DE ARAUJO PROFA EM MUNICIPAL	Rua Francisco Regis de Oliveira, 433, Parque Residencial Itapeti. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA JOSÉ TENORIO DE AQUINO SILVA PROFA EM MUNICIPAL	Jose Glicério de Mello, 1462 Avenida, Jardim Camila. Mogi das Cruzes, SP.
MARIA LUIZA MENEZES DA FONSECA PROFA EM MUNICIPAL	Sussumu Mori, 40 Rua, Vila Nova Estação. Mogi das Cruzes, SP.
MARIO PORTES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Pedro Paulo dos Santos, 2251 Rua, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.

MARLENE MUNIZ SCHIMIDT PROFA EM MUNICIPAL	Estrada Mogi Bertiooga, 8881 Km 08, Vila Moraes. Mogi das Cruzes, SP.
MATHILDE PIRES DE CAMPOS MASI PROFA EM MUNICIPAL	Getúlio Vargas Presidente, 47 Rua, Mogi Moderno. Mogi das Cruzes, SP.
MAURILIO DE SOUZA LEITE FILHO PREF EM MUNICIPAL	Francisco de Sampaio Frei, 44 Rua, Jardim Cintia. Mogi das Cruzes, SP.
MILTON CRUZ DR EM MUNICIPAL	Antenor de Souza Melo, 116 Rua, Jardim Marica. Mogi das Cruzes, SP.
MONTEIRO LOBATO EM MUNICIPAL	Abel Jose da Silva, 305 Rua, Jardim Ponte Grande. Mogi das Cruzes, SP.
NARCISA DAS DORES PINTO EM MUNICIPAL	Manoel Martins Sanches, 180 Rua, Jardim Aracy. Mogi das Cruzes, SP.
NOEMIA REAL FIDALGO PROFA EM MUNICIPAL	Ezelino da Cunha Gloria, 285 Avenida, Jardim Marica. Mogi das Cruzes, SP.
NOSSA SENHORA DA CONCEICAO EMR MUNICIPAL	Estrada Mogi Dutra, 1500 Km 15, Tabor. Mogi das Cruzes, SP.
OSWALDO REGINO ORNELLAS CEMPRE MUNICIPAL	Benedita Pereira Franco, 2801 Rua, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
PAULO ROLIM LOUREIRO DOM EM	Mogi Quatinga, KM 24 Estrada, Quatinga. Mogi das Cruzes, SP.
PRIMO VILLAR PROFESSOR EM	Rua Joao Batista Fernandes, 250, Boa Vista. Mogi das Cruzes, SP.
REGINA CELIA NAJAR FERREIRA BORELLI PROFA EM MUNICIPAL	Boraceia, 45 Rua, Conjunto Residencial Nova Bertiooga. Mogi das Cruzes, SP.
RICARDO STRAZZI PROESCOLAR MUNICIPAL	Alice Thereza Cotrin Guerreiro da Silva Professora, 2 Rua, Vila Lavinia. Mogi das Cruzes, SP.
RICHER ROMANO NETO CEIM MUNICIPAL	Júlio Prestes, 105, Centro. Mogi das Cruzes, SP.
RODOLPHO MEHLMANN PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rua dos Vicentinos, 1216, Vila Natal. Mogi das Cruzes, SP.
RUTH CARDOSO DRA CEMPRE MUNICIPAL	Travessa Dois, 28 Rua, Jardim Layr. Mogi das Cruzes, SP.
SEBASTIAO DA SILVA CEIM MUNICIPAL	Domingos de Souza, 185 Rua, Jardim Layr. Mogi das Cruzes, SP.
SERGIO BENEDITO FERNANDES DE ALMEIDA DR EM MUNICIPAL	Jorge São, 30 Rua, Conjunto Residencial Santo Ângelo. Mogi das Cruzes, SP.
SERGIO HUGO PINHEIRO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Georgina Soares de Souza, 195 Rua, Nove de Julho. Mogi das Cruzes, SP.
SERGIO MORETTI PROFESSOR CEMPRE MUNICIPAL	Rua Jose Pereira, 2978, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
SONIA BRASIL DE SIQUEIRA ANDREUCCI PROFA EM MUNICIPAL	Fatima, 62 Rua, Jardim Margarida. Mogi das Cruzes, SP.
TAKAO IKEDA PROFESSOR CEIM MUNICIPAL	Rua Quatro, 31, Cezar de Souza. Mogi das Cruzes, SP.
TERESA MARTINS PINHAL PROFA EM MUNICIPAL	Jose Galdino de Castro, 252 Rua, Vila Jundiái. Mogi das Cruzes, SP.
THERESA GERALDI DE ALMEIDA SR CEIM MUNICIPAL	Manoel Fernandes, 1131 Rua, Jundiapéba. Mogi das Cruzes, SP.
THEREZINHA SOARES PROFA EM MUNICIPAL	Rua Geraldo Gomes Loureiro, 830 Rua, Vila Brasileira. Mogi das Cruzes, SP.
VANDA CONSTANTINO DA COSTA PROFA EM MUNICIPAL	Gutermann, 55 Rua, Braz Cubas. Mogi das Cruzes, SP.
WALDIR PAIVA DE OLIVEIRA FREITAS DR EM MUNICIPAL	Gutermann, 151 Rua, Braz Cubas. Mogi das Cruzes, SP.
WANDA DE ALMEIDA TRANDAFILOV PROFA EM MUNICIPAL	Ricieri Bertaiolli, 300 Avenida, Parque São Martinho. Mogi das Cruzes, SP.
WILMA DE ALMEIDA RODRIGUES PROFA EM MUNICIPAL	Do Taboão do Paratei, KM 18 Estrada, Do Taboão. Mogi das Cruzes, SP.

ESCOLAS MUNICIPAIS EM POÁ, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ANTONIA MELLO REGIANI EMEB MUNICIPAL	Senador Teotônio Vilela, 100 Rua, Vila Perrelli. Poá, SP.
ANTONIA OBESSO ROSAL EMEB MUNICIPAL	Rua Gardenia, 111 Rua, Conjunto Alvorada. Poá, SP.
ANTONIETA MARIA FONSECA EMEB MUNICIPAL	Rua Clemente Cunha Ferreira, 333, Vila Perracini. Poá, SP.
ANTONIO CARLOS DE PAULA SOUZA PROFESSOR EMEB MUNICIPAL	Rua Paraguai, 40 Rua, Jardim América. Poá, SP.
ARCELINO ALEXANDRE DE AQUINO EMEB MUNICIPAL	Pio XII, 80 Rua, Cidade Kemel. Poá, SP.
BENEDITO RUFINO LOPES EMEB MUNICIPAL	Dobrada, 35 Rua, Jardim São José. Poá, SP.
BENFEITOR ORLANDO DA COSTA ALIANÇA EMEB MUNICIPAL	Rua Guararema, 55 Rua, Calmon Viana. Poá, SP.
CANDIDO JOSÉ BALAZAIMA PROFESSOR VEREADOR EMEB MUNICIPAL	Avenida Vital Brasil, 1075, Vila Monteiro. Poá, SP.
CAROLINA RIBEIRO PROFA EMEB MUNICIPAL	Rua Formosa, 220 Rua, Vila Bandeirantes. Poá, SP.
CRECHE LIDIA APARECIDA DA COSTA BARRENTO MUNICIPAL	Jose Lopes Mohor, 150, Centro. Poá, SP.
CRECHE MARIA UMBELINA NUNES PROVISOR MUNICIPAL	Jorge Tibirica, SN, Vila Santa Helena. Poá, SP.
CRECHE MUNICIPAL VEREADOR ANTONIO MASSA MUNICIPAL	Rua Primeiro Sargento João Leite de Godoy, 22 Rua, Água Vermelha. Poá, SP.
CRECHE WALDOMIRO FLORETTO MUNICIPAL	Alfredo Mauricio Varela, 150, Vila Varela. Poá, SP.
CYBELE PAIVA VALSECCHI PROFA EMEB MUNICIPAL	Rancharia, 180 Rua, Jardim Emilia. Poá, SP.
DEBORA PEREIRA EMEB MUNICIPAL	Flor do Campo, 180 Rua, Conjunto Alvorada. Poá, SP.
EDI GREENFIELD EMEB MUNICIPAL	Rodrigues Alves Presidente, 560 Rua, Jardim Santa Helena. Poá, SP.
EDISON ALVES DE OLIVEIRA EMEB MUNICIPAL	Rua Lília, 500 Rua, Vila Eureka. Poá, SP.
EMEB CRECHE PROFESSORA SUZETE BESAGIO RUIZ MUNICIPAL	Vital Brasil, 877 Avenida, Vila Acoreana. Poá, SP.
EMEB DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA VEREADOR DOUTOR RAMON RUIZ LOPES FILHO MUNICIPAL	Avenida Prefeito Jorge Francisco Correia Allen, 325, Centro. Poá, SP.
EMEB INTEGRAL ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS MUNICIPAL	Alfredo Mauricio Varela, 100 Rua, Vila Varela. Poá, SP.
EMEB INTEGRAL GIOVANI VITORIO DELIBERATO MUNICIPAL	Vital Brasil, 615 Avenida, Vila Acoreana. Poá, SP.
EMEB PROFESSORA JOSEFINA COSTA CALDERARO MUNICIPAL	Iporanga, 150 Rua, Jardim Selma Helena. Poá, SP.
EMEB PROFESSORA SOLANGE DE JESUS MARTINS MUNICIPAL	Alfredo Mauricio Varela, 41 Rua, Vila Varela. Poá, SP.
EMEB ROBERTO ELIAS XIDIEH MUNICIPAL	Vila Sebastião de Almeida, 65, Jardim Nova Poa. Poá, SP.
ENEIDA COSTA ASSUNCAO FARABELLO EMEB MUNICIPAL	R Tereza, 30 Rua, C Viana. Poá, SP.
EUSTAQUIO PADRE EMEB MUNICIPAL	Vinte e Seis de Marco, 238 Avenida, Centro. Poá, SP.
FLAVIA GANEO EMEB MUNICIPAL	Clotilde Dona, 71 Rua, Jardim Amelia. Poá, SP.
HEITOR GLOEDEN EMEB MUNICIPAL	Rua João Peckny, 640 Rua, Jardim Itamaraty. Poá, SP.
JOÃO PEDRO DE ALMEIDA DR EMEB MUNICIPAL	Rua Jorge Tome, 181 Rua, Jardim Madre Angela. Poá, SP.
JOSÉ ANTONIO BORTOLOZZO PROFESSOR COMPLEXO EDUC POAENSE	Nelson Fernandes Deputado, 230 Rua, Cidade Kemel. Poá, SP.
JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA EMEB MUNICIPAL	Estado do Espírito Santo, 151 Rua, Jardim Ivone. Poá, SP.

JOSÉ NASCIMENTO DOS SANTOS PASTOR EMEB MUNICIPAL	Avenida Digo Praça Antonio Sanches, SN Praça , Vila Monteiro. Poá, SP.
JOVIANO DA SILVA SR EMEB MUNICIPAL	Rua Brigadeiro Tobias, 131 Rua , Vila Aurea. Poá, SP.
MANOEL DA SILVA OLIVEIRA EMEB MUNICIPAL	Castro de Carvalho Deputado, 2002 Avenida , Vila Aurea. Poá, SP.
MANOEL PETRONILIO DOS SANTOS EMEB MUNICIPAL	Jorge Tibirica, 301 Rua , Vila Santa Helena. Poá, SP.
MARCIO GOMES EMEB MUNICIPAL	Carlos Gomes, 119 Rua , Centro. Poá, SP.
MARIA DO CARMO ALVES EMEB MUNICIPAL	Rua Alvorada, 181 Rua , Vila Jau. Poá, SP.
MARIO ROMERO EMEB MUNICIPAL	Rua Itatiba, 131 Rua , Jardim Odete. Poá, SP.
NEUSA GOMES PEREIRA EMEB MUNICIPAL	Sebastiao de Almeida, 55 Viela , Jardim Nova Poa. Poá, SP.
NICOLAS ALEXANDRE RIBEIRO VIEIRA EMEB MUNICIPAL	Estado do Espirito Santo, 200 Rua , Jardim Ivone. Poá, SP.
OSVALDO LEITE DANTAS VEREADOR EMEB MUNICIPAL	Assis, 160 Rua , Cidade Kemel. Poá, SP.
WALKIRIA JANNONI VIEIRA PROFA EMEB MUNICIPAL	Rua Manoel Ambrosio Silva, SN Rua , Jardim Nova Poa. Poá, SP.
WALTER DE ALMEIDA MONTEIRO PROFESSOR EMEB MUNICIPAL	Eustaquio Padre, 1110 Rua , Vila Arquimedes. Poá, SP.
WILSON VIEIRA RODRIGUES EMEB MUNICIPAL	Manoel Ambrosio da Silva, 161 Rua , Jardim Nova Poa. Poá, SP.

ESCOLAS MUNICIPAIS EM SALESÓPOLIS, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ANTONIO RODRIGUES FERNANDES VEREADOR ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Rua Hisashi Kimoto, 61 Praça , Remedios. Salesópolis, SP.
ERNESTO ARDACHNIKOFF ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Hisashi Kimoto, 37 Praça , Centro. Salesópolis, SP.
HENRIQUETA MESTRA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Xv de Novembro, 1070 Rua , Centro. Salesópolis, SP.
JOÃO CARDOSO DO NASCIMENTO ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Santa Terezinha, SN , Bairro do Braganca. Salesópolis, SP.
MARIA APARECIDA BIASOLI PROFA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Rua Geraldo Miranda, 96 Rodoviaria , Centro. Salesópolis, SP.
MARIA APARECIDA FREIRE DE FARIA PROFA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Rua Roque Torraga, 25 Rua , Rosario. Salesópolis, SP.
MARIA DE LOURDES GONCALVES TOLEDO PROFA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Sao Sebastiao, 534 Rua , Fartura. Salesópolis, SP.
SONIA MARIA DA FONSECA PROFA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Prefeito Antonio Rodrigues Camargo, 50 Rua , Jardim Nidia. Salesópolis, SP.
Teresa Feital Dona Centro Municipal de Convivencia Infantil	Rua Domingos Freire de Almeida, 21 Rua , Centro. Salesópolis, SP

ESCOLAS MUNICIPAIS EM SANTA BRANCA, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
CRECHE MUNICIPAL "ESTUDANTE RENATO CABRAL PEREIRA"	Endereço: Rua Brigadeiro Aguiar, nº 112, Centro. CEP: 12380-000

CRECHE MUNICIPAL "VEREADOR BENEDITO CANTINHO BRAGA FILHO"	Endereço: Avenida José Octavio da Silva Leme, s/n – Parque Cambuci. CEP: 12380-000
EMEI "TEREZINHA DO MENINO JESUS PORTO WUÓ"	Endereço: Praça General Euclides Figueiredo, nº 55, Jardim Prado. CEP: 12380-000
EMEIF "PROFESSORA ISAURA MARTINS ROSA DE SIQUEIRA"	Endereço: Rua Arthur Rosa Porto Filho, nº 215, Jardim São José. CEP: 12380-000
EMEIF(R) "PROFESSORA MARIA APARECIDA FONSECA"	Endereço: Rua Seis, nº 400, Santa Tereza. CEP: 12380-000
EMEIF (R) "PROFESSORA SYLVIA CANTINHO BRAGA CAMPOS"	Endereço: Rodovia Manoel Luiz de Souza, Km 12, Monos. CEP: 12380-000
EMEF "BARÃO DE SANTA BRANCA"	Endereço: Rua Nestor Samuel de Oliveira, nº 193, Centro. CEP: 12380-000
EMEF "PROFESSORA BENEDITA P. ALBUQUERQUE"	Endereço: Rua Nove de Julho, nº 140, Jardim Santa Cecília Santa Branca. CEP: 12380-000
EMEF "PROFESSORA PALMYRA M. R. PERILLO"	Endereço: Rua Joaquim Maria Senna, nº 43, Parque Cambuci. CEP: 12380-000
EMEF "PROFESSORA FRANCISCA ROSA GOMES"	Endereço: Rua Brigadeiro Aguiar, nº 508, Centro. CEP: 12380-000

ESCOLAS MUNICIPAIS EM SANTA ISABEL, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
Complexo Educacional Infantil Jardim Eldorado Municipal	Rua Dirce Souza Machado, 250 Rua , Jardim Eldorado. Santa Isabel, SP.
Complexo Educacional Infantil Prefeito Osvaldo Rodrigues da Silva	Avenida Jose Basilio Alvarenga, 856 Rua , Jardim Mont Serrat. Santa Isabel, SP.
Complexo Educacional Infantil Vicentina Ferreira Porto	Centro Comunitario, 97 Rua , Cruzeiro. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Ensino Fundamental Nirlando Costa Alvarenga Municipal	Rua Dirce de Souza Machado, 300 Rua , Jardim Eldorado. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Educação Basica Professor Jorge Boaventura da Costa	Jose de Freitas Ramos, 158 , Jardim das Acacias. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Educação Basica Rural Benedito Alves de Queluz Municipal	Bairro Monte Negro, KM 8 Rua , Monte Negro. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Educação Basica Rural Carlos Cintra de Paula Municipal	Estrada da Cachoeira Sis 133, 650 Rua , Cachoeira. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Educação Basica Rural Firmino Alves de Queluz Municipal	Estrada Municipal Sis 131 do Monte Negro, KM 8 Rua , Morro Grande. Santa Isabel, SP.
Escola Municipal de Educação Basica Rural Francisco Beraldo Filho Municipal	Rua Artur Meirelles Fran, SN Rua , Cafundo. Santa Isabel, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA RURAL TEIJI KITA MUNICIPAL	Estrada Municipal Sis 230 Estrada da Pedra Branca, 1051 Sis 230 , Do Ouro Fino. Santa Isabel, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA VEREADOR LUIZ BENEDITO MUNICIPAL	Rua Francisco Beraldo Filho, 315 Rua , Jardim das Acacias. Santa Isabel, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA VILA GUILHERME MUNICIPAL	Rua Idactor Ferreira da Costa, 715 Rua , Vila Guilherme. Santa Isabel, SP.
HYEROCLIO ELOY PESSOA BARROS ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Washington Luis, 733 Rua , Vila Guilherme. Santa Isabel, SP.
JARDIM MONTE SERRAT ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Rua Duque de Caxias, 590 Rua , Jardim Monte Serrat. Santa Isabel, SP.
JOÃO JOSÉ DE ALMEIDA FILHO ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Joao Jose de Almeida Filho, 26 Rua , Vila Osiris. Santa Isabel, SP.
JOSÉ DE ALMEIDA MACHADO ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Rua Arthur Jose Costa, 733 Rua , Vila Gumercindo. Santa Isabel, SP.

OSCAR FERREIRA DE GODOY ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	Fernandes Cardoso, 240 , Treze de Maio. Santa Isabel, SP.
PAULO DO MONTE SERRAT PROFESSOR ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	Rua Conego Bicudo, 179 Rua , Centro. Santa Isabel, SP.
VILA GUMERCINDO ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA MUNICIPAL	Rua Professor Arthur Jose Costa, 299 Rua , Vila Gumercindo. Santa Isabel, SP.
WALDIR JOSÉ CABRAL SAUEIA PREFEITO EMEB MUNICIPAL	Rua das Rosas, 780 Rua , Jardim Novo Eden. Santa Isabel, SP.

Escolas municipais em Suzano, SP	
ESCOLA	ENDEREÇO
ABRAO SALOMAO DOMINGUES EM MUNICIPAL	Rua Maria Jose de Campos, 291 Rua , Tabamarajoara. Suzano, SP.
ADELIA DE LIMA FRANCO EM MUNICIPAL	Benedito de Lima Franco, 305 Rua , Jardim Amazonas. Suzano, SP.
ALBANO COSTA EM MUNICIPAL	Jaguari, 121 Avenida , Cidade Boa Vista. Suzano, SP.
ALICE SETUKO H MIYAKE PROFA EM MUNICIPAL	Antonio Augusto Claro, 684 Rua , Vila Figueira. Suzano, SP.
AMALIA MARIA DE JESUS EM MUNICIPAL	Guarani, 428 Rua , Jardim Revista. Suzano, SP.
ANA MARIA B GARCIA PROFA EM MUNICIPAL	Rua Fernando Fiamini, 120 , Parque Maria Helena. Suzano, SP.
ANA RITA GOMES PROFA EM MUNICIPAL	Mauro Bonifacio de Souza, 169 Rua , Jardim Margareth. Suzano, SP.
ANGELA MARTINS DE OLIVEIRA EM MUNICIPAL	Ortencio Ribeiro da Cruz, 95 Rua , Jardim Dora. Suzano, SP.
ANGELO GARCIA EM MUNICIPAL	Alcides Pizzolito, SN Rua , Jardim Casa Branca. Suzano, SP.
ANTONIO CARLOS MAYER EM MUNICIPAL	Rua Pedro Felipe Reis do Nascimento, 135 Rua , Jardim Maite. Suzano, SP.
ANTONIO MARQUES FIGUEIRA EM MUNICIPAL	Sara Cooper, 27 Rua , Jardim Santa Helena. Suzano, SP.
ANTONIO MARTINS VEREADOR EM MUNICIPAL	Horacio Nelson Rondinelli, 574 Rua , Cidade Edson. Suzano, SP.
ANTONIO MASCHIETTO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Vicente Scalice, 453 Rua , Jardim Santa Ines. Suzano, SP.
ANTONIO TEIXEIRA VEREADOR EM MUNICIPAL	R Ouro do, 20 Rua , Jardim Monte Cristo. Suzano, SP.
AUGUSTINHA RAPHAELA MAIDA MOLTENI EM MUNICIPAL	Domingos Papaiz Conde, 103 Rua , Jardim Natal. Suzano, SP.
AVELINO DE LIMA FRANCO EM MUNICIPAL	Mario Bochetti, 644 Rua , Cidade Miguel Badra. Suzano, SP.
BAIRRO CASA BRANCA EM MUNICIPAL	Tereza Haguihara Cardoso, 191 Rua , Jardim Casa Branca. Suzano, SP.
BRASILIO RIBEIRO EM MUNICIPAL	Nhonho de Lima, 275 Rua , Vila Sao Pedro. Suzano, SP.
CARLOS FERREIRA DE AGUIAR EM MUNICIPAL	Esmeraldo Jose de Oliveira, 616 Rua , Vila Amorim. Suzano, SP.
CELIA PEREIRA DE LIMA PROFA EM MUNICIPAL	Rua Rio Grande do Norte, 90 , Vila Colorado. Suzano, SP.
CHACARA DUCHEN EM MUNICIPAL	Estrada das Varinhas, 15 Estrada , Ipelandia. Suzano, SP.
CLAUDIO JOSÉ RODRIGUES PROFESSOR EM MUNICIPAL	R Conde Domingos Papaiz, 103 Rua , Jd Bela Vista. Suzano, SP.
CRECHE HELENO JOSÉ DOS SANTOS MUNICIPAL	Mario Bochetti, 160 , Cidade Miguel Badra. Suzano, SP.
DAMASIO FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR EM MUNICIPAL	Maria Edvan de Oliveira Inacio, 175 Rua , Vila Sol Nascente. Suzano, SP.
DARCY CORREA GONCALVES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Antonio Marin, 70 Rua , Vila Mazza. Suzano, SP.
DJALMA DOS SANTOS PAIVA VEREADOR EM MUNICIPAL	Cachoeira, 95 Rua , Jardim Monte Cristo. Suzano, SP.
EDNA LEITE LIMA PROFA EM MUNICIPAL	Avenida Presbítero Eliezer Martins Costa, 71 Avenida , Jardim Varan. Suzano, SP.

ELIANA PEREIRA FIGUEIRA PROFA EM MUNICIPAL	Roberto Simonsen Senador, 704 Avenida , Jardim Imperador. Suzano, SP.
ELISABETH UBEDA LOPES RODRIGUES EM MUNICIPAL	Maria de Lourdes Molina Vieira, 195 Rua , Parque Maria Helena. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL DIONES PITA RIBEIRO MUNICIPAL	Rua Pedro Felipe Reis do Nascimento, 185 Rua , Jardim Maite. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BRAZ NETO MUNICIPAL	Eunice Cerqueira Innocencio, 380 Rua , Jardim Quaresmeira. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARISA BARBOZA FARIA MUNICIPAL	Takashi Kobata, 1600 , Jardim Europa. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL CAIC DE SUZANO MUNICIPAL	Cachoeira, 33 Rua , Jardim Monte Cristo. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL CELINA ROSA DE SOUZA PROFESSORA MUNICIPAL	Joao Americo Galleti, 375 Rua , Jardim Leblon. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL MICHEL GOLDBERG MUNICIPAL	Mirambava, 500 Rua , Centro. Suzano, SP.
ESCOLA MUNICIPAL VERA LUCIA PEREIRA VIEIRA MUNICIPAL	Olavo Bilac, 105 Rua , Cidade Boa Vista. Suzano, SP.
ESTHER HIDALGO LEITE RONDINELLI EM MUNICIPAL	Rua Teruo Nishikawa, 441 Rua , Jardim Gardenia Azul. Suzano, SP.
GUISTADANO EM MUNICIPAL	Dr Murilo de Matos Faria, 513 Rua , Cidade Boa Vista. Suzano, SP.
IGNEZ DE CASTRO ALMEIDA MAYER PROFA EM MUNICIPAL	Rua Formosa, 220 Rua , Boa Vista. Suzano, SP.
ISAIAS MARTINELLI GAMA ENGENHEIRO EM MUNICIPAL	Maria de Souza Assis, 36 Rua , Parque Residencial Nova America. Suzano, SP.
JARDIM COLORADO EM MUNICIPAL	Jose Cardoso Xavier, 80 , Jardim Luela. Suzano, SP.
JARDIM GARDENIA AZUL EM MUNICIPAL	Rua Teruo Nishikawa, 481 Rua , Jardim Gardenia Azul. Suzano, SP.
JOSÉ ADELINO M DE AZEVEDO EM MUNICIPAL	Jose Renzi, 390 Rua , Jardim Realce. Suzano, SP.
JOSÉ CARDOSO DOS SANTOS PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rua Geferson Barbosa, 3 Rua , Jardim Sao Bernardino. Suzano, SP.
JOSÉ CELESTINO SANCHES EM MUNICIPAL	Paulo Sampaio, 50 Rua , Jardim Varan. Suzano, SP.
JOSÉ FRANCISCO ALVES EM MUNICIPAL	Sebastian Rosel Garcia, 54 Rua , Taba Marajoara. Suzano, SP.
LIDIA LIMA DA SILVA EM MUNICIPAL	Maria Aparecida da Silva Bezerra, 6230 Rua , Jardim Planalto. Suzano, SP.
LIUBA PIZZOLITTO PROFA EM MUNICIPAL	Cyro Esposito Junior, 100 Rua , Jardim das Lavras Mirim. Suzano, SP.
LUIZ ROMANATO EM MUNICIPAL	Abel de Mattos, 96 Rua , Vila Maluf. Suzano, SP.
LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA EM MUNICIPAL	Manoel Honorato dos Santos, 255 Rua , Jardim Alteropolis. Suzano, SP.
MANOEL VICENTE FERREIRA FILHO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rua Manoel Ferreira Pinto, 232 , Vila Helena. Suzano, SP.
MARIA ODETE CARA GOUVEIA PROFA EM MUNICIPAL	Guenter Koralewski, 575 Rua , Recanto Ouro Fino. Suzano, SP.
MERCIA AMARAL ANDRADE DE BRITO PROFA EM MUNICIPAL	Isabel Castanheda Mayer, 198 Rua , Parque Residencial Casa Branca. Suzano, SP.
MONICA SONIA FRANCO PINHEIRO MAIDA PROFA EM MUNICIPAL	Moreiras, 2540 Estrada , Chacara Sete Cruzes. Suzano, SP
NEYDE DE PIAO VIDAL PROFA EM MUNICIPAL	Rua Nicacio da Silva Basto, 503 Rua, Parque Buenos Aires. Suzano, SP.
NIZILDA ALVES DE GODOY PROFA EM MUNICIPAL	Estrada Fazenda Viaduto, 6000 Estrada, Fazenda Viaduto. Suzano, SP.
NOEMIA SANTOS COSTA EM MUNICIPAL	Cravos, 15 Rua, Jardim Ikeda. Suzano, SP.
ODARIO FERREIRA DA SILVA EM MUNICIPAL	Valdir Diciéri, 305 Rua, Jardim Belém. Suzano, SP.

ORLANDO DIGENOVA EM MUNICIPAL	Benedito Salome da Anunciacao, 609 Rua , Cidade Miguel Badra. Suzano, SP.
OSCAR DE ALMEIDA REDONDO PROFESSOR EM MUNICIPAL	Madame Pommery, 590 , Vila Urupes. Suzano, SP.
PAULO HENRIQUE BARREIROS PROFESSOR EM MUNICIPAL	Joaquim Marques de Queiroz, 71 Avenida, Parque Residencial Samambaia. Suzano, SP.
RUY FERREIRA GUIMARAES PROFESSOR EM MUNICIPAL	Rua Antonio Celso Borges, 25 Rua, Jardim Sao Bernardino. Suzano, SP.
SERGIO SIMAO EM MUNICIPAL	Roberto Ferreira Ribas, 101 Rua, Jardim Europa. Suzano, SP.
SONIA REGINA ALONSO OSTERMAYER PROFA EM MUNICIPAL	Nhonho de Lima, 295 Rua, Vila Sao Pedro. Suzano, SP.
TABA MARAJOARA EM MUNICIPAL	Mirtes Inoue, 33 Rua, Chacaras Ceres. Suzano, SP.
THEREZINHA PEREIRA LIMA MUZEL PROFA EM MUNICIPAL	Rua Turquia, 555 Rua, Jardim Sao Jose. Suzano, SP.
TOMI ASHIUCHI EM MUNICIPAL	Rua Lhubinko Raykov, 90, Jardim Saude. Suzano, SP.
TOSHIO UTIYAMA EM MUNICIPAL	Eliziel Alves Costa, 371 Rua, Centro. Suzano, SP.
VERA LUCIA MIRANDA EM PROFESSOR MUNICIPAL	Eunice Cerqueira Innocencio, 410, Jardim Quaresmeira. Suzano, SP
VICTOR SALVIANO EM MUNICIPAL	Rua Mario Bochetti, 385 Rua, Cidade Miguel Badra. Suzano, SP.
VIRGINIA FERREIRA RAFFUL PROFA EM MUNICIPAL	Vitoria Morena da Silva, 127 Rua, Jardim Casa Branca. Suzano, SP.
WALDEMAR CALIL VEREADOR EM MUNICIPAL	Av Katsutoshi Naito, 955 Avenida, Sesc. Suzano, SP.
WALTER PASSAGLI EM MUNICIPAL	Estrada Fazenda Viaduto, 6086 Estrada, Fazenda Viaduto. Suzano, SP.
ZAIRA ASSEN TORRANO EM MUNICIPAL	Claudionor Rosa de Lima, SN, Jardim Nova América. Suzano, SP.